

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM DIREITO
TESE DE LÁUREA**

**DEPARTAMENTO DE DIREITO PENAL, MEDICINA FORENSE E
CRIMINOLOGIA**



**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
LARGO SÃO FRANCISCO**

Trabalho de Conclusão do Curso - Tese de Láurea -
apresentado ao Departamento de Direito Penal, Medicina
Forense e Criminologia da Universidade de São Paulo – USP,
como requisito para a obtenção do título de bacharel em Direito.

Lora Martinova Bertozzi Lazarova

10338318

São Paulo

25 de Novembro de 2021

**“Em busca de um bom lugar:
um ensaio sobre ética, crime, cultura e o jovem para o Estado na sociedade
contemporânea”**



**Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**

Tese de Láurea

Aluna

Lora Martinova Bertozzi Lazarova

Matrícula

10338318

Orientação Acadêmica

Professora Heidi Rosa Florêncio Neves

Ano de produção da pesquisa

2021

**Em busca de um bom lugar:
um ensaio sobre ética, crime, cultura e o jovem para o Estado na sociedade
contemporânea**

**“Um bom lugar
se constrói com humildade
É bom lembrar...”¹**

¹ Canção icônica do rapper Sabotage, *Um bom lugar*. Álbum: Rap É Compromisso! Data de lançamento: 2000. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GA7LcSX8tYE>>. Acesso em 20/06/2021.

Agradecimentos

Durante minha trajetória acadêmica e minha formação, foram diversos os motivos que me trouxeram até aqui. A opção pelo Direito, por necessidade de compreender as pessoas no mundo, sempre acompanhou a busca da crítica às tradições e práticas que não contribuem para a harmonia do povo. Antes disso, a paixão que descobri na Sociologia, durante a escola, praticando política em manifestações e exercendo meus direitos enquanto jovem no Brasil. Primeiramente, gostaria de agradecer a todos os professores que mudaram minha forma de pensar, para os quais a crítica ao que existe abre caminho para a imaginação, para o possível, para o antes não enxergado.

Além dos exímios professores em minha educação, os primeiros agradecimentos também vão à minha família, pelo apoio incansável e o direcionamento desde sempre aos estudos e a Deus, por meio da música e da cultura. Sobretudo, obrigada pelos valores que construíram comigo. Esse trabalho só foi possível através da visão que, com liberdade e responsabilidade, vocês me ajudaram a formar.

Desde muito cedo, cresci em um bairro militar em São Paulo, muito próximo dos batalhões da ROTA - Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar² - e observava os treinamentos policiais com angústia. Além disso, algo muito difícil é estudar Direito no Largo São Francisco, passando pela Praça da Sé e pelo Anhangabaú, sem se lembrar da pobreza que existe ali. Durante a faculdade, trabalhei para o Padre Júlio Lancelotti em sua equipe jurídica, diariamente presenciando a violência policial contra as pessoas pobres. Assim, fui trilhando um caminho acadêmico que pudesse satisfazer minhas inquietudes quanto a esses conflitos. Assim, agradeço até mesmo pelo que há de mau, pois me faz ter mais vontade ainda de lutar.

Agradeço também, mais especificamente, a um professor da graduação, Maurício Stegemann Dieter, que me apresentou à Criminologia, em diversas matérias - Cultural, Clínica, entre outras - sob perspectivas de otimismo e responsabilidade, em um contexto tão complexo e aparentemente sem promessa de melhora, como é a análise do sistema carcerário no Brasil. Obrigada por me fazer acreditar na mudança que é possível, mesmo em ambientes engessados.

² Tobias de Aguiar, que foi o responsável pelo extermínio dos milhares de nordestinos em Canudos e conquistou fama por caminhos nem um pouco glorificáveis. É patrono da polícia, que continua matando os nordestinos e negros com o aval estatal.

Obrigada à minha orientadora de tese Heidi Rosa Florêncio Neves, que com tanto cuidado e com apontamentos tão certos - verdadeiras “pérolas” - me auxiliou na construção teórica deste tema tão importante. Agradeço, outrossim, à pesquisa de Jéssica da Mata, da Universidade de São Paulo, por trocar e-mails e informações acerca da Política do Enquadro, seu livro e tese de mestrado, que tanto influenciaram na minha pesquisa.

Obrigada, por fim, ao amigo que conheci durante a produção da tese, o pesquisador e Deputado Estadual de Curitiba, Renato Freitas, que, com sua trajetória de vida e domínio pessoal da cultura periférica e do RAP brasileiro, foi personalidade que também construiu minha imensa curiosidade pela Criminologia Cultural. Obrigada por ser um de nós.

Muito grata, finalmente, aos encontros que a cultura me proporcionou. Minhas amigas e amigos da comunidade, que mesmo tendo realidades diferentes da minha, sempre foram verdadeiros e transmitiram seu conhecimento a mim. A humildade e os aprendizados nunca sairão de minha memória.

Palavras-chave:

Juventude; Percepções sobre violência; Segurança Pública; Cultura.

RESUMO

Na conjuntura atual do país, o Brasil encontra grandes problemas no que tange à Segurança Pública. A partir de ferramentas da Criminologia Crítica Cultural - cultura de massa, linguagem, significados e interferências sociais e culturais - e da Sociologia, valendo-se de uma análise econômica do crime, ficam evidentes duas trajetórias que vêm sendo trilhadas há décadas no país: a construção do medo do crime e da violência institucional; e a construção do tédio na periferia.

Utilizando a metodologia estatística, fica claro, com base nos números, o conservadorismo e a irracionalidade do Estado ao investir em segurança pública a curto prazo, e não cumprir a lei, ano após ano, não destinando à Educação e às políticas públicas de inclusão a verba que lhes é devida.

A análise leva à conclusão de que o Estado enviesa a proteção desses direitos a certa parcela da população, e o custo disso é a violação dos direitos de outra parcela, que é especificamente identificada. Se a definição de Segurança Pública³ é o estado de normalidade que permite o usufruto de direitos e o cumprimento de deveres, constituindo sua alteração ilegítima uma violação de direitos básicos, geralmente acompanhada de violência, que produz

³ Para a Constituição Federal (1988), artigo 144, A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I- polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. A definição de Segurança Pública, no entanto, é um conceito amplo e varia conforme a doutrina e a abordagem teórica. Entretanto, é possível delimitar sua compreensão e funções na proteção do Estado Democrático de Direito: "(...) É um direito fundamental e social, que promove a segurança pessoal, física e mental do indivíduo enquanto ser dotado de liberdade pública, para que possa exercer seus outros direitos constitucionalmente assegurados como, por exemplo, à vida, à integridade física e psíquica, à inviolabilidade da intimidade, à liberdade pessoal e à dignidade" (LIMA; CAMILO, 2013, p. 3.). Para o doutrinador José Afonso da Silva, "segurança pública é manutenção da ordem pública interna". Ordem pública, por sua vez, para Moreira Neto, seria "um conjunto de valores, de princípios e de normas que se pretende devam ser observados numa sociedade, impondo uma disposição ideal dos elementos que nela interagem, de modo a permitir-lhe um funcionamento regular e estável, assecuratório da liberdade de cada um". Para mais, consultar: <<https://www.fdsu.edu.br/conteudo/dissertacoes/8a77842e1af515ad3fcf170128976dd6.pdf>>. <https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/renato_s_de_lima_seguranaca_publica_e_ordem_publica_apropriacao_juridica.pdf>.

eventos de insegurança e criminalidade, por que o Estado insiste na produção de mais violência policial na periferia?

As consequências desse tratamento diferenciado e cíclico na periferia, em oposição ao isolamento das classes altas, é o desenvolvimento de uma cultura independente na periferia, de oposição à Ética do Estado como ele se apresenta.

Diante de todo esse paradigma complexo, mas cientificamente desvendável, as violações aos direitos da juventude na periferia são evidenciadas, bem como o ciclo de violência em que estão social e institucionalmente presos. A compreensão desses conflitos e o investimento em Educação, além das políticas públicas de inclusão de classes nas cidades, são as principais propostas que a pesquisa determinou para efetivamente diminuir, a longo prazo, a criminalidade no Brasil.

Essa é a história de "Tito"
 um moleque maneiro
 já desde infância ele já era o meu melhor parceiro
 Crescemos juntos nas ruas da Cidade De Deus

Jogava a gera, 13 anos, ele era o melhor do time
 era maltratado em casa mas estava firme
 com vários planos pr'um futuro assim como eu

(Assim como todos nós brasileiros)

14 anos, mesma sala, estava eu e "Tito" estudando
 olhava nas janela via o bicho pegando
 e a professora pedindo pra todo o mundo orar

(glória a deus, glória a deus)

Aos 16 eu percebi "Tito" não ia fazer a escola
 já não soltava pipa, não queria jogar bola
 senti que tinha alguma coisa estranha no ar

(O amigo mudou da água pro vinho)

Agora é assim...
 a lei já não funciona mais com "Tito"
 tá sobrevivendo do perigo
 e faz o que bem quiser fazer
 ie, e, e

Peço desculpa mãe...
 diz prá vó qu'eu gosto muito dela
 mais virei soldado da favela
 e ela tenho que defender

Agora é assim...
 a lei já não funciona mais com "Tito"
 tá sobrevivendo do perigo
 e faz o que bem quiser fazer

ie, e, e

Peço desculpa mãe
 diz prá vó qu'eu gosto muito dela
 mais virei soldado da favela
 e ela tenho que defender⁴

⁴ *Rap História de Tito*. Composição: Cidinho / Doca. Disponível em:
 <<https://www.letras.mus.br/cidinho/1317572/>>. Acesso em 29/05/2021.

ÍNDICE

Agradecimentos04
Introdução	10
1. A Construção do Medo do Crime23
2. A Construção do Tédio na Periferia28
2.1. Presos custam mais que alunos	35
2.2. A relação entre educação e criminalidade	36
2.3. Educação na primeira infância e criminalidade	39
2.4. Educação e Esporte como prevenção da delinquência	43
2.5. Administração urbana e a construção do tédio pelo Estado	46
2.6. O impacto do conhecimento	52
3. Criminologia Crítica Cultural e a Criminalização das Culturas Periféricas56
3.1. O pincel pinta a tela do sofrimento: com cores muito bem definidas	58
3.2. Prevenção quer dizer Polícia: a Política do Enquadro	62
3.3. Ciência RAP: relações entre cárcere e quebrada	64
3.4. Autonomia ético-normativa das quebradas	67
3.5. Opções à criminalidade	72
4. Conservadorismo e a Irracionalidade do Estado	73
Propostas e Conclusão78
Bibliografia88

Introdução

A música transcrita demonstra as consequências da política de “guerra ao crime” no Brasil. O tratamento da Segurança Pública como questão preventiva-punitiva gerou e continua gerando violações irreparáveis e irreversíveis, cujos autores saem impunes por formarem parte da força do Estado⁵.

Nesse sentido, os resultados da pesquisa recentemente divulgada pelo IBGE⁶ sobre vitimização e acesso à justiça no Brasil constituem rico material para uma reflexão crítica. Não faltam constatações sobre a carência desse tipo de investigação, e por isso mesmo os dados produzidos merecem atenção. O tema da Segurança Pública enquanto elemento central da agenda política é um fenômeno bastante recente e está vinculado ao declínio dos ideais inclusivos do *Welfare State* e funciona em prol da radicalização do livre mercado sob o ideário neoliberal⁷. Nesse sentido, existem poucos trabalhos acadêmicos que correlacionam a

⁵ “Número de mortos pela polícia em 2020 no Brasil bate recorde. Em plena pandemia houve 6.416 pessoas mortas pelas forças de segurança no país no ano passado. Trata-se do maior número registrado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública desde que os dados passaram a ser coletados, em 2013. Segundo o Anuário, 50 cidades concentram 55% de todas as mortes cometidas por policiais no país.” Por Cíntia Acayaba e Thiago Reis, G1. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/15/no-de-mortos-pela-policia-em-2020-no-brasil-bate-recorde-50-cidades-concentram-mais-da-metade-dos-obitos-revela-anuario.ghtml>>. Acesso em 15/07/2021. Conferir também: “Militares acusados de matar ou ferir inocentes no Rio seguem impunes há 25 anos. A morte do músico Evaldo Rosa dos Santos, fuzilado domingo passado quando ia com a família para um chá de bebê, entra para uma longa lista de crimes cometidos por militares contra vítimas inocentes no Rio. O EXTRA levantou dez casos de mortes ou ferimentos graves pelos quais agentes das Forças Armadas de serviço no estado são acusados nos últimos 25 anos. Ao todo, 18 vítimas morreram e três ficaram feridas, mas sobreviveram. Em comum entre os casos, a impunidade: nenhum militar acusado pelos crimes foi condenado. Cinco das investigações estão arquivadas. Em três casos, os inquéritos ainda estão em curso, e os militares suspeitos não foram presos. Dois crimes geraram processos que se arrastam na Justiça — um deles há mais de dez anos. Os agentes respondem em liberdade”. Disponível em:

<<https://extra.globo.com/casos-de-policia/militares-acusados-de-matar-ou-ferir-inocentes-no-rio-seguem-impunes-ha-25-anos-23597146.html>>. Acesso em 15/07/2021.

⁶ BRASIL. *Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil*. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=284182>>. Acesso em 17/07/2021.

⁷ GIAMBERARDINO, A. R.. *A Construção social do medo do crime e a violência urbana no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 115, p. 200, 2015. p. 2.

Criminologia Cultural e a Segurança Pública⁸, mesmo contendo pontos impossíveis de serem ignorados pelo governo.

No presente trabalho, buscou-se dar atenção a esses dados, utilizando principalmente as estatísticas disponíveis através de órgãos do governo, para evidenciar a tese de que existe uma grande irracionalidade que se perpetua em diversas instituições do Estado, e que impede soluções viáveis aos problemas do encarceramento em massa e do descontrole da criminalidade no Brasil. Procura evidenciar, com os dados estatísticos, que os abusos por parte da polícia, a erosão da ideia de comunidade - que legitima a militarização da segurança pública e o fortalecimento da segurança privada -, a construção do medo acerca do estereótipo do habitante jovem da periferia e o abandono do Estado a esse jovem são empecilhos para o controle da criminalidade.

A pesquisa é uma opinião acadêmica formada durante anos, desde os primeiros contatos com o Direito Penal e suas problematizações, até o desenvolvimento do presente trabalho, em defesa da tese adotada. Desse modo, é importante que o estudo seja tomado como uma sugestão de rumo, ou perspectiva, para administração da Segurança Pública.

Acerca da metodologia, vale a ressalva de que as estatísticas, enquanto ciência, têm certos limites amplamente conhecidos, principalmente no que se refere ao Brasil, onde há um sistema precário de coleta de dados, que chega a se diferenciar conforme a unidade da federação e agrupa fontes diversas, como órgãos ligados à gestão da segurança pública e órgãos de saúde.

Isso certamente dificulta o pesquisador sério a investigar por meio de estatísticas públicas. As objeções à utilização de estatísticas oficiais enquanto referência para aferição do aumento ou diminuição da criminalidade real são fundamentadas, já que se indica apenas o

⁸ Nesse sentido, pode-se mencionar apenas duas pesquisas de alcance amplo de vitimização já realizadas, abrangendo toda a extensão do país: em 1988 e esta, de 2009. Além delas, há alguns trabalhos de recorte localizados como, por exemplo, aquelas conduzidas em favelas cariocas na última década. Por exemplo, v. a “Pesquisa de vitimização do Rio de Janeiro, relatório técnico”, realizada entre 2005 e 2007 em diversas favelas cariocas, a cargo do Núcleo de Pesquisa das Violências, IMS/UERJ e discutida em ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Alessandro. “The drug trade, crime and policies of repression in Brazil”. *Dialectical Anthropology*, vol. 20. Netherlands: Kluwer Academic Publisher, 1995, p. 95-108; e SILVA, Luiz Antonio Machado da; LEITE, Márcia Pereira. “Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?” *Sociedade e Estado*, v. 22, n. 3. Brasília: Ed.UnB, 2007, p. 545-591. Além dessas pesquisas, um trabalho brasileiro bastante significativo que correlaciona a Segurança Pública e a Cultura é um referencial para este trabalho: FURQUIM, Saulo Ramos. *A Criminologia Cultural e a Criminalização das Culturas Periféricas: discursos sobre crime, multiculturalismo, cultura e tédio*. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. 2014.

aumento ou diminuição do número de registros de ocorrências pelas autoridades policiais, registros esses que podem ocorrer, ou não, por diversos fatores, tais como a propensão à denúncia por parte das vítimas ou mesmo por conta de mudanças operacionais e de conduta na própria atuação da polícia.

Além disso, a chamada *cifra negra* a parcela não contabilizada devido aos limites de certas estratégias de produção de estatísticas criminais. Segundo GIAMBERARDINO:

“a cifra negra se reduz quando se trata especificamente dos crimes de homicídio doloso, visto que se pode utilizar e confrontar as estatísticas policiais com aquelas do respectivo Instituto Médico-Legal e demais órgãos vinculados à administração da saúde. Mesmo no caso, porém, não se pode esquecer que muitas mortes, especialmente aquelas devidas à atuação policial ilegal, não são registradas como homicídios”[GIAMBERARDINO, 2015, p. 7]⁹.

Essa informação já confere importante introdução à presente pesquisa. Isso porque a *cifra negra*, no contexto brasileiro, coloca em xeque o próprio conceito de insegurança objetiva, termo utilizado para definir o risco real de vitimização (de sofrer um crime) com base no aumento ou na diminuição de determinadas modalidades de delito, em regiões e períodos delimitados. Se há uma parte definida da população que não é contabilizada, já existe uma falha na produção da estatística.

Uma forma de melhorar o sistema de coleta pública de dados sobre a criminalidade, conferindo maior consistência às informações, seria através de duas estratégias alternativas de investigação. Elas são as enquetes de vitimização e as enquetes de auto-denúncia, que consistem, respectivamente, em questionar as pessoas de determinada região em relação ao número de vezes em que teriam sido vítimas e o número de vezes em que teriam cometido um delito, independentemente de ter sido realizada a denúncia ou o registro do fato.

Feita essa consideração, optou-se pela utilização de dados estatísticos para a metodologia na produção deste trabalho por algumas razões. Constituindo tese de Graduação, o limite de tempo e recursos da pesquisa, somada à gravidade da situação da pandemia do Covid-19 em 2020 e 2021, impediu que a aluna visitasse presídios da cidade em que reside, bem como diferentes quebradas da cidade de São Paulo. Caso tivesse sido possível, a pesquisa teria como propósito inicial produzir entrevistas com pessoas que partilham da realidade estudada, com enfoque na pergunta de como, ou por que, o sujeito entrou para a

⁹ GIAMBERARDINO, A. R.. *A Construção social do medo*, op. cit, p. 7.

vida do crime, buscando informações concretas e reais sobre a construção da subjetividade criminosa no jovem brasileiro. Por conta dessas questões, não foi possível realizar um trabalho de campo mais minucioso, com entrevistas e visitas ao campo, mas possível utilizar outros trabalhos de campo e pesquisas com esse viés já realizadas.

Para o êxito do trabalho, foram utilizados procedimentos de análise histórico, sociológico, criminal, comparativo e estatístico. A pesquisa empregada consiste em consultar fontes primárias (legislação, notícias de jornais, entrevistas e letras de música) e secundárias (pesquisa bibliográfica e estatística). Assim, buscou-se analisar as estatísticas oficiais de modo crítico, demonstrando tanto a realidade evidenciada pelos números, como a realidade oculta neles.

Observando a sociedade brasileira, o país vive hoje uma dialética entre Estado de Direito e Estado de Polícia quando o tema é Segurança Pública. De um lado, a periferia, em que mais de 400 chacinas foram documentadas oficialmente, contabilizando 1,3 mil mortes, em 10 anos (2009-2019), apenas no Rio de Janeiro¹⁰. Em 6 de maio de 2021, presenciou-se no Brasil a segunda chacina mais violenta da história do Rio de Janeiro, dentre as 4 maiores chacinas que ocorreram apenas desde 2016, após a suspensão das operações policiais pelo STF¹¹. Em São Paulo, por sua vez, a violência policial é sempre lembrada pelo massacre do Carandiru¹². De outro lado, a polícia também lamenta suas grandes perdas¹³.

Esses Estados são o foco da presente pesquisa, apenas por uma questão metodológica, para recorte de análise estatística. Contudo, pode-se afirmar que os problemas e soluções a serem apresentados são reflexo de uma política nacional de atuação pública no tratamento da

¹⁰Fonte:

<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/02/em-10-anos-rj-tem-mais-de-400-chacinas-com-13-mil-mortes.ghtml>>. Acesso em: 21/07/2021. Conferir também: *Número de vítimas em chacinas no RJ cresce 166% em 2018*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/30/numero-de-vitimas-em-chacinas-no-rj-cresce-166-em-2018.ghtml>>. Acesso em 21/07/2021.

¹¹ Fonte:

<<https://www.brasilefato.com.br/2021/05/06/operacao-no-jacarezinho-foi-2-maior-chacina-da-historia-do-rj-diz-ong-fogo-cruzado>>. Acesso em 21/07/2021.

¹² *Massacre do Carandiru completa 27 anos, mas genocídios continuam*. “Na chamada “Casa de Detenção”, 111 presos foram assassinados, após tropas com, ao menos, 300 policiais adentrarem o presídio para “controlar a rebelião”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=T-kt-cZKAuc>>. Acesso em 21/07/2021.

¹³ Vide matérias jornalísticas como: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/04/6127419-policiais-do-bpve-prestam-homenagem-ao-cabo-morto-a-tiros-na-linha-vermelha.html>>.

criminalidade, como será demonstrado, de modo que servem também para uma análise jurídica criminológica mais ampla.

A construção da Segurança Pública como problema social no Brasil é algo urgente, pois a violência e a criminalidade são problemas sociais crescentes nas últimas décadas, em que se observa, ainda, resquícios autoritários por parte do Estado no tratamento da questão, segundo RAMOS, SANTOS e SILVA [2019, p. 5]:

"Apesar da persistente precariedade das informações sobre Segurança Pública, os indicadores existentes confirmam, com espantosa regularidade, como a onda democrática iniciada nos anos de 1980 e as tímidas iniciativas de reformas das forças policiais e do sistema de justiça ensaiados ao longo do processo de redemocratização, que não impediram um aumento constante das taxas de homicídio, do encarceramento, da letalidade policial, dos crimes contra propriedade etc. (...) A formação de um campo de estudos sobre violência e a criminalidade no Brasil deu-se em meio a um esforço de construir uma política de segurança pública que anulasse a herança política e organizacional dos mais de vinte anos de Ditadura Militar, momento em que forças policiais e o judiciário funcionavam sob a doutrina da "Segurança Nacional" que consistia, entre outras coisas, na perseguição e assassinatos de dissidentes políticos do regime vigente." [RAMOS; SANTOS; SILVA, 2019, p. 5]¹⁴

Diante disso, pesquisadores de diversas linhagens teóricas tomaram como tarefa política e intelectual pensar um modelo de segurança pública que operasse dentro das normas democráticas, que garantisse a integridade dos direitos humanos de toda a população e que o funcionamento das forças policiais fosse orientado pelos interesses da sociedade civil. A presente pesquisa propõe exatamente esse viés.

A antropóloga Alba Zaluar (1999), em uma importante análise dos estudos brasileiros sobre violência e criminalidade, destacou a necessidade de se considerar as relações particulares assumidas entre o campo intelectual e o campo político para se entender estes estudos e as tendências durante a história recente do país, em que cientistas sociais refletiram a partir de lugares variados na sociedade, não apenas das universidades. Essa marca de origem do campo de estudos sobre violência continua informando as novas gerações de pesquisadores.¹⁵ O presente trabalho considera, dessa forma, as manifestações culturais da periferia também como uma forma de produção de ciência, e a preocupação com os destinos

¹⁴ RAMOS, Paulo César. SANTOS, Jaqueline Lima. SILVA, Uvanderson Vitor da. *Chacinas e a politização das mortes no Brasil*. São Paulo :Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 5. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produto/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Chacinas-politizacao-das-mortes.pdf>.

¹⁵ RAMOS, SANTOS, SILVA, *Chacinas e a politização*, op. cit, p. 6.

das políticas de segurança pública permanecem sendo a principal tônica dos estudos sobre violência e criminalidade.

As chacinas são tratadas pela justiça como homicídios justificáveis¹⁶, evidenciando uma doutrina jurídica que legitima um tratamento diferenciado para parcela da população. A população que morre em chacinas são moradores de favelas, jovens pretos e pobres¹⁷, enquanto o Brasil lidera as estatísticas de vítimas inocentes - mortes por bala perdida - segundo levantamento da ONU de 2016¹⁸. Assim, se pergunta: qual o resultado do investimento em policiamento ostensivo, estatisticamente, na criminalidade? Durante o ensaio, as conclusões apontam para um resultado que é apenas negativo e cíclico.

Adianta-se, a título de exemplo, o fato de que, durante a implementação das UPPs - as unidades de policiamento ostensivo - na cidade do Rio de Janeiro (a partir de 2008), o índice de criminalidade apresentou alguma melhora, mas a porcentagem de vítimas de bala perdida ascendeu em demasia. Ainda ressaltando que a coleta de dados e estatísticas pode ser bastante imprecisa por conta dos motivos supracitados. É possível observar que não há estabilidade social garantida a partir do investimento em policiamento ostensivo.

¹⁶ Processos de vítimas de ações policiais são distorcidos e arquivados. Conferir: *O mecanismo que acoberta violência policial em São Paulo ao invés de investigá-las*. “Estudo da ONG Conectas mostra que os relatos de abuso policial dados por pessoas detidas não são levados a sério nem nas audiências de custódia. Quando há investigações, elas não produzem resultados e são arquivadas”. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-17/o-mecanismo-que-acoberta-violencia-policial-em-sao-paulo-ao-inve-s-de-investiga-las.html>>. Acesso em 23/07/2021. Conferir também: *Entre a vida e a morte sob tortura, violência policial se estende por todo o Brasil, blindada pela impunidade*. “Levantamento do EL PAÍS mostra excessos violentos da polícia por Estado. Maioria das vítimas é negra e periférica, realidade que ficou mais exposta durante a pandemia”. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-30/entre-a-vida-e-a-morte-sob-tortura-violencia-policial-se-estende-por-todo-o-brasil-blindada-pela-impunidade.html>>. Acesso em 23/07/2021.

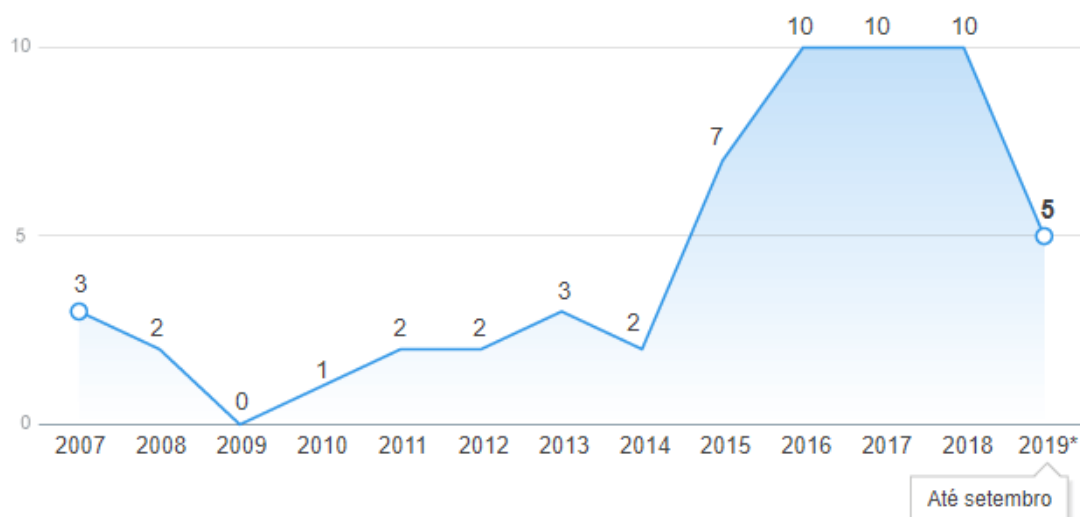
¹⁷ *Jovens negros e pobres são maioria entre vítimas de chacinas*. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-09/jovens-negros-e-pobres-sao-maioria-entre-vitimas-de-chacinas>>. Acesso em 24/07/2021.

¹⁸ *ONU: Brasil lidera ranking de mortes por bala perdida na América Latina e Caribe*. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-08/onu-brasil-lidera-ranking-de-mortes-por-bala-perdida-na-america>>. Acesso em 24/07/2021.

Crianças mortas por bala perdida

De acordo com levantamento do Rio de Paz, 57 crianças morreram atingidas por balas perdidas no estado do Rio entre 2007 e setembro de 2019

Por ano



19

Por cor



20

A partir dos gráficos, vê-se que os mais atingidos pelas balas perdidas são pretos e pardos, com aumento exponencial de casos a partir de 2014. Além disso, entre 2016 e 2020, a maioria dos policiais mortos por letalidade violenta no estado do Rio de Janeiro estava de folga e cerca de $\frac{1}{3}$ dessas mortes aconteceu em até 500 metros de uma área sob foco especial²¹. Esses dados já demonstram a construção do ódio entre os policiais e os moradores da

19

Disponível

em:

<<https://oglobo.globo.com/rio/maioria-das-criancas-mortas-por-bala-perdida-no-rio-foi-vitima-de-trocas-de-tiros-entre-policia-bandidos-1-23976559>>. Acesso em 25/07/2021.

20

Disponível

em:

<<https://oglobo.globo.com/rio/maioria-das-criancas-mortas-por-bala-perdida-no-rio-foi-vitima-de-trocas-de-tiros-entre-policia-bandidos-1-23976559>>. Acesso em 25/07/2021.

21

Fonte: ISP lança estudo sobre vitimização policial. Disponível em: <http://arquivo.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/TD05_2021-VPERJ-Vitimizaopolicia.html>. Acesso em 21/10/2021.

quebrada, que se aniquilam uns aos outros num ciclo bastante preocupante, especialmente no que tange à proteção da juventude brasileira.

Parte-se da ideia de que as chacinas são uma expressão radical da violência letal como recurso político de controle social, ou seja, assassinatos múltiplos que são comumente utilizados como uma demonstração pública de poder, utilizado tanto por organizações criminosas como por agentes públicos, principalmente em contexto de instabilidade institucional ou de disputa por territórios e mercados. Nesse sentido, o estudo das chacinas permite entrever as tramas de poder que sustentam as milhares de mortes que ocorrem todos os anos no país²².

Uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2016) chamou a atenção da mídia brasileira ao revelar que 60% dos brasileiros dizem que "bandido bom é bandido morto". Além disso, revelou também que 70% da população afirma que a polícia exagera na violência.²³ Portanto, falar de segurança pública não é só falar que bandido deve ser preso - ou morto. Deve-se falar da construção do medo que a polícia instaura na periferia com os ataques diários à população, e da falta de oportunidades aos jovens que, a partir dessa cultura e Ética construída em oposição ao Estado, desenvolvem subjetividades violentas e fazem sua carreira "profissional" no crime. O medo à violência policial, junto ao cotidiano violento perpetuado na periferia, faz com que a maioria dos jovens não tenha alternativa nem vislumbre mudanças, o que gera revolta em seu subjetivo. Essa é outra importante face da tese que se pretende evidenciar.

Dessa forma, a pesquisa aborda o tema da Segurança Pública dos dois lados da sociedade, tanto a partir do viés da população periférica, bem como a partir do viés da população efetivamente protegida pelo Estado, ou seja, aquela a que se destinam os discursos políticos de Segurança Pública.

A exposição teórica busca explicitar a responsabilidade do Estado e governos no abandono à população periférica - que pode ser dita em outras palavras como 'construção do

²² RAMOS; SANTOS; SILVA. op. cit.

²³ Disponível em:
 <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/11/02/interna-brasil,555729/bandido-bom-e-bandido-morto-dizem-60-dos-brasileiros.shtml>>. "No ano passado, 50% da população se dizia a favor da morte de criminosos". Disponível em:
 <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/11/para-57-dos-brasileiros-bandido-bom-e-bandido-morto-diz-datafolha.html>>. Acesso em 25/07/2021.

tédio’, como denominei. Além disso, atribuir-lhe responsabilidade pela construção do medo generalizado na sociedade, com a quebra do senso de comunidade, a partir do isolamento estrutural da população periférica, da atuação ostensiva da polícia militar no país, da construção de medo efetivo da polícia militar, e do tratamento à questão da segurança pública como uma questão de polícia, e não de construção de um “espaço publicamente confiável” para toda a população.

Na mídia e no policiamento militar ostensivo, os “vilões” da segurança pública são os jovens, homens, nascidos na periferia. Entretanto, ambos os lados da sociedade são vítimas da violência urbana, de um lado a violência provocada pela polícia, e de outro a violência provocada pelo “bandido”, que é alguém que a sociedade produz pela condução desenfreada do capitalismo e pelo abandono do Estado quanto a parcela da sociedade brasileira. Aqui está a chave da questão, pois, hoje, a maior parte dos encarcerados foram condenados por crimes de patrimônio, ou seja, em busca de dinheiro, enquanto as mulheres encarceradas possuem maioria das condenações por motivo de tráfico²⁴.

A responsabilização do Estado e governos é o primeiro passo para se discutir o tema da Segurança Pública de forma inteligente. Isso porque as estatísticas demonstram um quadro de irracionalidade do Estado ao tratar a questão da criminalidade, algo que precisa ser urgentemente revisto, aplicando todos os esforços possíveis para reverter o cenário de “beco sem saída” que o país se encontra no que tange ao encarceramento em massa²⁵ e aos altos índices de criminalidade em âmbito nacional²⁶.

Apenas a título de introdução, durante a pesquisa serão explicitadas as seguintes consequências da irracionalidade institucional do Estado atualmente: a política do enquadro; o fortalecimento da relação periferia-cárcere; o fortalecimento da dialética entre Estado de Direito e Estado de Polícia existente no país; a irracionalidade evidente na ciência estatística do Estado Brasileiro na utilização do Direito Penal.

²⁴ Fonte: <<https://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>>.

²⁵ “De acordo com os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, mantido pelo Ministério da Justiça, de dezembro de 2014, o Brasil tinha uma população carcerária de 622.202 pessoas presas (Infopen, p. 11), ocupando àquela época a 4a colocação no ranking dos países com maior número de pessoas presas (Infopen, p. 14), e uma taxa de 306 pessoas presas por cem mil habitantes, ocupando a 6a posição no ranking dos países com mais de 10 milhões de habitantes com maior taxa de encarceramento (Infopen, p. 15)”. Fonte: <<https://www.ibccrim.org.br/noticias/exibir/6774/>>. Acesso em 14/07/2021.

²⁶ No Atlas da Violência do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, há uma seção intitulada “Juventude Perdida”, em que se encontra: Número de homicídios de jovens por arma de fogo: 2014 - 25549; 2015 - 24612; 2016 - 26322; 2017 - 28302; 2018 - 24157; 2019 - 17797.

Além disso, a ruptura da noção de linearidade entre insegurança subjetiva e objetiva, na construção de pânico e de medo do crime. Isso porque, primeiramente, as interrelações entre o sentimento de insegurança, o local correspondente (casa, bairro ou cidade) e o perfil socioeconômico indicam variações significativas. De acordo com GIAMBERARDINO,

“De acordo com a média nacional, a sensação de segurança se reduz à medida que a população se afasta de casa; e isso porque 78,6% afirmaram se sentir seguros no domicílio, 67,1% no bairro onde moram e 52,8% na respectiva cidade. Quando se passa a utilizar a variável da renda per capita, entretanto, há duas curvas em sentidos opostos: a sensação de segurança é diretamente proporcional à renda quando se trata da própria casa e inversamente proporcional quando se está a falar da cidade. Entre os brasileiros com renda per capita domiciliar inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, a sensação de segurança em casa é de 77,8% e na cidade atinge 60,9%, enquanto entre os mais ricos – com renda per capita de cinco salários mínimos ou mais – o índice dos que se sentem seguros em casa foi de 82,8% e na cidade de apenas 41,4%.” [GIAMBERARDINO, 2015, p. 7].²⁷

Observa-se que, portanto, a percepção de insegurança se apresenta mais alta em bairros e regiões com taxas de vitimização e criminalidade *registrada* muito menores parece um paradoxo, mas na verdade contém um dos cerne da questão: é justamente sobre a erosão da ideia de comunidade que se legitima a militarização da segurança pública e o fortalecimento da segurança privada. Para as classes média e alta, essas são medidas necessárias à sua “defesa” em face da “barbárie” que vem da periferia²⁸.

Durante a enquête de vitimização realizada em diversas favelas cariocas entre 2005 e 2007, a “Pesquisa de vitimização do Rio de Janeiro, relatório técnico”, a cargo do Núcleo de Pesquisa das Violências, IMS/UERJ, verificou-se em áreas consideradas de maior risco e violência um alto nível de respostas indicando como “muito boa” a convivência entre vizinhos e o alto tempo médio de residência no local²⁹. Nesse sentido, durante a exposição da

²⁷ GIAMBERARDINO, A. R. *A Construção social do medo*, op. cit, p. 7.

²⁸ Constata a PNAD quando compara a utilização de dispositivos de segurança privada conforme a renda per capita: no caso do item “segurança privada e/ou cancela”, por exemplo, o índice de utilização ficou em torno a 18,1% entre aqueles com renda de 2 salários mínimos ou mais, enquanto o segundo maior constatado foi de somente 5,2%, entre aqueles com renda entre um e dois salários mínimos. “Com base nas respostas, formaram-se oito conjuntos de dispositivos:

1) grade na janela/porta; 2) olho mágico, abertura na porta, corrente no trinco da porta ou interfone; 3) cerca eletrificada, muro ou grade com mais de 2 metros de altura ou com cacos de vidro ou arame farpado, e/ou alarme eletrônico; 4) fechaduras extras e/ou barras na porta/janela contra-arrombamento; 5) cachorro; 6) câmera de vídeo; 7) segurança privada e/ou cancela; e 8) outro mecanismo de segurança”, cf. BRASIL. *Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil*, p. 45-48.

²⁹ GIAMBERARDINO, A. R. *A Construção social do medo*, op. cit, p. 6.

pesquisa, ficará evidente que a “barbárie”, aos olhos da periferia, são os policiais, que é justamente a materialização da Segurança Pública em sua forma preventiva.

Durante o século XX, muitos estudos já registravam com consistência a verificação de mudanças qualitativas no perfil da criminalidade registrada, com o aumento daquela denominada patrimonial, ou predatória, bem como a diminuição dos crimes contra a vida. Um deles foi produzido pelo PNAD³⁰, contendo gráficos numéricos e visuais e dados oficiais do IBGE. Isso significa que a criminalidade se perpetua pela busca por dinheiro, havendo diminuição histórica gradual da taxa de crimes não patrimoniais.

Além disso, atualmente, crescem as tendências de privatização dos meios de prevenção, tornando a segurança como um “bem de consumo” disponível aos que podem pagar³¹. O Estado, por sua vez, acaba servindo de protetor de uma parcela bastante reduzida da população, ao mesmo tempo que justifica suas ações como defesa do interesse público. Em oposição a isso, moradores das regiões periféricas das grandes cidades temem, em primeiro lugar, abusos por parte da própria polícia. Nesse sentido, o trabalho de pesquisa que entrevistou 150 habitantes de 45 favelas do Rio de Janeiro, constatou a

quase unânime responsabilização da polícia pelo sentimento de medo cotidiano,
enquanto moradores de classe média e alta temem o estereótipo do habitante da periferia³².

O presente trabalho sustenta o viés de que não há mais tempo a perder quando se fala em dispêndio de impostos, que são arrecadações públicas por definição para servir à população, em encarceramento em massa que apenas reproduz antigos resultados, uma máquina de reincidência³³. Os presos custam muito mais que estudantes no Brasil, como

³⁰ Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47311.pdf>>. Acesso em 20/07/2021.

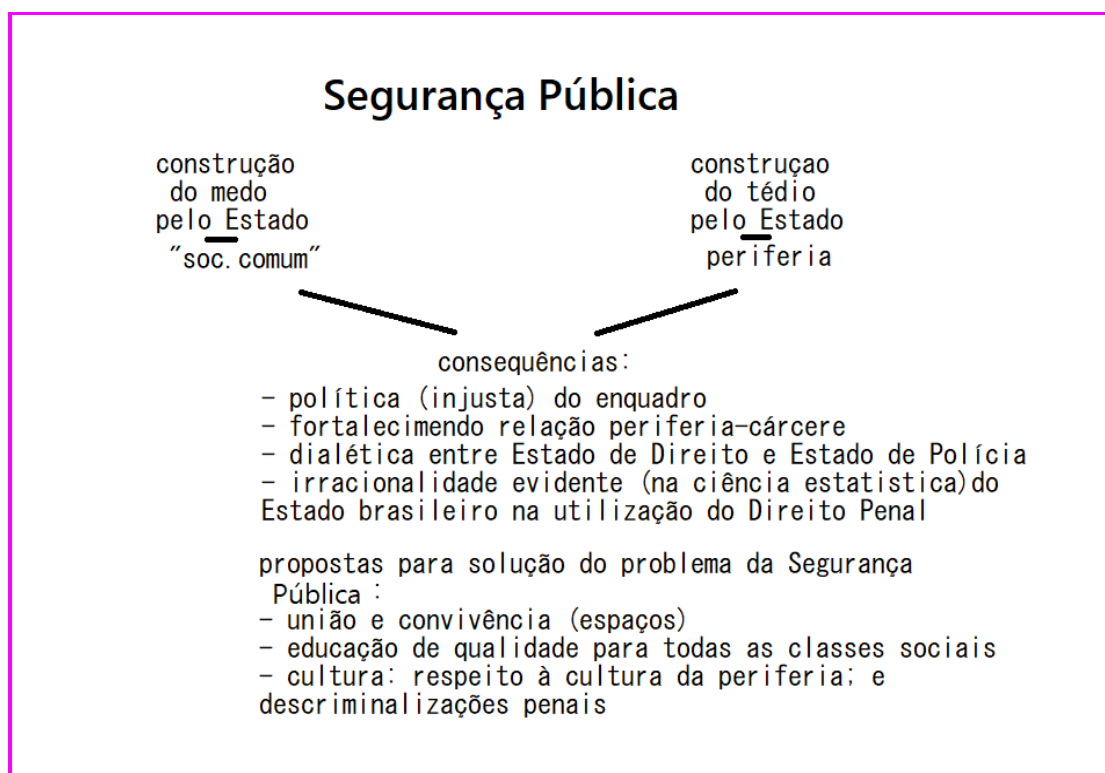
³¹ GIAMBERARDINO, A. R. *A Construção social do medo*, op. cit.

³² LEITE; SILVA. *Violência, crime e polícia*, op. cit.

³³ “Ainda são escassos no Brasil os trabalhos sobre reincidência criminal, o que colabora para que, na ausência de dados precisos, imprensa e gestores públicos repercutam com certa frequência informações como a que a taxa de reincidência no Brasil é de 70%, como afirmou recentemente o então presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso (Vasconcellos, 2011). (...) O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do sistema carcerário, por exemplo, divulgou em 2008 que a taxa de reincidência dos detentos em relação ao crime chegava a 70% ou 80% conforme a Unidade da Federação (UF). Entretanto, a CPI não produziu pesquisa que pudesse avaliar a veracidade deste número e baseou boa parte de suas conclusões nos dados informados pelos presídios. Como conclusão, o relatório afirmou que “hoje sabemos que a prisão não previne a reincidência e que devemos caminhar para alternativas que permitam ao autor de um delito assumir responsabilidades e fazer a devida reparação do dano eventualmente causado” (Brasil, 2008b).” Em estudos “mais confiáveis” segundo o Ipea, “chegou-se a uma taxa de 46,03%, número bem distante dos tão proclamados

demonstrará a pesquisa. Está na hora dos governos encararem a questão da Segurança Pública um problema primordial da Nação, que a cada semana recebe novas notícias de massacres e não vê diferença no sentimento subjetivo de insegurança. Está na hora de encarar com verdade e ousadia os problemas criminais que o país enfrenta, porque somente com soluções efetivas o ciclo de violência irá se quebrar. São soluções que muitas vezes já foram trazidas por pesquisadores, professores e ativistas, mas que necessitam ser resgatadas na melhor das oportunidades, para reforçar o argumento de tal necessidade urgente. Está na hora do Sistema de Justiça fazer jus ao nome que tem.

Assim, neste complexo contexto construído a partir da história política e social brasileira, é possível construir um panorama crítico que pode ser esquematizado da seguinte forma:



70% de reincidência.” e “por meio de entrevistas e técnicas quantitativas de pesquisa, a taxa de reincidência penitenciária encontrada foi de 30,7% (sendo de 31,3% para homens e 26% para mulheres). *Reincidência Criminal no Brasil*. Relatório de Pesquisa. Ipea. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/716becd8421643340f61dfa8677e1538.pdf>>. Acesso em 15/07/2021. Outras pesquisas, ainda, apontam para 42% de reincidência no Brasil. Conferir: <<https://www.conjur.com.br/2020-mar-03/42-adultos-retornam-sistema-prisional-aponta-pesquisa>>. Acesso em 23/07/2021.

³⁴ Elaboração autoral.

Da forma como se apresenta, a Segurança Pública no Brasil segrega ainda mais as classes sociais. Sua análise reflete o isolamento da sociedade, pois uma parcela é considerada “comum” para o Estado, aquela que deve ser protegida, enquanto a periferia é vista como local que apresenta perigo à ordem. Isso é o que gera o policiamento ostensivo excessivamente violento, as políticas do enquadro, o fortalecimento da relação entre a periferia e o cárcere, algo que se mostra extremamente ruim para a sociedade civil. Nesse sentido, na periferia, observa-se o domínio de características concretas de um Estado de Polícia, sob a justificativa da proteção do Estado de Direito ao resto da população. Essa irracionalidade do Estado em tratar a criminalidade está refletida nas estatísticas, que demonstram a ineficiência a longo prazo do policiamento ostensivo na diminuição da criminalidade.

Como soluções para este grande problema que o Brasil enfrenta, esta pesquisa propõe caminhos que não reforcem, ainda mais, a guerra que é travada entre as quebradas e a polícia, cujas mortes trágicas se retroalimentam num ódio interminável, buscando, pelo contrário, demonstrar que outras soluções mais inteligentes e pacíficas podem ser concretamente viáveis e eficientes a longo prazo.

O esquema reflete o caminho teórico que a pesquisa trilhou na busca por destrinchar os problemas dos ciclos violentos que a administração da Segurança Pública apresenta no Brasil, bem como as possíveis saídas desses vícios e erros do governo na proteção da população. Assim, quando se fala em defesa do interesse público, deve-se mirar também a educação pública e a construção de espaços livres de cultura e convivência para a redução da criminalidade, e afastar, de uma vez por todas, a política preventiva-punitiva para esse fim.

Elaborado para ser lido como um viés de orientação de política pública do Estado, o valor prático deste trabalho se demonstraria mais pleno e eficaz se adotado nacionalmente, em âmbito federal, ainda que se mantenha a legislação educacional a cargo dos estados e municípios.

1. A CONSTRUÇÃO DO MEDO DO CRIME NO BRASIL

Com o objetivo de demonstrar que não há relação direta entre as alterações nas taxas de criminalidade e a percepção subjetiva de insegurança, esta parte do trabalho trata da responsabilidade do Estado na criação do medo do crime e na segregação de classes que se perpetua por meio do isolamento e da falta de políticas públicas de integração.

Historicamente, o Estado de Bem-Estar Social, que se define como um tipo de organização política, econômica e sócio cultural que coloca o Estado como agente da promoção e desenvolvimento social e organizador da economia, e que nasceu como alternativa ao liberalismo e ao socialismo, nunca existiu concretamente nos países latino-americanos, como o Brasil. Nesses países, na realidade, gradualmente se instaurou a ideologia da segurança nacional que sustentou ditaduras militares e deu lugar, com a redemocratização, a uma nova emergência: a segurança urbana³⁵.

Cada vez mais, a sociologia, a antropologia e a filosofia contemporâneas apontam para a quase que completa destruição do senso de comunidade nas grandes cidades³⁶ e para a centralidade da responsabilidade *individual* para com a segurança de si mesmo e da família³⁷, ou seja, o domínio da ideologia neoliberal que insiste nas virtudes cívicas do “faça você mesmo”, somado à primazia do indivíduo sobre qualquer forma de agregação social³⁸. Nesse contexto social, o discurso da violência urbana, que é um conceito vago e ambíguo, é

³⁵ Mais informações, conferir: <https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf>. Acesso em 20/07/2021.

³⁶ Algumas das obras consultadas nesse sentido foram:

FREUD, Sigmund. *O Mal Estar na Civilização*. (1929). Tradução de Paulo César de Souza. – 1 ed.- São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. 2000. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp.

ADORNO, Sérgio. *Exclusão socioeconômica e violência urbana*. Revista Sociologias, n.8. São Paulo: Ed. Usp, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

³⁷ “37% dos brasileiros são favoráveis às novas regras para possuir arma de fogo em casa; 61% são contrários.”

Fonte:<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/03/ibope-maioria-dos-entrevistados-em-pesquisa-e-contra-a-flexibilizacao-das-regras-de-armas.ghtml>>. Acesso em 20/07/2021. “De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2020 mais de 50 mil assassinatos foram notificados, um crescimento de 4,8% em relação a 2019. Uma das causas detectadas pelo estudo é o aumento das armas de fogo nas mãos de civis”. Disponível em:<<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/07/4937941-mais-armas-com-civis-aumentam-homicidios-mesmo-na-pandemia-veja-mapa-da-violencia.html>>. Acesso em 20/07/2021. Basta observar o crescimento da intenção por porte de arma e crescimento de líderes políticos na última década que defendem esse posicionamento no Brasil (Presidente Jair Bolsonaro) e Estados Unidos (ex-Presidente Donald Trump). Conferir: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/23/decretos-pro-armas-de-bolsonaro-enfrentam-resistencia-no-senado>>. Acesso em 20/07/2021.

³⁸ GIAMBERARDINO, A. R. *A Construção social do medo*, op. cit. p.8 e ss.

utilizado essencialmente como ferramenta de comunicação política, reforçando a fragilização da comunidade pela suspeita e pela erosão dos laços de solidariedade³⁹. Novamente é oportuno o quanto afirmado por GIAMBERARDINO:

“Sempre descontentes com a ineficiência policial e administrativa, interpretadas como causa única de seu sentimento de insegurança, os setores mais abastados tem se comportado de maneira similar no Brasil e no exterior, promovendo o próprio isolamento por trás dos muros de condomínios fechados e bairros cercados – os “enclaves urbanos fortificados” – sob a tutela de tais serviços de segurança privada, constituindo o que se tem denominado dinâmicas de auto-segregação das elites”[GIAMBERARDINO, 2015, p. 9] ⁴⁰.

Acerca da polissemia e complexidade do próprio sentido de “segurança”, Bauman enfatizou as diferenças entre idiomas⁴¹: *Sicherheit* (“confiabilidade”), termo de grande amplitude de significados na língua alemã, e ao menos três palavras diversas em inglês, todas ligadas ao conceito de segurança, *security* (segurança) - relacionada à falta de fluidez e flexibilidade do mercado de trabalho e da falta de estabilidade do mundo globalizado; *certainty* (certeza) - que se refere a uma insegurança existencial acerca da incerteza sobre o futuro, maximizada pela revolução tecnológica e pela economia de mercado; e *safety* (“garantia”) - que diz respeito diretamente à insegurança sobre a própria integridade física e patrimonial, concretizada na prática como “medo do crime”.

Desse modo, a insegurança moderna não seria a ausência de proteção, mas sim a sombra da busca sem fim por proteção ou uma intensa busca por segurança⁴². A própria busca por proteção é que estaria criando a insegurança a um nível social organizado, tomando presença nas preocupações diárias dos cidadãos, nos discursos políticos e na mídia. O medo do crime, dentre todos os componentes e fontes de insegurança, é o único elemento negativo que parece ter efetiva capacidade de mobilizar as pessoas e de produzir efeitos decisivos na dimensão político-eleitoral⁴³.

³⁹ Nesse sentido, BODY-GENDROT, Sophie. *Les villes: la fin de la violence?* Presses de Sciences. Paris, 2001. p. 31. BAUMAN. *Modernidade Líquida*, op. cit. e GIAMBERARDINO, A. R. *A Construção social do medo*, op. cit.

⁴⁰ GIAMBERARDINO, A. R. *A Construção social do medo*, op. cit, p. 9.

⁴¹ BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Editora Jorge Zahar, p. 25.

⁴² Sobre, conferir: CASTEL, Robert. *L'insécurité sociale: Qu'est-ce qu'être protégé?*. La Republique des Idées Seuil. 2003. p. 6.

⁴³ Conferir: *Mídia, Sistema de Justiça Criminal e Encarceramento: narrativas compartilhadas e influências recíprocas*. Relatório Final de Pesquisa. Conselho Nacional de Justiça. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap); Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD). – Brasília: CNJ, 2021. p. 19. Disponível em:

Por conta disso, o tema da construção social da insegurança tem sido cada vez mais valorizado como objeto específico de estudo, especialmente desde a década de 60⁴⁴. Por ser capaz de aproximar governo e população, apelando ao conteúdo moral - algo que, com a presente pesquisa, se mostrará outro conceito extremamente volátil - e o apelo à exigência de punição, muitas vezes cria insegurança imaginária em quem nunca experienciou nenhum tipo de crime.

O medo do crime, portanto, é uma construção político-cultural, uma percepção de dimensão subjetiva da insegurança, afinal, a dimensão objetiva enquanto risco real de vitimização não é linear. Na realidade, conforme demonstram pesquisas empíricas como as de Chris Hale, na Inglaterra, de Vianello e Padovan, na Itália e França, e Caldeira, no Brasil, não há relação direta entre as alterações nas taxas de criminalidade e a percepção subjetiva de insegurança⁴⁵. A insegurança é subproduto de uma construção social bastante complexa dentro da qual o risco real de vitimização, seja ele qual for, ocupa um papel à margem, estatisticamente, de ameaças factuais muito mais tangíveis.

A busca de correlações entre medo do crime, segurança e taxas de vitimização, que são variáveis possíveis de serem contabilizadas por órgãos oficiais, apresentaram resultados de incongruência entre as taxas de vitimização obtidas e a percepção individual de segurança dos cidadãos. Segundo o IBGE, metade da população se sente insegura onde vive e, ao todo, são 77 milhões de pessoas com medo de andar pelas ruas brasileiras por causa da violência⁴⁶

Uma importante conclusão a que se chega com esses resultados é que o elemento comum compartilhado por todas as classes sociais quanto aos mecanismos de produção de insegurança subjetiva é a existência ou possibilidade de instabilidade na rotina, ou seja, acontecimentos que interferem nos afazeres diários e hábitos cotidianos.

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/05/Relatorio_Midia-Sistema-de-Justica-Criminal-e-Encarceramento.pdf>. Acesso em 23/07/2021.

⁴⁴ Vide importantes estudos como, na Inglaterra, HALE, Chris. "Fear of crime: a review of the literature". *International Review of Victimology*, vol. 4, 1996, p. 79-150; na Itália e França, VIANELLO, Francesca; PADOVAN, Dario. "Criminalità e paura: la costruzione sociale dell'insicurezza". *Dei Delitti e Delle Pene*, vol. VI, 1-2. Bari: Ed. Scientifiche Italiane, 1999, p. 247-286; e no Brasil, CALDEIRA. *Cidade dos Muros*, op. cit. *apud* GIAMBERARDINO, A. R. *A Construção social do medo*, op. cit. p. 9.

⁴⁵ BALKIN, Steven. *Victimization rates, safety and fear of crime*. Social Problems. University of Illinois at Chicago Circle. 1979. p. 357. Disponível em: <<https://academic.oup.com/socpro/article-abstract/26/3/343/2925148?redirectedFrom=PDF>>. Acesso em 25/07/2021.

⁴⁶ Fonte: <<https://exame.com/brasil/ibge-metade-da-populacao-se-sente-insegura-onde-vive/>> . Acesso em 23/07/2021.

A partir disso, questiona-se: há racionalidade em um Estado que vitimiza a própria população carente, ao tentar proteger a ilusão de segurança das classes sociais mais abastadas? Se sim, as estatísticas oficiais demonstram efetiva melhora na redução do sentimento de insegurança de alguma parcela da população? Se a resposta for negativa, é necessário rever todo o escopo do mecanismo do Direito Penal brasileiro, para descobrir realmente qual a intenção das excessivas prisões e encarceramentos por tráfico, roubo e furto que realizamos neste país, como propõe este trabalho.

Como já mencionado, o viés que adotamos é não apenas crítico, mas busca primordialmente a verdade factual contida nos números, busca a atenção da Justiça necessária para que se construa uma saída ao encarceramento em massa e altos índices de reincidência, em oposição ao baixíssimo IDH da maior parte das cidades brasileiras devido ao medo e insegurança que provocam no morador⁴⁷, entre diversos outros problemas. Busca-se, essencialmente, um desenvolvimento criminológico e sócio-jurídico que contribua para a quebra do ciclo de violência provocado pela prática do Estado de Polícia nas periferias brasileiras e a criminalidade junto às facções que apenas aumentam de número.

Dito isso, questiona-se, pois, se a fabricação do medo interessa mais à administração da segurança pública, de um ponto de vista político-eleitoral, em detrimento da diminuição dos riscos reais de vitimização em determinada área. A redução do sentimento de insegurança da população deve ser destinada a todas as classes sociais. Bastante óbvio afirmar, assim, que não interessa a um político a redução dos índices de criminalidade de uma região se as pessoas não se sentem efetivamente mais seguras⁴⁸.

A necessidade por segurança, quando insatisfeita, corresponde ao aumento da demanda por mais repressão e o fortalecimento de um Direito Penal meramente simbólico, por um lado - o da periferia, cuja ética fica intocada, pois o cárcere e a repressão não alteram sua personalidade violenta, como se demonstrará -, e a gradual “privatização” da segurança “pública”, por outro. Por isso, é necessário atenção à fabricação de pânico moral por políticos

⁴⁷ *Desigualdade social é o principal fator que mantém IDH do Brasil baixo*. Disponível em: <<https://direito-do-estado.jusbrasil.com.br/noticias/2910196/desigualdade-social-e-o-principal-fator-que-mantem-idh-do-brasil-baixo>>. Acesso em 27/07/2021. Outras informações sobre insegurança e IDH podem ser encontradas em: *Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre condicionantes individuais*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2013. Disponível em: <https://nipp.ufsc.br/files/2016/07/Artigo_Revista-do-f%C3%B3rum-brasileiro-de-seguran%C3%A7a-p%C3%BAblica-1.pdf>. Acesso em 27/07/2021.

⁴⁸ GIAMBERARDINO, A. R. *A Construção social do medo*, op. cit.

e pela mídia, e também a desmistificação da cultura periférica, que, historicamente, é injustamente criminalizada⁴⁹.

Justamente sobre a erosão da ideia de comunidade é que se legitima a militarização da segurança pública e o fortalecimento da segurança privada. Nesse contexto, há uma polarização da violência: a “barbárie”, aos olhos da periferia, é a polícia, o ESTADO⁵⁰; de outro lado, a criminalidade e o encarceramento apenas aumentam, sem diminuir o sentimento de insegurança da população brasileira em geral.

⁴⁹ “Em 1890, dois anos depois da promulgação da Lei Áurea, foi estabelecida por legislação a definição do crime de “vadiagem”. (...) O “crime” rendia até 30 dias de prisão. O samba acabou sendo enquadrado como um dos símbolos da criminalidade.” *Quando tocar samba dava cadeia no Brasil*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51580785#:~:text=Em%201890%2C%20dois%20anos%20depois,do%20crime%20de%20vadiagem%22.&text=O%20crime%22%20rendia%20at%C3%A9%2030,um%20dos%20s%C3%ADmbolos%20da%20criminalidade.>>. Acesso em 20/07/2021. Para mais informações sobre o tema, conferir o trabalho de FURQUIM. *A Criminologia Cultural e a Criminalização*, op. cit.

⁵⁰ SILVA, Luiz Antonio Machado da; LEITE, Márcia Pereira. *Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falas desses temas?*. Sociedade e Estado, p. 573;

2. A CONSTRUÇÃO DO TÉDIO NA PERIFERIA

Estudos elaborados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, TCE-RS e pelo professor Daniel Cerqueira, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), do Rio de Janeiro, apontam uma relação inversa entre o crime e a educação⁵¹. Quanto maiores são as taxas de escolarização, menores são os registros de violência:

“A cada 1% a mais de jovens nas escolas, homicídios caem 2%”⁵²

A pesquisa foi realizada em municípios com mais de 100 mil habitantes, em que foram comparadas as taxas de escolarização e os registros de casos de violência. Explica a auditora pública externa do TCE, Débora Brondani da Rocha:

"Em municípios onde tinha maior taxa de abandono do [ensino] fundamental, a taxa de homicídio doloso é maior, e naqueles em que a expectativa de anos de estudo é menor, também havia maior número de homicídios"⁵³

Além disso, os números demonstram que, no estado do Rio Grande do Sul, das pessoas que foram condenadas a cumprirem alguma pena, mais de 60% sequer concluíram o ensino fundamental, trocando as salas de aula pelas ruas por volta do quinto ou sexto ano⁵⁴. É justamente nessa fase da vida, aos 12, 13 anos de idade, que os adolescentes podem encontrar no crime a identificação e o acolhimento que deveriam ter sido proporcionados pela escola.

Na faixa dos quatro aos 17 anos, 151 mil crianças e adolescentes ainda estão fora da sala de aula, segundo o movimento Todos pela Educação⁵⁵. Por trás do abandono, há escolas defasadas e sucateadas, além de problemas sociais que cercam as periferias. Cabe citar sábias palavras do advogado e professor Luiz Marcelo Berger: "O maior critério de sucesso educacional seria sabermos quantos alunos não deixamos no meio do caminho"⁵⁶.

⁵¹ Fonte: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27724&Itemid=6>.

⁵² Fonte: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27724&Itemid=6>.

⁵³ Fonte: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/pesquisas-apontam-educacao-como-escudo-contracriminalidade.ghml>>. Acesso em 18/08/2021.

⁵⁴ *Mais de 60% dos presos do Rio Grande do Sul não completaram o ensino fundamental.* Fonte: <<https://globoplay.globo.com/v/6062199/>> Acesso em 18/08/2021.

⁵⁵ Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/>>. Acesso em 18/08/2021.

⁵⁶ Fonte: <<https://www.comunitas.org/pesquisas-apontam-educacao-como-escudo-contracriminalidade/>>. Acesso em 26/10/2021.

Além disso, não é possível dissociar a questão da educação da criança da realidade da família em que ela vive. Por isso é tão importante a análise da criminalidade não como uma situação isolada, mas sim uma decorrência. Assim, a resposta do Estado deve ser melhor articulada a fim de impedir essa decorrência, em detrimento de investir dinheiro público em Segurança e policiamento.

Isso porque, enquanto falta investimento para educação, o dinheiro dos impostos destinado pelos governos para a segurança deu um salto, chegando a mais de R\$ 5 bilhões em 2016⁵⁷. Ainda que o Poder Público não poupe recursos para combater o crime, as estatísticas aumentam, provando que só repressão não diminui a violência.

Desde 2012, o número de presos no Rio Grande do Sul saltou de 29 mil para 34 mil.⁵⁸ Conforme os cálculos das pesquisas sobre o tema elaboradas pelo Tribunal de Contas Estadual do Rio Grande do Sul (TCE-RS), para abrigar essas pessoas propriamente, somente este Estado teria de criar cerca de 9,4 mil vagas, o que acarretaria em gastos de R\$ 500 milhões. Por cada preso cumprindo pena, o estado do Rio Grande do Sul gasta hoje R\$ 24 mil por ano, valor suficiente para manter três alunos em uma escola estadual. O gasto tem poucos resultados, já que o sistema penitenciário, sucateado e superlotado, recupera muito pouco. Cerca de 70% dos detentos de presídios do Estado já haviam sido presos outras vezes⁵⁹.

Isso mostra que não há uma política pública que vá resolver o problema da criminalidade no Brasil numa expectativa de 2 ou 3 anos, por meio do aumento do policiamento ostensivo e dos investimentos em Segurança Pública. A solução deve ser outra, visto que as estatísticas oficiais do governo, quando analisadas a longo prazo, demonstram a falta de relação entre aumento de policiamento ostensivo e diminuição da violência.

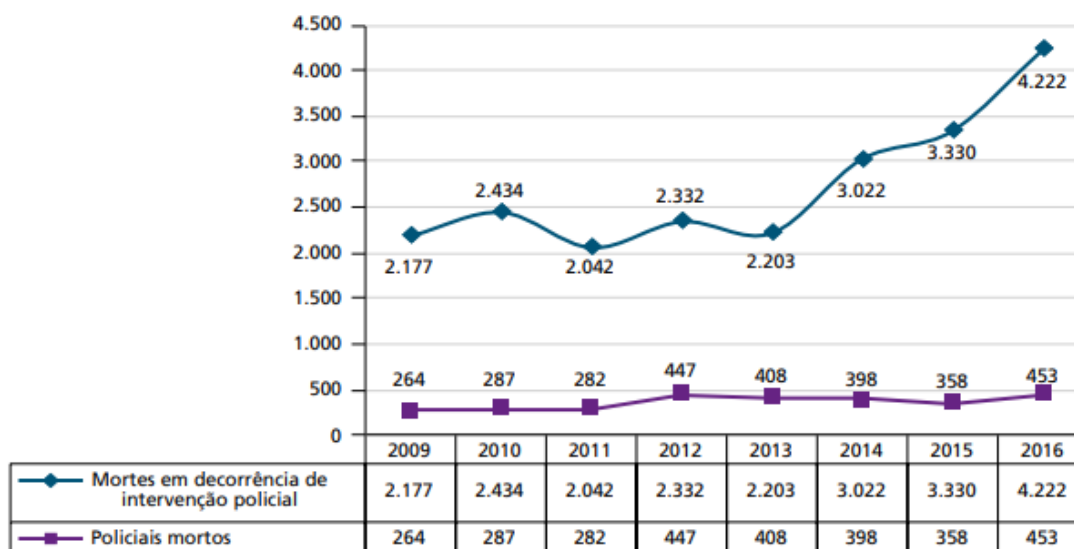
⁵⁷Fonte:

<<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/pesquisas-apontam-educacao-como-escudo-contra-criminalidade.ghml>>. Acesso em 22/10/2021.

⁵⁸Fonte:<<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/pesquisas-apontam-educacao-como-escudo-contra-criminalidade.ghml>>. Acesso em 25/08/2021.

⁵⁹Fonte:<<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/pesquisas-apontam-educacao-como-escudo-contra-criminalidade.ghml>>. Acesso em 25/08/2021.

GRÁFICO 1
Letalidade e vitimização policial no Brasil (2009-2016)
(Em nº de mortos)



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2017).
Elaboração do autor.

60

A partir do gráfico, observa-se que, do ano 2009 a 2016, as mortes de policiais têm números altos, mas o índice de mortes causadas pelos policiais é muito mais alto e seguiu crescendo. Além disso, os investimentos em policiamento ostensivo se mantêm ou aumentam, enquanto a criminalidade não se altera, e até apresenta piora, como será explorado mais adiante neste trabalho, na análise das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no estado do Rio de Janeiro.

Entretanto, contrariando a racionalidade necessária à matéria, o Governo do Brasil congelou os investimentos públicos nos patamares de 2016, com a Emenda Constitucional 95, que inviabiliza a concretização das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE). Sobre o assunto, a Presidenta da APEOESP, Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, Maria Izabel Azevedo Noronha, em setembro de 2021, comenta:

“Em São Paulo, nós, professores, estamos há longos três anos sem reajuste salarial, as condições de trabalho são precárias, faltam funcionários e professores, as classes estão superlotadas e há um processo de retomada silenciosa da “reorganização escolar”, por meio do fechamento de classes. No primeiro semestre, segundo levantamento parcial, foram pelo menos 1.400 classes fechadas e, durante o recesso de julho, os fechamentos atingiram outro grande número de classes.”⁶¹

⁶⁰ Fonte: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8873/1/bapi_17_cap_10.pdf>. p. 2.

⁶¹ Fonte: <<https://www.cartacapital.com.br/opinioao/nao-aceitamos-o-desmonte-da-educacao-brasileira/>>. Acesso em 25/08/2021.

Apenas nos últimos 20 anos, 793 escolas foram fechadas no estado (RS), como aponta o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul⁶². Neste período, o investimento público em educação no estado passou de quase R\$ 6 bilhões em 1997 para R\$ 9,7 bilhões em 2015. Ainda assim, o montante é inferior ao previsto em lei. Desde 2001, os governos gaúchos não cumprem a Constituição Estadual, que manda destinar 35% dos impostos para a educação. Em 2016, a proporção ficou em 29,28%.

O Brasil possui uma altíssima taxa de aprisionamento⁶³, mas, como fruto disso, há apenas uma resposta cíclica e negativa, de forma que se pode afirmar que o Brasil prende muito, mas prende mal. Seguindo as tendências do governo, que não demonstra interesse pela classe dos presos e seus direitos, a construção de presídios e a perpetuação da violência policial apenas dá seguimento a essa política de encarceramento em massa.

Difícilmente essa situação poderia refletir resultados positivos, no que diz respeito à diminuição dos índices de criminalidade. Nas palavras de Rogério Maia Garcia, professor de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS): "As prisões não servem para nada, só para aumentar a capacidade criminal. As condições das prisões brasileiras, que são masmorras medievais, não ressocializam".⁶⁴

A questão que fica é, afinal, se o investimento destinado por Lei à educação pública⁶⁵ será respeitado e cumprido, e oportunamente aumentado, ou o governo apenas continuará investindo cegamente em Segurança, policiamento e violência. Comprovado pelos números, o caminho preventivo-punitivo adotado até hoje não gerou os frutos esperados. Desse modo, é necessário optar por novas perspectivas de tratamento da criminalidade no país, adotando estratégias que, como demonstra a presente análise, trariam evidente benefício a partir do sucesso de sua implementação.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) foi aprovada em dezembro de 1996 para garantir o direito a toda população de ter acesso à educação gratuita e

⁶² Disponível em: <<https://ceed.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em 25/08/2021.

⁶³ *Brasil tem 338 encarcerados a cada 100 mil habitantes; taxa coloca país na 26ª posição do mundo.* Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/02/19/brasil-tem-338-encarcerados-a-cada-100-mil-habitantes-taxa-coloca-pais-na-26a-posicao-do-mundo.ghtml>>. Acesso em 27/07/2021.

⁶⁴ Fonte: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/pesquisas-apontam-educacao-como-escudo-contra-criminalidade.ghtml>>. Acesso em 25/08/2021.

⁶⁵ Sobre a definição de gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), conferir: <<http://www.redefinanciamento.ufpr.br/antigo/nic3.htm>>. Acesso em 26/08/2021.

de qualidade, para valorizar os profissionais da educação, estabelecer o dever da União, do Estado e dos Municípios com a educação pública⁶⁶.

A educação em turno integral é uma solução para evitar que os alunos experimentem a realidade do tédio e da angústia da falta de oportunidades. O maior investimento na área em curto prazo deve ser realizado para melhorar a situação das escolas públicas, no mínimo em um período entre cinco e 10 anos, não menos que isso. Só assim seria possível vislumbrar o resultado das propostas de educação em que insistem os pesquisadores de desenvolvimento e criminalidade.

Uma pesquisa brasileira sobre a análise econômica da relação entre a educação e a violência chamou a atenção em 2013 por seus resultados bastante impactantes. A pesquisa de doutorado produzida na Universidade de São Paulo (USP) realizada pela economista Kalinca Léia Becker (Economia - Esalq)⁶⁷ mostra que a cada investimento de 1% na educação, 0,1% do índice de criminalidade é reduzido.

O estudo comprova a potencialidade da escola como um fator para influenciar o comportamento dos alunos e reduzir a violência, pois mostra que o investimento em educação reduz a criminalidade. Também foram observadas evidências de que o ambiente familiar e a participação dos pais nas reuniões da escola podem influenciar o comportamento do aluno, conforme afirmado por Kalinca Léia Becker:

“O objetivo geral do trabalho foi analisar a relação entre a educação e a violência, observando se a educação e a escola podem contribuir para reduzir a violência e o crime”, comenta a pesquisadora, orientada pela professora Ana Lúcia Kassouf.⁶⁸

Assim, com o objetivo de comprovar a constatação de que a escola e a educação efetivamente fundamentam a redução da criminalidade, a pesquisa foi composta por dois ensaios: o primeiro demonstra uma análise ampla e ao mesmo tempo concentrada acerca dos impactos dos gastos com educação na redução da taxa de homicídios; o segundo, por sua vez, adentra no território “interno” da instituição escolar analisando como diversos fatores presentes no ambiente escolar podem prevenir a manifestação do comportamento violento.

⁶⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 26/08/2021.

⁶⁷ Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-15032013-092954/pt-br.php>>. Acesso em 18/08/2021.

⁶⁸ Fonte: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/06/05/pesquisa-mostra-que-investimento-em-educacao-reduz-criminalidade.htm>>. Acesso em 26/08/2021.

No primeiro ensaio, foram coletadas evidências de que a atuação pública na área da educação poderia contribuir para reduzir o crime no médio e longo prazo. Nesta etapa, foi mensurado o impacto do gasto público em educação na redução da taxa de homicídios, utilizando dados dos estados brasileiros, entre os anos de 2001 e 2009⁶⁹.

No segundo momento da pesquisa, financiado pelo programa “Observatório da Educação”, fruto da junção entre o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), em que foram analisados alguns fatores do ambiente escolar e de seu entorno que poderiam contribuir para a manifestação do comportamento violento dos alunos, a partir de dados disponibilizados nas Provas Brasil de 2007 e 2009⁷⁰. Conclui a pesquisadora:

“A possibilidade de algum aluno manifestar comportamento violento em escolas onde foram registrados crimes contra o patrimônio e contra a pessoa é, respectivamente, 1,46 e 1,22 vezes maior em comparação às escolas que não registraram estes crimes”⁷¹.

A pesquisa comprovou a influência da educação no comportamento dos alunos. Constatou-se no primeiro ensaio que quando ocorre o investimento de 1% na educação, 0,1% do índice de criminalidade é reduzido.

Sob o argumento de que o investimento em educação reduz a criminalidade, é importante lembrar que a educação pública no país deve receber muito mais atenção do que atualmente recebe. Os professores passam por situações muito difíceis, carregando nas costas toda a responsabilidade de educar crianças de famílias que muito precisam, mas com pouquíssimos recursos para fazê-lo⁷².

Assim, ainda que este trabalho se destine a uma orientação pública de política do Estado que se mostre mais racional e efetiva do que a atual, deslocando os aumentos de investimento em Segurança Pública para a destinação na área Educação, vale a ressalva de

⁶⁹ Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-15032013-092954/pt-br.php>>.

⁷⁰ Fonte: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/06/05/pesquisa-mostra-que-investimento-em-educacao-reduz-criminalidade.htm>> . Acesso em 25/08/2021.

⁷¹ Conferir: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/06/05/pesquisa-mostra-que-investimento-em-educacao-reduz-criminalidade.htm>>. Acesso em 25/08/2021.

⁷² Para mais informações, conferir:

<<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/10/como-e-ser-professor-da-educacao-basica-no-brasil-de-2020.html>> . Acesso em 27/08/2021.

que é preciso buscar, junto a outras pesquisas, a maneira de implementação desses recursos, que deve ser, como já evidenciado, a médio e longo prazo.

Porém, para isso, é necessário que a escola funcione como um espaço para desenvolver conhecimento, pois, na mencionada pesquisa de Kalina Becker, no segundo ensaio, foi observado que escolas com traços da violência, como depredação do patrimônio, tráfico de drogas, atuação de gangues, entre outros, podem influenciar a manifestação do comportamento agressivo nos alunos.

De acordo com os resultados obtidos, a conclusão é de que o contato com um meio onde prevalecem ações violentas influencia diretamente o comportamento do aluno dentro da escola. Sendo assim, as políticas públicas para reduzir o crime na vizinhança da escola seriam de grande auxílio para contribuir significativamente à redução da agressividade dos alunos. A pesquisa sugere ainda que a escola pode, além disso, adotar medidas de segurança para proteger os alunos nas imediações da instituição.

Outra solução sugerida pela pesquisa é que, quando a instituição promove atividades extracurriculares, ocorre a redução em 0,96% da possibilidade de algum aluno cometer um ato agressivo. Este é um resultado bastante interessante, pois demonstra como muitos programas de redução da violência nas escolas incluem atividades de esporte, cultura e lazer como forma de socializar a convivência e, assim, reduzem a violência. Também foram observadas evidências de que o ambiente familiar e a participação dos pais nas reuniões da escola podem influenciar o comportamento do aluno.

Desse modo, o investimento em Educação deve ser uma estratégia de Segurança Pública no Brasil, tendo em vista todas as particularidades existentes no país. Ademais, não pode ser limitado temporalmente, mas sim deve ser cumprida a Lei, artigo 212 da Constituição Federal, que determina que os municípios devem aplicar, anualmente, no mínimo 25% da receita resultante de impostos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, e a União, não menos de 18% desse montante⁷³. Com destino da verba pública devida à Educação por força da lei, também poderia ser criada legislação auxiliar independente de governos e de política, que reforce a orientação pública como forma de cumprimento do interesse público de toda população brasileira, não apenas de uma parcela dela.

⁷³ Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 21/08/2021.

2.1. Presos custam mais que alunos

Um preso no Brasil custa R\$ 2,4 mil por mês e um estudante do ensino médio custa R\$ 2,2 mil por ano.⁷⁴

O ano de 2018 se iniciou com a repetição de fatos que já integram o cotidiano de muitas cidades brasileiras, com rebeliões e mortes em presídios com excesso de prisioneiros. A criminalidade tem taxas altíssimas dentro e fora dos presídios, o que mostra a revolta da população e faz do Brasil um dos países mais violentos do mundo. Ainda assim, à medida que aumenta a violência, os discursos de defesa do enrijecimento das leis penais ganham força, o que significaria mais pessoas presas em cadeiras, e por mais tempo.

Na coleta de dados estatísticos realizada pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) em 2014, a população carcerária no Brasil já passava de 622 mil presos, e o sistema prisional convivia com um déficit de 250 mil vagas. Para o Ministério da Justiça, se o crescimento da população carcerária mantiver aquele ritmo, o Brasil poderia superar a marca de 1 milhão de detentos em 2022⁷⁵.

Mesmo com o encarceramento em massa, o aumento do número de presos não tem reduzido a criminalidade: de 1980 até hoje, o número de homicídios aumentou 385%, ao mesmo tempo em que o número de encarcerados subiu quase 1.200%.⁷⁶ Isso leva a crer que não é prendendo mais pessoas que a questão da violência no país irá diminuir.

Também leva à conclusão de que o combate ao crime não se dá nas ruas, com o policiamento, mas começa dentro da sala de aula, como o antropólogo Darcy Ribeiro muito sabiamente antecipou em 1982: “Se os governantes não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios”. O governo não se atentou para as pesquisas de Ribeiro e, hoje, segundo palavras da então presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, o Estado paga 13 vezes mais para manter um preso na cadeia, que um estudante em

⁷⁴Fonte:

<<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2016/11/carmen-lucia-lamenta-presos-custam-mais-que-estudante-no-brasil-1013994816.html>>. Acesso em 20/08/2021.

⁷⁵ Fonte: <<https://www.dm.com.br/opinioao/2018/01/educacao-x-criminalidade/>>. Acesso em 20/08/2021.

⁷⁶ Dados de 2018. Fonte: <<https://www.dm.com.br/opinioao/2018/01/educacao-x-criminalidade/>>. Acesso em 20/08/2021.

uma escola. Segundo ela, que também foi presidente do Conselho Nacional de Justiça, "quando não se fazem escolas, falta dinheiro para presídios".⁷⁷

No Brasil, presos custam 13 vezes mais que estudante. - diz Ministra Cármen Lúcia⁷⁸

Assim, é possível afirmar com segurança que Darcy Ribeiro estava certo: educação é o caminho para reduzir a criminalidade. Nesse sentido, o inchaço do sistema carcerário brasileiro seria evitado com melhorias no ensino, como afirmam unanimemente os educadores e juristas ouvidos pelo Estado de Minas em pesquisa de 2017.⁷⁹

2.2. A relação entre educação e criminalidade

Como apontou o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), há uma relação direta entre educação e criminalidade⁸⁰. Depois, observou como uma escola voltada para o desenvolvimento de conhecimento tem menos chance de desenvolver alunos violentos do que escolas com traços como depredação do patrimônio, atuação de gangues e tráfico de drogas. O levantamento demonstra que há uma tendência segundo a qual, para cada 1% a mais de jovens nas escolas, há uma diminuição de 2% na taxa municipal de assassinatos. De acordo com o mapa da violência traçado pelo Ipea em 2014, 50% dos homicídios aconteceram em 71 dos 5.570 municípios e a metade deles nos 10% dos bairros mais pobres das cidades, carentes de políticas públicas⁸¹.

Retoma-se, aqui, o fato de que o nível de escolaridade da maioria dos detentos no Brasil é fundamental incompleto.⁸² Tal estatística reforça a tese de que investir em políticas

⁷⁷Fonte: <<https://www.cnj.jus.br/carmen-lucia-diz-que-presos-custam-13-vezes-mais-do-que-um-estudante-no-brasil/>>. Acesso em 22/08/2021.

⁷⁸Fonte:

<<https://www.diariodoaco.com.br/noticia/0002204-presos-custam-13-vezes-mais-do-que-estudante-diz-carmen-lucia->>. Acesso em 21/08/2021.

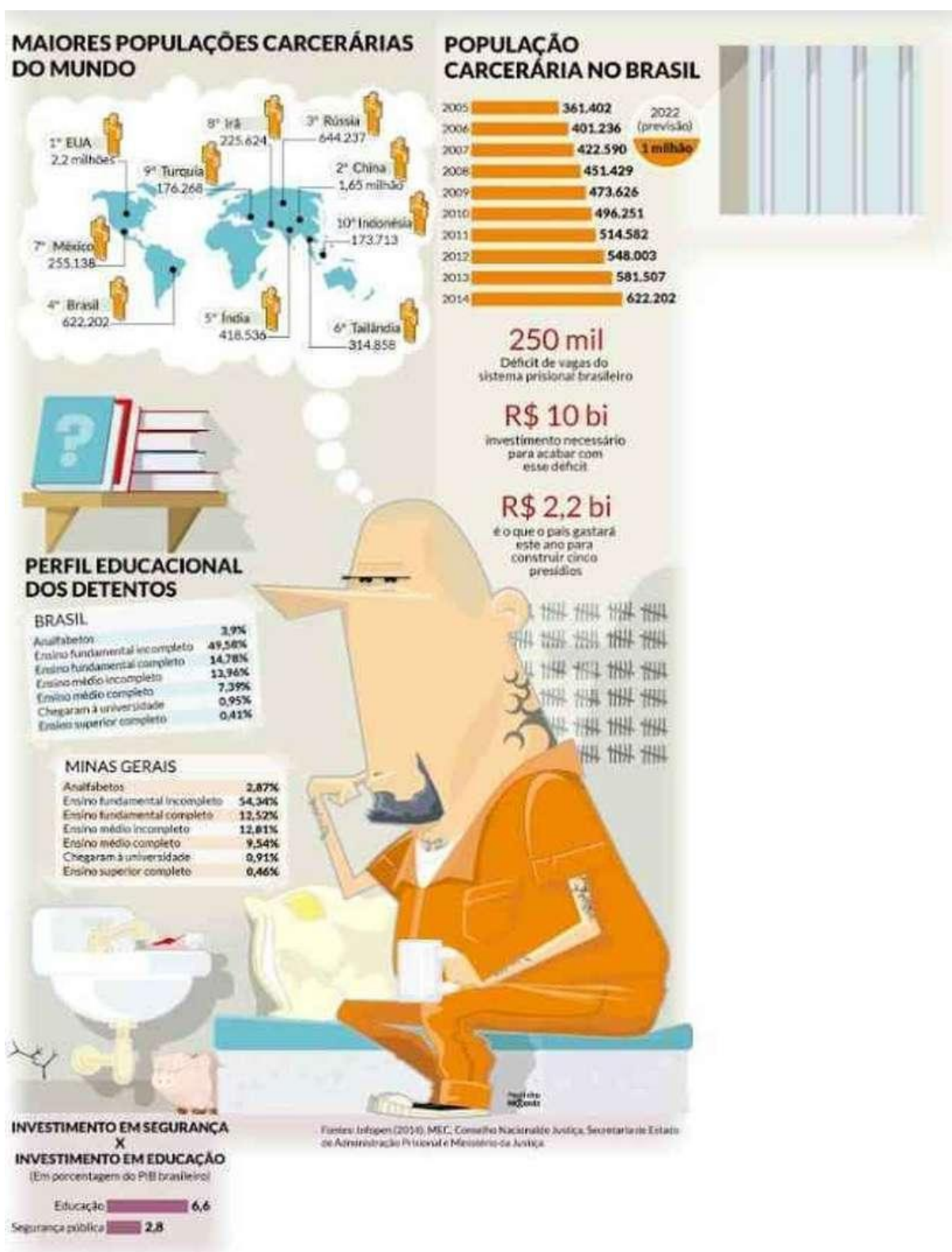
⁷⁹Fonte: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/15/interna_politica,839547/darcy-ribeiro-estava-certo-educacao-e-o-caminho-para-reduzir-crime.shtml>. Acesso em 25/08/2021.

⁸⁰ Fonte: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27724&Itemid=6>.

⁸¹Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-15032013-092954/pt-br.php>>. Acesso em 18/08/2021.

⁸² “70% dos presos no Brasil não concluíram o ensino fundamental”. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/70-dos-presos-no-brasil-nao-concluíram-o-ensino-fundamental/>>. Acesso em 22/08/2021.

públicas que evitem que a criança entre no mundo do crime é o único caminho para enfrentarmos a criminalidade crescente.



Nesse sentido, importantes programas já foram desenvolvidos no Brasil, como em Pernambuco, o Pacto Pela Vida, com foco em prevenir a violência e reduzir a criminalidade⁸⁴. Edificado pelo ‘Todos por Pernambuco’, uma organização pública de ‘Gestão Democrática e Regionalizada com Foco em Resultados’, que busca o diálogo popular junto ao Governo⁸⁵, esses programas atuam para evitar que o crime aconteça alterando as condições sociais ou institucionais que podem influenciar a atividade criminosa. Essa proposta é bastante interessante, pois através da integração do sistema de segurança pública, é feita uma readequação e a modernização de processos, protocolos e rotinas diretamente relacionados à capacidade técnica operacional das organizações policiais e do Sistema de Justiça Criminal, com o objetivo de desenvolver uma gestão democrática com participação e controle social na formulação de políticas públicas de segurança.⁸⁶

Além dele, no Espírito Santo, o programa Estado Presente em Defesa da Vida⁸⁷, que funciona sob um eixo de proteção social e “gerência da juventude”. As ações são destinadas às juventudes capixabas, em toda sua diversidade cultural, religiosa, de raça, gênero e localidade. Dentre as atribuições do programa, destaque para a promoção, a articulação, o desenvolvimento e o acompanhamento das políticas públicas que tenham relação com a promoção e defesa dos direitos humanos de jovens. O site oficial do programa afirma:

Toda população brasileira entre 15 a 29 anos, de acordo com o Estatuto da Juventude (lei 12.852/2013), é considerada jovem. A juventude é marcada por muitas mudanças: físicas, emocionais, sociais, financeiras, comportamentais, é um momento de experiências diversas, de desafios e necessidades que nem sempre são capazes de serem solucionadas individualmente. As possibilidades de vivência da juventude da forma segura, incentivando a sua potencialidade, no momento de maior expansão da sua energia de trabalho e vida, são diferentes para cada pessoa, especialmente se consideramos a desigualdade social, racial, sexual da nossa sociedade.

A vivência da juventude é única, importante, cheia de potência e, muitas vezes, definindo os caminhos que serão trilhados por cada um em suas vidas. Por isso,

⁸³Fonte: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/15/interna_politica,839547/darcy-ribeiro-estava-certo-educacao-e-o-caminho-para-reduzir-crime.shtml>. Acesso em 26/08/2021.

⁸⁴Conferir:

<https://www.sds.pe.gov.br/images/media/arquivos/seminario_de_analise_criminal/Resumo_PPV_Dr_%20Alessandro_Sec_Exe_PE.pdf>. Acesso em 22/08/2021.

⁸⁵ Conferir: <<https://www.participa.pe.gov.br/>>. Acesso em 22/08/2021.

⁸⁶Fonte:

<https://www.sds.pe.gov.br/images/media/arquivos/seminario_de_analise_criminal/Resumo_PPV_Dr_%20Alessandro_Sec_Exe_PE.pdf>. p. 6. Acesso em 22/08/2021.

⁸⁷ Conferir: <<https://juventudes.es.gov.br/programa-estado-presente-em-defesa-da-vida>>. Acesso em 22/08/2021.

precisa de uma atenção específica, o que gerou um movimento no mundo inteiro por ações públicas para jovens. O objetivo é contribuir ao máximo no desenvolvimento humano, reduzindo as desigualdades que ficam ainda mais evidentes nesse período da vida. É nesse contexto que as Políticas Públicas de Juventude se tornaram pautas importantes, deram origem a Conselhos, Secretarias, Gerências, Coordenações, Sistemas, Fundos de Juventude, institucionalizando as ações públicas por todo o Brasil.⁸⁸

Esses programas mostram que adotar essa via é apenas uma questão de prioridade. Segundo esse viés, a valorização da juventude, dos estímulos e das oportunidades, são as armas contra o crescente de violência que enfrentamos no país. Seria de grande inteligência a utilização dessas propostas em âmbito nacional.

Priscila Cruz, presidente-executiva do movimento Todos Pela Educação⁸⁹, afirma que estudos apontam para o fato de que, apenas o jovem estando matriculado em escola, já há redução da criminalidade em sua vida, e, se a Educação for de qualidade, que garanta sua aprendizagem, aí então, ele tem a oportunidade de superar as barreiras da desigualdade⁹⁰. Conforme suas palavras, esse é o desafio, “se não quisermos chegar à marca de 1 milhão de presos e assistir a cada novo ano a repetição de rebeliões e mortes de jovens nos presídios de Norte a Sul do país”.⁹¹

2.3. Educação na primeira infância e criminalidade

O prêmio Nobel de Economia de 2000 foi conferido a James Heckman, professor emérito de economia da Universidade de Chicago e especialista em economia do desenvolvimento humano, por estudos nas áreas da primeira infância e do potencial para mudanças dessa fase, principalmente no âmbito financeiro, alegando a importância da educação infantil para o desenvolvimento e prosperidade das nações. Para ele, investir em educação para a primeira infância é a melhor estratégia anticrime.⁹²

Ganhando muita atenção e repercussão internacional nos últimos anos, seus estudos se direcionam a crianças de 0 a 5 anos e sua relação com a desigualdade social, além do

⁸⁸ Fonte: <<https://juventudes.es.gov.br/gerencia-de-juventude>>. Acesso em 22/08/2021.

⁸⁹ Conferir: <<https://todospelaeducacao.org.br/>>. Acesso em 22/08/2021.

⁹⁰ Fonte: <<https://www.dm.com.br/opiniaio/2018/01/educacao-x-criminalidade/>>. Acesso em 26/08/2021.

⁹¹ Fonte: <<https://www.dm.com.br/opiniaio/2018/01/educacao-x-criminalidade/>>. Acesso em 25/08/2021.

⁹² Fonte: <https://cehd.uchicago.edu/?page_id=71>. Acesso em 17/08/2021.

potencial que há nessa fase da vida para mudanças que possam tirar pessoas da pobreza. Também lançando seu olhar para uma análise quantitativa, Heckman concluiu que o investimento na primeira infância é uma estratégia eficaz para o crescimento econômico, e calcula que o retorno financeiro para cada dólar gasto com esse investimento é dos mais altos que existem⁹³.

Isso ocorre porque, na etapa entre o nascimento e os cinco anos de idade, o cérebro se desenvolve rapidamente e é mais maleável. Assim, é mais fácil incentivar habilidades cognitivas e de personalidade - atenção, motivação, autocontrole e sociabilidade - necessárias para o sucesso nas trajetórias da escola, saúde, carreira e na vida. A proposta era testar se o acesso a uma boa educação infantil melhoraria a capacidade de crianças desfavorecidas de obter sucesso na escola e na vida.

Assim, observando não o índice QI das crianças, mas sim as habilidades sociais e emocionais que os participantes demonstraram em etapas seguintes da vida, a constatação a que se chegou com a pesquisa foi que os participantes tinham mais probabilidade de estarem empregados e tinham muito menos chance de cometer crimes. Sua análise desse programa chegou à conclusão de que houve um retorno sobre o investimento de 7 a 10% ao ano, com base no aumento da escolaridade e do desempenho profissional de cada indivíduo, além de contabilizar a redução dos custos com reforço escolar, saúde e gastos do sistema penal.⁹⁴

Outra vantagem, ainda, pode ser observada: mais de 50 anos depois do início desse programa, Heckman divulgou uma nova pesquisa, feita em conjunto com a Universidade de Chicago, que confirma esses resultados e mostra que não apenas os participantes se beneficiaram do programa pioneiro, mas também seus filhos, estes mais escolarizados e bem empregados do que seus pares⁹⁵. Com isso fica clara a importância que poderia ser dada ao investimento em educação em nome da contenção do avanço e perpetuação da criminalidade no Brasil.

⁹³ Fonte:

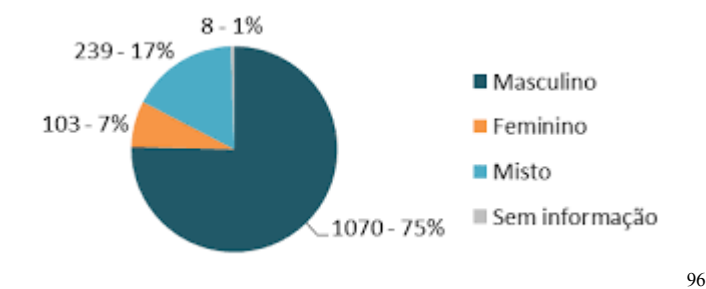
<<https://heckmanequation.org/resource/invest-in-early-childhood-development-reduce-deficits-strengthen-the-economy/>>. Acesso em 18/08/2021.

⁹⁴ Fonte:

<<https://epocanegocios.globo.com/Vida/noticia/2019/05/investir-em-educacao-para-primeira-infancia-e-melhor-estrategia-anticrime-diz-nobel-de-economia.html>>. Acesso em 17/08/2021.

⁹⁵ Para maior aprofundamento, conferir: <<https://heckmanequation.org/>> . Acesso em 18/08/2021.

Além disso, no Brasil, o recorte de criminalidade é majoritariamente masculino, como pode-se aferir do gráfico produzido pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça:



Assim, outro foco da pesquisa chama atenção, relativo à demonstração de que os homens se beneficiam mais com esses programas do que as mulheres. Justamente por coincidir com a problemática do recorte social estatisticamente mais criminalizado no Brasil, os homens, o estudo de Heckman traz uma proposta bastante interessante. Em suas palavras:

Heckman - Meninos são mais sensíveis (às “mudanças”) e têm mais chance de entrar para o mundo do crime. As meninas também se beneficiam, mas o risco que elas correm é muito inferior aos meninos.

Há uma influência social que na prática separa meninos de meninas muito cedo. Mas também é verdade que meninas de três anos de famílias desajustadas têm maior chance de se engajar em atividades como leitura de livros e menos chance de estarem se metendo em encrencas. As pessoas não querem falar sobre isso, mas é verdade.

Os meninos se desenvolvem num ritmo diferente e as meninas parecem conseguir se estruturar mais facilmente do que meninos. As meninas são mais resilientes. De modo geral, quando meninos são criados em famílias onde só há a mãe, sem figuras paternas, eles têm mais dificuldade de obter orientação na vida. O laço entre filhas e mães é diferente da mãe com o filho. A mãe ama o filho, mas é diferente.⁹⁷

Além disso, um programa está sendo implementado na Jamaica atualmente, seguindo o exemplo do programa estudado por Heckman, consistindo em uma hora por semana com especialistas ensinando as mães a como interagir com as crianças de uma forma estimulante,

⁹⁶Fonte:

<<https://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acesso em 24/09/2021.

⁹⁷ Fonte:

<<https://epocanegocios.globo.com/Vida/noticia/2019/05/investir-em-educacao-para-primeira-infancia-e-melhor-estrategia-anticrime-diz-nobel-de-economia.html>>. Acesso em 17/08/2021.

desafiadora e engajadora⁹⁸. O preço de tal investimento não é tão alto para o Estado, e o retorno é enorme, pois mais estímulo na primeira infância costuma se traduzir em melhor desempenho acadêmico e autocontrole emocional. Assim, Heckman afirma:

“Crianças pequenas são muito maleáveis e mutáveis. Há uma flexibilidade nessa etapa que não se vê em outras. É uma questão de eficiência econômica. No entanto, em geral, mais atenção é dada à educação em etapas seguintes da vida.(...) Na verdade, só é preciso estimulá-las. Há estudos que mostram que ler para as crianças já tem um impacto enorme no desenvolvimento delas”. (...) Além disso, as pessoas não têm tempo. Não estou dizendo que as mães não devem trabalhar e passar o dia em casa com os filhos, mas esses anos iniciais precisam ser enriquecidos. Uma solução é pré-escola de qualidade.”⁹⁹

Outrossim, o estudioso confirma que se a pessoa não tiver a oportunidade de se desenvolver na primeira infância, ela não é um caso perdido, já que o desenvolvimento ocorre também em outras fases. Entretanto, é fato que uma etapa leva a outra, de modo que “a criança bem formada consegue aproveitar melhor os aprendizados futuros”.

Por meio dessas informações, é possível concluir que o que importa é pensar na família e na formação da criança, para reduzir sua insatisfação, revolta, insubordinação e criminalidade. Além disso, segundo Heckman¹⁰⁰, vê-se que há muita correlação entre atividade criminal dos pais e dos filhos. Isso porque aqueles que participaram do Programa Perry reproduzem com os filhos o que aprenderam na infância, no programa, que durou de médio a longo prazo. Essas soluções devem ser levadas a sério como política pública no Brasil.

Alguns críticos dizem que os resultados do Perry têm de ser vistos com cuidado pois o programa foi implementado num contexto muito particular, o que torna temerário extrapolar seus resultados. Mas, nas palavras de Heckman, “Se você fizer uma imitação e aplicar o Perry de 1960 para Porto Alegre em 2019 seria loucura. Há adaptações culturais que precisam ser

⁹⁸ Para mais informações, conferir: <https://heckmanequation.org/www/assets/2017/01/D_Heckman_20FMCSV_Jamaicastudy_012215.pdf>. Acesso em 25/08/2021.

⁹⁹ Reportagem de O Globo. *Negócios*. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Vida/noticia/2019/05/investir-em-educacao-para-primeira-infancia-e-melhor-estrategia-anticrime-diz-nobel-de-economia.html>>. Acesso em 18/08/2021.

¹⁰⁰ Conferir: <<https://www.enap.gov.br/en/acontece/noticias/como-as-experiencias-da-primeira-infancia-afetam-a-trajetoria-d-e-vida>>. Acesso em 20/08/2021.

feitas. Mas os mecanismos que descrevemos são replicáveis. Ensinar os pais a se engajar na vida da criança, isso dá resultado no resto da vida.”¹⁰¹

Nesse momento, é impossível não resgatar a ideia de que, na situação brasileira, é preciso um estudo de implementação na forma de um sistema maior, que agregue segurança pública e educação, para que o ciclo de violência efetivamente se quebre. Para o pesquisador Rafael Alcadipani, professor da Fundação Getúlio Vargas e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, é fato que:

“Investimento em educação, de fato, reduz a vulnerabilidade das pessoas, que ficam menos expostas ao crime. É pacificado na literatura, um fato científico. Mas precisamos ir além desse mantra: temos que exigir qualidade no ensino e menos desigualdade. Países com menos desigualdade geram um povo educado e, consequentemente, menos violento.”

Nesse sentido, ainda, Vanessa Barros, psicóloga e professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e integrante do Observatório Nacional do Sistema Prisional, afirma:

“A escola, como sempre, é um meio de transformação. Mas estamos falando de uma boa escola: com professores valorizados, bem formados, para que crianças possam sonhar com um futuro que não seja miserável. Estamos falando de adolescentes e jovens que moram nas periferias, lugares mais vulneráveis. Os dados mostram que a escolaridade na população carcerária é baixa e a realidade nos mostra que se houvesse escolas de qualidade, de fato, eles poderiam ter um futuro diferente”, garante a psicóloga.¹⁰²

2.4. Educação e Esporte como prevenção da delinquência

Principalmente aos olhos do governo, essas pesquisas são imensamente úteis para adoção de um novo viés de manutenção de Segurança Pública no país. Isso porque retira a responsabilidade da manutenção da ordem social por meios exclusivos da punibilidade, quais sejam a polícia e a justiça penal, e inserem a questão em um nível mais amplo de atuação do Estado. Nesse sentido, ao invés de apresentar negligência de oferecimento de serviços de qualidade, sob a justificativa recorrente e histórica da falta de recursos, principalmente no que tange à educação pública, o Estado estaria oferecendo aos jovens das quebradas a melhor forma de se distanciar do ciclo de pobreza e violência a que estão sujeitos: a oportunidade de adquirir conhecimento.

¹⁰¹ Fonte:

<<https://epocanegocios.globo.com/Vida/noticia/2019/05/investir-em-educacao-para-primeira-infancia-e-melhor-estrategia-anticrime-diz-nobel-de-economia.html>>. Acesso em 17/08/2021.

¹⁰² Fonte: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/15/interna_politica,839547/darcy-ribeiro-estava-certo-educacao-e-o-caminho-para-reduzir-crime.shtml>. Acesso em 15/08/2021.

Ainda no sentido da produção sistemática de tédio, além da Educação, há outra esfera de atuação do Estado relacionada às proposições críticas desta pesquisa que evidencia exemplos de má atuação pública, de uma conduta de pouca inteligência. Importante analisar, além da alfabetização e da educação, se há produção de espaços de convivência social e cultural adequadas à realidade das periferias. O incentivo ao Esporte, nesse sentido, é outra questão primordial.

Grande oportunidade para realizar esse tipo de planejamento urbano de incentivo ao esporte ocorreu em dois momentos no Brasil, durante a organização para eventos mundiais na cidade do Rio de Janeiro: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. As autoridades e organizações tiveram mais de 10 anos para planejar os eventos esportivos consecutivos, mas pouco ou nenhum legado foi deixado.

Para recorte crítico, uma análise simples da disposição dos estádios construídos para as Olimpíadas do Rio já evidencia a irracionalidade do governo, ao privilegiar o postulado de isolamento da elite pagante, visitantes e turistas nacionais e internacionais, para que não adentrassem os espaços “perigosos” da cidade:

“Tido como o coração da Rio 2016, o Parque Olímpico tem sinais de abandono. A Arena do Futuro, por exemplo, utilizada para os jogos de handebol durante o evento, está há quase 5 anos sem ser utilizada. O projeto inicial previa a construção de quatro escolas a partir da desmontagem do estádio”.

“Cinco anos depois, legado da Rio 2016 tem obras inacabadas, projeções fracassadas e projetos no papel. A estação Gávea da Linha 4 do metrô segue com obras paradas. Ginásios não foram transformados em escolas, conforme previsto. Vila Olímpica tem apenas um terço de ocupação e VLT não atingiu metade da meta prevista”.¹⁰³

O legado olímpico prometido para a cidade do Rio de Janeiro, após a realização da maior competição esportiva do mundo, tinha previsões empolgantes. Os projetos eram exemplares, promessas muito interessantes à população: uma mobilidade urbana toda interligada; arenas novas, cujo material ia se transformar em escolas públicas, e uma cidade com mais estrutura de lazer e habitação.

¹⁰³ Matéria jornalística do G1 - Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/18/cinco-anos-depois-legado-da-rio-2016-especial.ghtml>>. Acesso em 29/07/2021.

Cinco anos depois, a realidade é muito diferente do prometido¹⁰⁴: as obras no VLT (transporte sobre trilhos) e na Linha 4 do metrô, grandes responsáveis pelo aumento dos gastos previstos e calculados para funcionar ainda durante as Olimpíadas, continuam incompletas até hoje - a Linha 4 nunca foi inaugurada, materiais de construção estão abandonados no terreno¹⁰⁵ - ou transportam muito menos do que sua capacidade, por mau planejamento das linhas - VLT. Além disso, muitas escolas nem foram construídas e outras, não foram finalizadas¹⁰⁶. Eram famosas quatro escolas prometidas, até hoje sem funcionamento: 5 anos de ensino irrecuperáveis.

Além disso, a Vila Olímpica, composta por 3604 apartamentos de 31 edifícios, com capacidade para receber 17 950 pessoas, é a maior vila olímpica na história dos jogos olímpicos, e atualmente não possui nem $\frac{1}{3}$ (um terço) de sua ocupação.¹⁰⁷ O que poderia servir de moradia para muitos brasileiros sublocados, para participar do mercado de trabalho e de serviços e integrar culturalmente a cidade, hoje é um lugar bastante vazio¹⁰⁸.

Primeiramente, o problema é o gasto total para a realização do evento. O dossiê de candidatura da cidade para sediar a Rio 2016 previa um gasto total de R\$ 28 bilhões, R\$ 13 bilhões a menos que os R\$ 41 bilhões utilizados até hoje. Isso porque ainda há pendências, de modo que o custo da Olimpíada ainda está em aberto em 2021 e promete crescer. A Comissão de Esportes da Câmara Municipal do Rio tem feito inspeções para acompanhar o legado desde 2017. Em entrevista ao G1, o presidente do grupo, o vereador Felipe Michel (PP), afirmou que observou um “largado olímpico” e abandono das instalações esportivas, além do fato da responsabilidade ser posta no Governo Federal, que devolve a responsabilidade à Prefeitura da cidade, e assim por diante. Na entrevista, afirmou o vereador:

¹⁰⁴ Conferir:

<<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/08/um-ano-apos-olimpiada-legado-permanece-em-grande-par-te-sem-uso.html>>. Acesso em 30/07/2021.

¹⁰⁵ Conferir:

<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/04/14/obras-interrompidas-da-linha-4-do-metro-deixam-tuneis-vazios-e-equipamentos-abandonados.ghtml>>. Acesso em 30/07/2021.

¹⁰⁶ Fonte: <<https://youtu.be/11AhB6Yj0nA>> . Acesso em 30/07/2021.

¹⁰⁷ Fonte:

<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/video/rio-2016-5-anos-depois-parte-do-legado-olimpico-ainda-nao-saiu-do-papel-9692501.ghtml>>. Acesso em: 30/07/2021.

¹⁰⁸ Conferir:

<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/12/apos-3-anos-da-rio-2016-vila-dos-atletas-vendeu-menos-de-15percent-dos-apartamentos-construidos.ghtml>>. Acesso em 30/07/2021.

“Já em 2017, a gente observou um largado olímpico (...) Faltou planejamento. A prefeitura da cidade do Rio de Janeiro pensou nas Olimpíadas, nas grandes obras, mas esqueceu de deixar um planejamento para um legado olímpico para nossas crianças, nossos jovens e atletas. Faltou botar a mão na massa e pensar de fato num legado olímpico”.¹⁰⁹

Além dele, o secretário municipal de Esportes do Rio, Guilherme Schleder, lamentou a situação pós-Olimpíada. Já o prefeito do Rio, Eduardo Paes, virou réu na Justiça Federal por corrupção passiva, fraude em licitação e falsidade ideológica. A acusação é relacionada a suposto direcionamento na licitação para construção do Complexo de Deodoro para as Olimpíadas de 2016.¹¹⁰

A cidade do Rio recebeu obras importantes de infraestrutura ao ser escolhida como sede da Olimpíada. Seria uma oportunidade única na história para produzir realmente uma célula de complexos de esporte, habitação e transporte exemplares. Em oposição a essa confusão que sobrou dos 41 bilhões investidos, a periferia, taxada como “perigosa”, continua distante da realidade do centro, e sem incentivos para sair do labirinto econômico-social em que se encontra.

2.5. Administração urbana e a construção do tédio pelo Estado

A preocupação da divisão do espaço urbano é tema de polêmicas no nosso cenário atual¹¹¹. Muitos projetos brasileiros de revitalização urbana não têm por objetivo a melhoria das condições de habitação dos indivíduos que vivem em áreas degradadas ou próximas a empreendimentos públicos e privados. Em prol da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas

¹⁰⁹ Disponível em:

<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/18/cinco-anos-depois-legado-da-rio-2016-especial.ghtml>>. Acesso em 29/07/2021.

¹¹⁰ Matéria jornalística do G1 - Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/18/cinco-anos-depois-legado-da-rio-2016-especial.ghtml>>. Acesso em 29/07/2021.

¹¹¹ Conferir: RODRIGUES E SILVA, Fábio Augusto. *Os conflitos urbanos: uma visão sobre a cidade de Belo Horizonte e a Mobilidade Urbana*. Disponível em: <http://izabelahendrix.edu.br/humanidades1/meio-ambiente-e-consciencia-planetaria/artigos/arquivos/cidade_mobilidade.pdf>. Acesso em 30/07/2021.

Conferir também o seguinte estudo do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: <<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo44.pdf>>. Acesso em 30/07/2021.

de 2016, foram realizadas remoções da população, que resultaram em uma migração de pessoas desalojadas para outros espaços degradados da cidade.¹¹²

A prática de desalojar famílias, em especial as pobres, já é há séculos um traço dos mais perversos na política carioca. Basta lembrar as desapropriações feitas de supetão, com a chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808. Assim, muitos projetos revelam objetivo meramente financeiro:

“A proposta não é revitalizar o ambiente degradado, mas sim a remoção de moradores ou frequentadores desses ambientes, com o intuito de concretizar certos interesses públicos ou privados. A política social e urbana brasileira atual segue na contramão dos ideais propostos pela Escola de Chicago. A classe dominante brasileira contribui para o isolamento e a exclusão das demais, enclausurando-se em ambientes privados fechados, tais como shopping centers, condomínios residenciais ou de veraneio. Querem exclusividade absoluta, e que qualquer pessoa que não seja do seu meio social seja banida dos seus espaços reservados, como ocorreu recentemente com relação ao episódio que ficou conhecido como “rolezinhos nos shoppings”, em São Paulo. Esse comportamento elitista e segregador faz com que mercados imobiliários busquem esses grupos como público alvo, incrementando a expansão de espaços exclusivos nas cidades, o que interfere claramente na qualidade de vida de todos os demais habitantes da cidade, como já anteriormente demonstrado. Portanto, o espaço público tem que ser devolvido a todo o público, e não ser monopolizado ao usufruto e ao bel prazer de certas camadas da sociedade”.

¹¹³

Tendo em vista essas críticas à racionalidade do Estado, a qual se reflete nas políticas públicas, observa-se a má aplicação das ideias da Escola de Chicago no Brasil. O principal exemplo disso é o modelo das UPPs - Unidades de Polícia Pacificadora - implantadas nos Rio de Janeiro a partir do ano de 2008.

Em apertada síntese, as ideias de Chicago prelecionam um modelo de política criminal com ênfase no controle social informal, ao invés de privilegiar o controle social formal - as instituições repressivas - que resta como *ultima ratio* (é o último recurso a ser usado pelo Estado em situações de punição). As políticas atuariais, em oposição a isso, se pautam por resolver os problemas pela via da repressão e não da prevenção informal.

¹¹² Conferir as seguintes matérias: Remoções na Vila Autódromo expõem o lado B das Olimpíadas do Rio. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946_363539.html>. Acesso em 30/07/2021.

Olimpíadas das Remoções. Disponível em: <<https://riomemorias.com.br/memoria/olimpiadas-das-remocoes/>>. Acesso em 30/07/2021.

<<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/543246-olimpiadas-a-nova-justificativa-para-as-remocoes-no-rio-de-janeiro-entrevista-especial-com-gerardo-silva>>. Acesso em 30/07/2021.

¹¹³ FURQUIM, Saulo Ramos. *A Escola de Chicago e o Pensamento Criminológico como um Fenômeno Social: os Contributos dos Ideais de Bem Estar Social*. Revista Liberdades. Edição nº 25 janeiro/junho de 2018. p. 8.

Na cidade de São Paulo, se destacam alguns projetos inspirados no viés comunitário da Escola de Chicago como os projetos Mutirão¹¹⁴ (no qual os próprios habitantes construíam suas casas) e o Projeto Cingapura (que visava urbanizar favelas construindo apartamentos em vez de barracos). Contudo, esses projetos foram criticados pelos altos custos e o longo prazo para se perceber os efeitos positivos.

O modelo de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), no Rio de Janeiro, é exemplo de políticas repressivas no país, o que, na prática, vai contra o viés preventivo e social proposto¹¹⁵. As UPPs foram concebidas sob a alegação de expulsar o tráfico das comunidades carentes e implantar a paz por meio da presença da polícia. No entanto, alguns autores argumentam que elas foram criadas visando preparar a cidade para a realização de importantes eventos internacionais, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.¹¹⁶

Há três anos, a Prefeitura do Rio está presente nas principais comunidades pacificadas da cidade. O programa UPP Social – coordenado pelo Instituto Pereira Passos (IPP) em parceria com o ONU-Habitat – promove o avanço urbano, social e econômico das favelas que têm Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Desde 2009, o município investiu R \$1,5 bilhão. Os números apontam o esforço da prefeitura para promover o desenvolvimento dessas comunidades e transformar o Rio numa cidade melhor e mais integrada.

Desde 2009, a Prefeitura do Rio implantou programas como o Morar Carioca - que até 2020 urbanizará todas as favelas cariocas e já beneficiou cerca de 125 mil pessoas. O Programa Saúde da Família avançou de 3% para 75% de cobertura em áreas pacificadas e em 12 comunidades atingiu 100%. Na Educação, foram construídos nesses locais 46 dos 198 novos Espaços de Desenvolvimento Infantil da cidade, atendendo 8,4 mil das 28,1 mil novas vagas.¹¹⁷

As UPPs, teoricamente, são parte de uma ação pública de combate e controle do tráfico de drogas nas favelas e comunidades cariocas, implementada pelo Governo do Rio de Janeiro a partir do ano de 2008, com o objetivo de combater e desarticular o crime organizado do tráfico de drogas nas comunidades e favelas do estado. “A ação é resultante de uma

¹¹⁴Conferir:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/relacoes_institucionais/mutirao/index.php?p=276474> e <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/noticias/?p=292295>>. Acesso em 01/08/2021.

¹¹⁵ UPPs, mais uma história de esperança e fracasso na segurança pública do Rio. “Prestes a completar 10 anos, programa apresenta resultados opostos ao que foi previsto”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html>. Acesso em 04/08/2021.

¹¹⁶ FURQUIM, Saulo Ramos. *A Escola de Chicago e o Pensamento Criminológico como um Fenômeno Social: os Contributos dos Ideais de Bem Estar Social*. op. cit. p. 31.

¹¹⁷ Fonte: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudosocial?id=4677454>>. Acesso em 31/07/2021.

estratégia tomada em conjunto pelas esferas municipal, estadual e federal do poder público, além de contar também com o apoio e fiscalização de ONGs e entidades civis organizadas”.¹¹⁸

As áreas consideradas como “potenciais” para a instalação de UPPs são aquelas que possuem elevados índices de pobreza e miséria, além de baixa infraestrutura, baixo nível médio de escolaridade, elevado índice de informalidade trabalhista e, principalmente, que abriguem grupos criminosos armados e organizados¹¹⁹.

As ocupações geralmente são realizadas por meio de intervenção da polícia militar do Rio de Janeiro, que, dependendo das condições de resistência oferecidas pelos grupos criminosos, pode contar com a ajuda do BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro) e até mesmo das Forças Armadas. Cada UPP instalada está automaticamente vinculada ao batalhão mais próximo da Polícia Militar.¹²⁰

Na prática, desde o início da instalação das unidades UPPs, não houve nenhuma grande efetivação da presença estatal por meio da expansão de escolas, creches ou hospitais nessas comunidades. Ao contrário, a desorganização e incompreensibilidade nas ações do Estado se constata não somente em locais onde o poder paralelo exerce o controle das comunidades, com o fortalecimento das organizações e facções criminosas, mas também nas

¹¹⁸ Fonte: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/upp-unidade-policia-pacificadora.htm>>. Acesso em 21/07/2021.

¹¹⁹ Conferir: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudosocial?id=4677454>>. Acesso em 27/07/2021.

¹²⁰ Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/upp-unidade-policia-pacificadora.htm>>. Acesso em 01/08/2021.

elevadas taxas de desempregados e subempregados¹²¹, pois há vácuo de responsabilidades estatais.

“Gestadas nos governos de Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão – ambos, atualmente, presos em casos envolvendo recebimento de propina –, as UPPs vieram acompanhadas de muitas promessas, em áreas como habitação, segurança e cultura. (...)”

A decretação da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro em fevereiro deste ano [de 2017], alterou o funcionamento de diversas UPPs. Algumas foram extintas e tiveram seus efetivos incorporados aos batalhões dos bairros onde se localizavam. É o caso das UPPs do Batan (Zona Oeste), de São Carlos e de Coroa/Falett-Fogueteiro (Centro), segundo a Secretaria de Segurança. Outras se transformaram em companhias destacadas – unidades vinculadas a um batalhão que fica fora da comunidade”¹²².

As UPPs somente substituíram o poder paralelo pelo poder da polícia. Remete-se, aqui, ao conceito do “poder-corpo” de Foucault, que pode ser resumido na frase: “o poder não se tem, o poder se exerce”.¹²³ O que ocorre na prática é somente a mudança dos poderes. A desorganização social e as áreas de delinquência continuam a imperar nas comunidades, mesmo com a presença das Upps, bem como as arbitrariedades cometidas contra os moradores¹²⁴.

¹²¹ “No 4º trimestre de 2019, a taxa de desocupação, no Brasil, foi estimada em 11,0%”. Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_4tri.pdf>. p. 7. Acesso em 04/08/2021. Acerca do subemprego, por sua vez, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD-Contínua) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, divulgou o seguinte resultado: 41,1% da população que se declarou ocupada no período trabalha sem carteira assinada e, portanto, sem renda fixa e sem direitos. Em números, essa taxa representa 38,8 milhões de pessoas. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?edicao=28549&t=sobre>>. Acesso em 06/08/2021. “É a maior proporção desde 2016, em plena recessão.” “O número de empregados sem carteira assinada bateu novo recorde: 11,8 milhões de brasileiros”; nesse ano houve ainda “mais um recorde: 24,3 milhões de brasileiros vivendo de ‘bico’”. Disponível em: <<https://horadopovo.com.br/subemprego-bate-recorde-em-agosto-e-atinge-388-milhoes-de-brasileiros/>>. Acesso em 06/08/2021. O subemprego é uma condição em que determinado trabalho é exercido sem a necessidade de qualificação profissional, recebendo, para isso, salários muito baixos. O IBGE trata do assunto como “o ‘subemprego’ definido pela produtividade, pela renda e pelo padrão de consumo”; “é encontrado nas sociedades tradicionais, estando vinculado ao que os autores denominam ‘fenômeno da curva reversiva da oferta de trabalho’”; o segundo é o caso do campesinato de fronteira, desligado do mercado e voltado exclusivamente para o autoconsumo; o terceiro é identificado ao “desemprego” ou “subemprego sazonal agrícola” e o quarto à situação em que parte dos trabalhadores está em excesso durante todo ano na agricultura, o que chamam “mão-de-obra excedente” ou “desemprego disfarçado”. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225427>>. Acesso em 03/08/2021.

¹²² *UPP 10 anos depois: as promessas cumpridas e as que ficaram pelo caminho*. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/12/22/upp-10-anos/>>. Acesso em 01/08/2021.

¹²³ Fonte: <<https://www.ibccrim.org.br/noticias/exibir/7496/>>. Acesso em 21/07/2021.

¹²⁴ “Perguntados sobre a UPP instalada no local, a maioria desvia o olhar e diz preferir não falar sobre o assunto. Outros dizem que estão com pressa. Uma mulher chega a dizer: ‘Meu filho, eu moro no morro. Não posso me expor’. Alexandre, que nasceu e foi criado no Santa Marta, finalmente decide falar. ‘Para mim continua a

Ao contrário das premissas do Chicago Area Project, no modelo brasileiro nenhum método de expansão do controle social informal foi efetivado. O que se observa é que as áreas que foram dominadas pelas UPPs continuam à margem das responsabilidades sociais e urbanísticas do Estado¹²⁵. Ainda assim, as Unidades de Polícia Pacificadora passam por reestruturações, com novas coordenadorias, e novos projetos para voltar a ocupar as comunidades do estado em 2021¹²⁶.



Primeira mulher à frente de uma Unidade de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, a major Pricilla de Oliveira Azevedo — Foto: Bruno Gonzalez/Extra/Agência O Globo¹²⁷

mesma coisa: tem a polícia, tem o bandido que nunca saiu da aqui. Mas a parte de governo melhorou sim: a escadaria, as casas, a frequência dos comércios... Tudo isso melhorou", explica o homem de 46 anos". Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html>. Acesso em 01/08/2021.

¹²⁵ Nova coordenadora das UPPs do RJ sobre favelas: 'Estão há muitos anos carentes de tudo'. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/blog/edimilson-avila/post/2021/09/02/nova-coordenadora-das-upps-do-rj-sobre-favelas-estao-ha-muitos-anos-carentes-de-tudo.ghtml>>. Acesso em 02/08/2021.

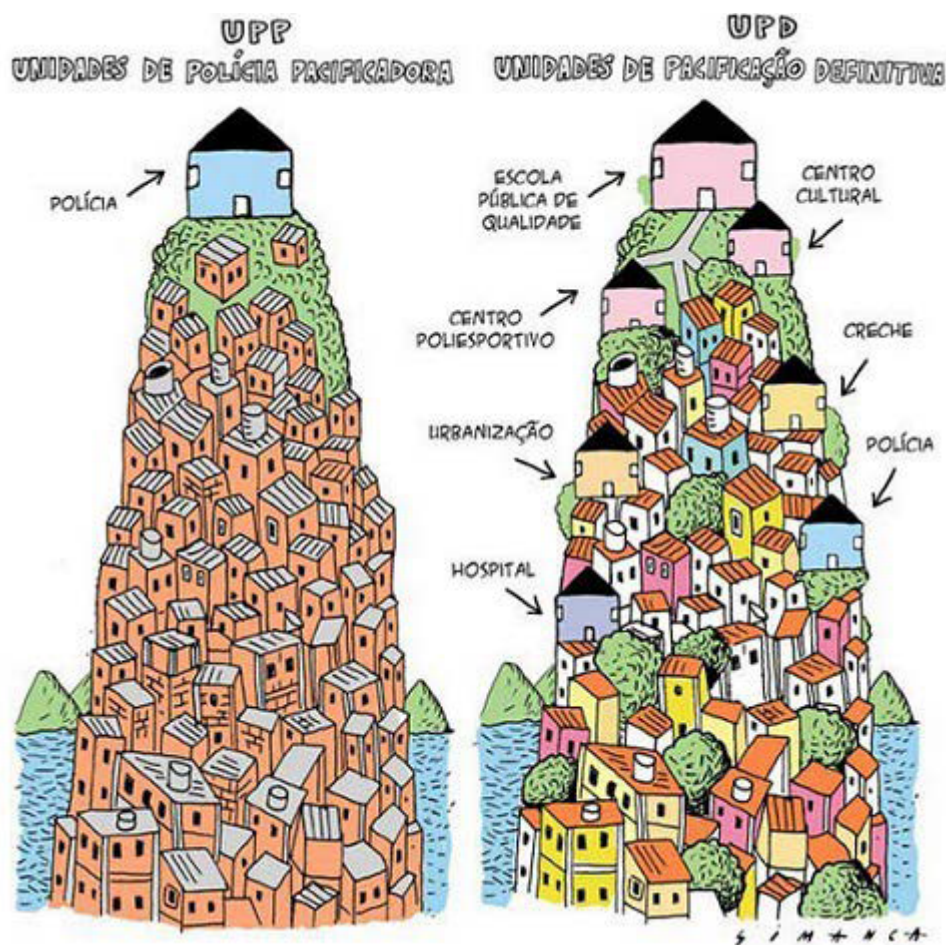
¹²⁶ Governo do RJ quer voltar a 'ocupar comunidades' em programa alternativo às UPPs. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-do-rj-quer-voltar-a-ocupar-comunidades-em-programa-alternativo-as-upps/>>. Acesso em 01/8/2021.

¹²⁷ Fonte:

<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/blog/edimilson-avila/post/2021/09/02/nova-coordenadora-das-upps-do-rj-sobre-favelas-estao-ha-muitos-anos-carentes-de-tudo.ghtml>>. Acesso em 01/08/2021.

¹²⁸ Fonte:

<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/blog/edimilson-avila/post/2021/09/02/nova-coordenadora-das-upps-do-rj-sobre-favelas-estao-ha-muitos-anos-carentes-de-tudo.ghtml>>. Acesso em 01/08/2021.



No Brasil, parece nunca termos deixado de viver a política da “Lei e Ordem” e da “tolerância zero” como instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza que “incomoda”. Essa solução para o combate à criminalidade vem acompanhada de algumas propostas urbanísticas, culturais e ecológicas, mas, acima de tudo, vem acompanhada de maior efetivação da repressão em larga escala da camada dos chamados indesejados.

2.6. O impacto do conhecimento

Afinal, afirmar que o Estado constrói um cenário de tédio e violência na periferia se baseia no fato de que não restam muitas opções ao jovem da periferia que não seja a criminalidade. Entretanto, com os recursos direcionados não à repressão punitiva direcionada a parcela específica da população a partir de conceitos nebulosos de julgamento, mas à

¹²⁹ Fonte: SIMANCA, Osmani. In: Blog do Simanca, disponível em: <<http://simancablog.blogspot.com.br>>. Acesso em 29/07/2021.

Educação e as ações inteligentes do Estado que propõem esse viés, é possível reverter o paradigma do encarceramento em massa, da revolta direcionada às instituições e das violações jurídicas no campo dos direitos das crianças e jovens.

Acerca do impacto da educação na vida periférica, observa-se um caso especial: Renato de Almeida Freitas Júnior, atual Vereador (PT) da Cidade de Curitiba, Paraná, Mestre em Direito pela UFPR e graduado pela mesma Instituição; pesquisador na área de Direito Penal. O trecho evidencia a escolarização e o desenvolvimento do campo imagético do jovem como opção à criminalidade:

“Tínhamos, também, como quase todos na Vila, uma arma. Saímos em defesa dos nossos. Entretanto, [havia] a vontade de abandonar aquele campo (...)

Li pela primeira vez os romances de Agatha Christie, fiquei absolutamente fascinado, foi meu primeiro livro. Logo depois li todos os livros da autora que existiam na biblioteca do colégio. Adquiri, nessa oportunidade, pela fortuna da vida, um novo capital simbólico, cuja facilidade e prazer me despertaram para um mundo outro, abstrato, imagético, diferente de tudo que tinha vivido ou pensado. Longe e, de certo modo, livre dos grilhões do imediatismo.

(...) Mudamos novamente, por falta de dinheiro para pagar o aluguel, saímos na calada da noite para outra casa. Continuei estudando no mesmo colégio, ainda no período noturno. Mas agora andava alguns quilômetros para ir, outros para voltar. A volta era um tanto quanto perigosa, passava por vilas rivais (na época era comum o conflito entre vilas diferentes como forma de canalizar a violência e reforçar o sentimento de pertença na comunidade) e extremamente violentas”.

[Anos depois, trabalhando no centro, jogando xadrez e frequentando a Biblioteca Pública do Estado do Paraná]: “Era um mundo novo, pessoas eruditas, pertencentes a classe média e classe média alta, em sua maioria. Valorizavam, ao contrário de mim, as habilidades cognitivas em detrimento das habilidades físicas e psicomotoras que me permitiam, por exemplo, fugir de alguém ou enfrentar alguém numa briga.

(...) Estudei, com auxílio de uma namorada pertencente à classe média, fã de rap, na época. Passei algumas dificuldades, principalmente a falta de comida, o que me rendeu uma anemia e sangramento nasal crônico, durante as várias tardes estudando em jejum na Biblioteca Pública.

(...) Porém, no início do ano tive meu irmão assassinado. Mesmo assim prestei vestibular, passei, ingressei no curso [de Direito] em 2008”.

Renato de Almeida Freitas Júnior
atual Vereador (PT) da Cidade de Curitiba, Paraná
Mestre em Direito pela UFPR, graduado pela mesma Instituição, e
pesquisador na área de Direito Penal¹³⁰.

¹³⁰ Disponível no capítulo “Preliminares: biografia do pesquisador e acesso aos dados”. FREITAS JR, Renato de Almeida. *Prisões e quebradas: o campo em evidência*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2017.

A pesquisa de mestrado de Renato Freitas evidencia a crítica à delimitação do estudo da prisão ao seu espaço físico, não como se ela fosse isolada do resto da sociedade, mas sim dependente de diversos fatores externos - culturais, políticos e sociais - a ela, teve muito impacto no presente trabalho. Tomando como referencial teórico essa pesquisa, adota-se o princípio de que há uma relação de simbiose entre os campos da prisão e da quebrada.

Finalmente, é possível afirmar que, por meio da construção do tédio na periferia, o comportamento desviante é essencialmente um defeito de socialização e corresponde a uma das únicas formas, na consciência do jovem periférico, de adaptação individual e sobrevivência digna, pois há discrepância entre as metas fixadas para todos e os meios legítimos disponíveis apenas para alguns, para alcançá-las. Na letra do rap ‘Vida Loka, parte 2’, do Racionais Mc's, o eu lírico se pergunta:

*“Viver pouco como um rei,
ou muito como um zé?”¹³¹*

A pergunta da música reflete o sentido dado à dignidade da vida do crime. Nela, ele converte o caráter quantitativo, temporal, mensurador de nossas vidas, em avaliação qualitativa, o bem viver, a vida insubordinada. Isso demonstra um vislumbre da ética do criminoso, que sacrifica sua vida em busca de sua “vitória”.

Há discrepância, assim, entre a estrutura cultural comum à sociedade - de consumo - e a estrutura social da mesma, sendo a população brasileira a segunda mais desigual do mundo¹³². A construção do tédio na periferia, assim, constitui uma violação aos direitos da criança e do adolescente estipulados no ECA, além de uma série de direitos dispostos na Constituição Federal, como o direito à informação (artigo 5 - XIV), à educação, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à infância e à assistência aos desamparados (artigo 6)¹³³.

¹³¹ *Vida Loka, Parte 2*. Racionais Mcs. Álbum: Nada como um Dia após o Outro Dia. Data de lançamento: 2002. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Qv9ayypY1dQ>>. Acesso em 23/07/2021.

¹³² Conferir: *Brasil tem 2ª maior concentração de renda do mundo, diz relatório da ONU*. “O 1% mais rico concentra 28,3% da renda total do país, conforme ranking sobre o desenvolvimento humano.” Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>>. Acesso em 27/07/2021.

¹³³ Conforme a Constituição Federal de 1988: “Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Mais adiante na mesma canção, vê-se a descrição do que é o desejo e sonho do “eu lírico”, que aprecia o que é bom e belo, mas vive em meio à “pólvora”:

*Vida loka cabulosa
O cheiro é de pólvora
E eu prefiro rosas
E eu que, e eu que
Sempre quis com um lugar,
Gramado e limpo, assim, verde como o mar
Cercas brancas, uma seringueira com balança
Disbicando pipa, cercado de criança¹³⁴*

O medo do crime traça um perfil do criminoso pouco digno que não pode ser chamado de real. O motivo de muitos jovens entrarem para o crime é para elevar sua condição pessoal, ajudar na subsistência em casa ou proporcionar algum conforto à sua família, pois as condições de sua existência não proporcionam opções que se mostram melhores, mesmo com os sacrifícios que envolvem a vida criminosa. A construção do medo do crime, no entanto, define um imagético do criminoso como pouco digno de vida, de direitos, ou como alguém ganancioso e de mau caráter, algo muitas vezes falacioso.

¹³⁴ *Vida Loka, Parte 2*. Racionais Mcs. Álbum: Nada como um Dia após o Outro Dia. Data de lançamento: 2002. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Qv9ayypY1dQ>>. Acesso em 23/07/2021.

3. CRIMINOLOGIA CRÍTICA CULTURAL E A CRIMINALIZAÇÃO DAS CULTURAS PERIFÉRICAS

Tomando como referência pesquisas na área da periferia brasileira¹³⁵ e manifestações culturais de massa, o termo melhor qualificado para se referir aos rincões de extrema pobreza localizados nos bairros periféricos dos grandes centros urbanos é quebrada. Assim, ao mencionar o *campo* durante a pesquisa, almeja-se essencialmente referir-se às quebradas.

Utilizando o conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu, retoma-se a tese da pesquisa de Renato de Almeida Freitas Júnior em “Prisões e quebradas: o *campo* em evidência”, admitindo a simbiose entre o *habitus* prisional e o *habitus* da quebrada:

“Evidenciando as configurações sociais, ajustamento de posições e dinâmica inter-relacional dos indivíduos em suas estratégias de sobrevivência, a partir da teoria sociológica de Pierre Bourdieu, [a pesquisa trata de] decodificar o *habitus* padrão desses locais e compará-los ao *habitus* prisional, demonstrando que a quebrada e a prisão são espaços interseccionais, produtos de um campo simbiótico cada vez mais central para se compreender os fenômenos da miséria, exclusão, encarceramento, violência e extermínio de determinada parcela da população”¹³⁶.

A partir de agora, se inicia a parte mais crucial da pesquisa: demonstrar as consequências da irracionalidade dos governos. A negligência do Estado, que cria o tédio - falta de escolas e criminalização da cultura e das atividades culturais - e a instabilidade e imprevisibilidade de vida da população - falta de saneamento básico, precariedade empregatícia, escassez de serviços públicos fundamentais garantidores da vida promovida pelo Estado, somada à violência institucional da polícia, cria na população periférica a necessidade por sobrevivência, bem como a insatisfação e a revolta. Isso gera todo um campo sócio-cultural e simbólico que representa essa população, pessoas que compartilham a origem própria da periferia, nos termos desta, quem “veio do sofrimento”.

“Enquanto a expectativa média de vida do brasileiro é de 74 anos, mortos em operações policiais no Conjunto de Favelas da Maré, na Zona Norte do Rio, tinham, em média, 24 anos quando assassinados. É o que aponta boletim sobre segurança pública lançado pela ONG Redes da Maré.”¹³⁷

¹³⁵ FREITAS JR, Renato de Almeida. *Prisões e quebradas*, op. cit.

¹³⁶ FREITAS JR, Renato de Almeida. *Prisões e quebradas*, op. cit.

¹³⁷ *Mortos na Maré, Rio, têm idade média de 24 anos, 1/3 da expectativa de vida do brasileiro*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/02/22/mortos-na-mare-rio-tem-idade-media-de-24-anos-13-da-expectativa-de-vida-do-brasileiro.ghtml>>. Acesso em 27/07/2021.

“A sobrevivência é redução da humanidade”, disse Giorgio Agamben em “O Que Resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha”¹³⁸. Assim, além de ser uma violação operada pelo Estado, a instalação da necessidade de sobrevivência se consiste na própria resistência à política de repressão por parte dos habitantes do *campo*. Tédio, precariedade e repressão parecem ser os ingredientes chave para a formação da subjetividade violenta. A respeito, afirmou FREITAS JÚNIOR:

“É neste sentido que a ordem do campo, em suas duas acepções, assentada pelas tradicionais e centenárias estratégias de sobrevivência existentes, *habitus* cultivado no “jardim dos morteiros e das munições traçantes”, é que garante o mínimo de previsibilidade e estabilidade nas quebradas. Pois se o número de assassinatos é tão grande (o maior do mundo, incluindo aí os países em guerra) e tão concentrado, assolando uma população muito específica, tanto individualmente (homens, negros, semi-analfabetos, pobres) quanto geograficamente (bairros pobres do entorno das cidades), a dedução mais óbvia é que a desordem é a regra nestes lugares. Se todos podem morrer a qualquer momento, o imediatismo da vida torna inviável a própria vida naquilo que ela possui de propositiva, o planejamento dá vez à satisfação instintiva e animalesca das necessidades biológicas e dos prazeres imediatos. Ora, não é assim que ocorre nas quebradas brasileiras, tampouco nas instituições prisionais. O jogo de forças, posições, estratégias e a maneira de proceder contida em cada campo possibilita uma expectativa objetiva de comportamentos e acontecimentos facilmente identificáveis aos seus habitantes. Essa ordem possível, fruto da dinâmica interna dos matáveis, é a dimensão bourdieusiana do campo, da qual me sirvo para explicar a agência, cultura, memória e história do campo de extermínio e suas vítimas”¹³⁹.

A passagem demonstra que as estratégias de sobrevivência dentro do *campo* geram a dimensão bourdieusiana do campo, que é um conjunto de relações sociais geradas pelo *habitus* comum a seus agentes, além das estratégias de luta, classificações e outras particularidades do campo. Esse conjunto de relações tem como principal objetivo a estratégia em torno da qual gravitam as ações, ou a sobrevivência.¹⁴⁰

A questão crucial é que, por conta disso, as quebradas e o cárcere compartilham a ética do crime como forma de sobrevivência nas quebradas. Como se defenderá neste capítulo, no momento pós-cárcere a ética do criminoso não se altera. Sua identidade violenta, dentro dessa instituição, é ainda mais explorada, também como forma de sobreviver naquele ambiente, reforçando a dificuldade de reinserção da sociedade, que fica ainda mais difícil. A questão é:

¹³⁸ AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer III*; Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

¹³⁹ FREITAS JR, Renato de Almeida. *Prisões e quebradas*, op. cit. p. 35.

¹⁴⁰ FREITAS JR, Renato de Almeida. *Prisões e quebradas*, op. cit. p. 37.

pós-cárcere, o sujeito não altera em nada a Ética construída em seu subjetivo e em seu comportamento; sua identidade violenta é ainda mais exigida pelo ambiente em que ele vive, como forma de sobrevivência, tornando sua reinserção social ainda mais complicada.

3.1. O pincel pinta a tela do sofrimento: com cores muito bem definidas

Sobre o atingimento de população específica e o cotidiano violento, cita-se um trecho da música *Fórmula mágica da paz*, dos Racionais Mcs:

Pra todas as famílias aí que perderam pessoas importantes morô meu!
 Não se acostume com esse cotidiano violento,
 Que essa não é a sua vida, essa não é a minha vida, morô mano!
 (...)

 é um campo minado
 Quantas vezes eu pensei em me jogar daqui,
 Mas, aí, minha área é tudo o que eu tenho
 A minha vida é aqui e eu não preciso sair
 É muito fácil fugir mas eu não vou,
 Não vou trair quem eu fui, quem eu sou
 Eu gosto de onde eu tô e de onde eu vim, ensinamento da favela foi muito bom pra mim
 Cada lugar um lugar, cada lugar uma lei, cada lei uma razão e eu
 Sempre respeitei
 Eu tento adivinhar o que você mais precisa
 Levantar sua "goma" ou comprar uns "pano", um advogado pra tirar seu mano
 No dia da visita você diz, que eu vou mandar cigarro pros maluco lá no x. (...)

 Eu sei como é que é, é foda parceiro, eh, a maldade na cabeça o dia inteiro nada de roupa, nada de carro, sem emprego, não tem ibope, não tem rolê, sem dinheiro
 Sendo assim, sem chance, sem mulher, você sabe muito bem o que ela quer (eh...),
 encontre uma de caráter se você puder,
 É embaçado ou não é?
 Ninguém é mais que ninguém, absolutamente, aqui quem fala é mais um
 Sobrevivente
 (...) Malandragem de verdade é viver....
 27 anos, contrariando a estatística morô meu!¹⁴¹

Jovens negros brasileiros vivem em condições precárias nos bolsões de pobreza. Assim, é comum que os jovens tenham muitos conhecidos presos. Seus irmãos e amigos são presos, vitimizados pelo processo de criminalização primária (condenado), e sua família vitimizada sobre a vitimização secundária¹⁴². Valendo-se da luz lançada pela estatística, é possível afirmar que os sujeitos “pre-feridos” da atuação do sistema penal podem ser enxergados por

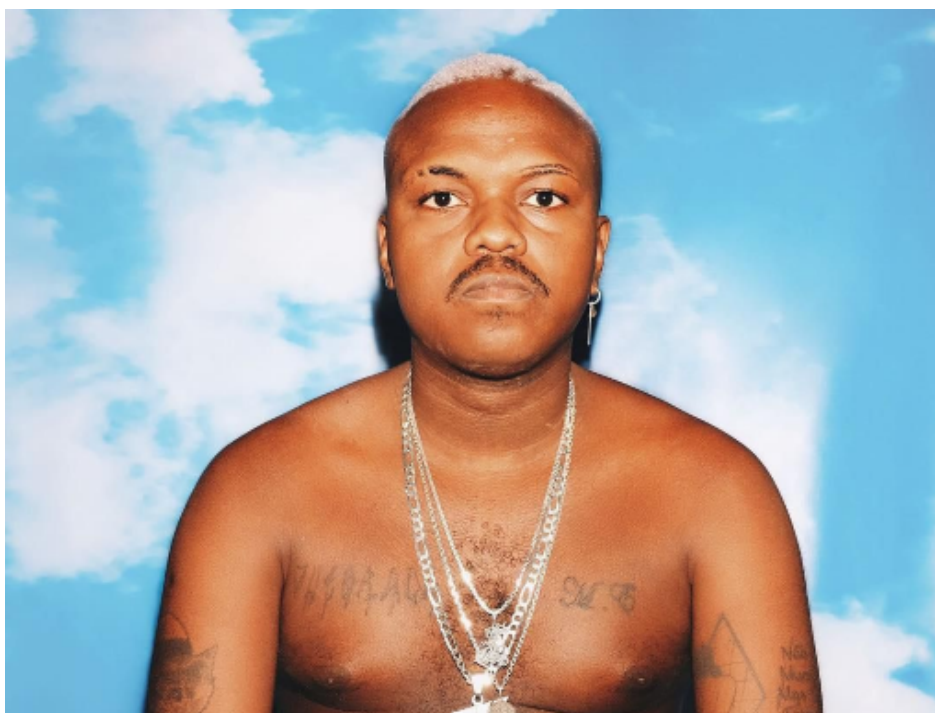
¹⁴¹ *Fórmula mágica da paz*, Racionais Mcs. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UrSGiQGeXW4>>. Acesso em 21/07/2021.

¹⁴² GIAMBERARDINO, A. R.. *A Construção social do medo*, op. cit, p. 19.

suas características individuais - gênero, cor e idade - e coletivas - bairro onde mora, variação linguística adotada, código de ética que segue, estética que adota.



143



144

Nesse contexto, surge a “especização” daqueles que serão mais vigiados que outros, e que também sofrerão mais com os danos da violência urbana:

“A desigualdade social também faz com que muitos jovens percam suas vidas para a violência urbana. Desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

¹⁴³ Clipe de “Funkeiro sim”, MC Kevin o Chris ft. MC Marks e MC Nathan. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NP5xi1sBLIA>>. Acesso em 05/08/2021.

¹⁴⁴Fonte: <<https://portalpopline.com.br/djonga-e-o-primeiro-artista-brasileiro-a-ser-indicado-ao-bet-hip-hop-awards/>> Acesso em 24/09/2021.

(Ipea), o Atlas da Violência apontou, em 2017, que pessoas de 15 a 29 anos eram os maiores alvos de homicídio no Brasil.

Diante disso, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da ONU, aborda justamente a redução de desigualdades. Entre as medidas apontadas como essenciais para a mudança de panorama nas periferias estão as políticas públicas de inclusão social, política e econômica da população de baixa renda. A ONU espera alcançar um progresso significativo nesse setor até 2030.”¹⁴⁵

A população criminalizada e exterminada tem cor, gênero e idade. Entretanto, não são somente eles os que sofrem com a guerra ao crime, mas sua família, parentes e amigos. A imprevisibilidade, ou a necessidade de se compreender questões cruciais como a morte de parentes, amigos e vizinhos cotidianamente, pode levar os indivíduos a uma crise profunda na busca do sentido da vida, principalmente na população mais jovem.

Isso pode gerar uma depressão profunda generalizada, mas no *campo* o acesso a antidepressivos ou a tratamento psiquiátrico é muito difícil, pois são tratamentos caros. O crack, nesse sentido, é uma droga vendida nas biqueiras e, sem qualquer tipo de controle, é usada como alternativa, ocasionando a morte. “Se a vida é um fardo, o crack oferece a morte”.¹⁴⁶

O trauma não pode ser representado por números. Os mortos não estão aqui para contar, e os vivos experienciam durante toda uma vida o sofrimento de seus entes queridos, esse trauma não está nos arquivos ou estatísticas. Essa dor, somada à indignação inerente à condição de vida nas quebradas, muitas vezes já é o suficiente para construção de revolta nos indivíduos, principalmente nos jovens.

Para essas famílias, a vida é o costume à vida desqualificada, à vida que não é vida, ou seja, à preocupação diária com sua integridade física e emocional, enquanto necessita criar estratégias de sobrevivência, sem oportunidades de estudo ou trabalho digno. Para elas, as pessoas assassinadas na quebrada sob fundamento de serem “envolvidas com drogas” ou terem “passagens na polícia”, não são mortes justificáveis, são suas famílias; isso sem contar os inocentes, as vidas tiradas pelas “balas perdidas” da guerra ao tráfico. Entre 1980 e 2010, mais de um milhão de pessoas foram assassinadas no Brasil: “É como se tivéssemos matado,

¹⁴⁵ *A qualidade de vida dos moradores de periferias: Desigualdade social está atrelada à baixa expectativa de vida dos indivíduos que vivem em favelas.* Disponível em: <<https://summitsaude.estadao.com.br/desafios-no-brasil/a-qualidade-de-vida-dos-moradores-de-periferias/>>. Acesso em 26/07/2021.

¹⁴⁶ FREITAS JR, Renato de Almeida. *Prisões e quebradas*, op. cit. p. 38.

em 30 anos, uma cidade inteira com uma bomba atômica", afirmou Julio Jacobo Waiselfisz, autor do Mapa da Violência 2012.¹⁴⁷

É fato que não é possível entender o mundo sem a carga emotiva apreendida pela sensibilidade¹⁴⁸. Contudo, para essa parcela da população, o embrutecimento é a única estratégia de vida, de adaptação aos traumas e tempestades diárias. As pancadas incessantes da vida geram um mecanismo psíquico-protetivo de insensibilidade. Enfrentar a realidade da forma que ela se apresenta na quebrada apresenta riscos que são enormes. A sensibilidade, ao invés de ampliar a percepção da realidade em direção ao seu descobrimento, opera como fator disfuncional, ampliando a complexidade do sofrimento que não se dissolve com o tempo, desnaturalizando-o, porém sem lançar possibilidades de compreensão ou de justiça.

O Brasil é um dos países mais letais do mundo, cujas mortes representam mais de 10% da cifra mundial¹⁴⁹. Ao mesmo tempo, o índice de elucidação das mortes é um dos menores do mundo.¹⁵⁰ Esse é um cenário caótico, imprevisível e alarmante, onde os cidadãos podem, de forma aleatória, morrer a qualquer momento. Entretanto, a morte prematura e violenta em nosso país não é “democratizada”, ela se concentra entre os “matáveis”, no núcleo aparentemente disfuncional do sistema. A plataforma pública Enfrentamento ao Genocídio da Juventude Negra afirma:

“O que se assiste é um aumento assustador das mortes violentas no país. Das 61.283 mortes violentas ocorridas em 2016 no Brasil, a maioria das vítimas são homens (92%), negros (74,5%) e jovens (53% entre 15 e 29 anos). As mortes violentas no

¹⁴⁷ Fonte: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/>>. Acesso em 06/09/2021.

¹⁴⁸ FREITAS JR, Renato de Almeida. op. cit. p. 89.

¹⁴⁹ A OMS considera epidêmicas taxas de homicídio superiores a 10 homicídios a cada 100 mil habitantes. O Brasil registrou 65.602 homicídios no ano retrasado, um aumento de 4,2% em relação ao ano anterior e, o mais preocupante, um número recorde que equivale a 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes - mais do dobro, por exemplo, da taxa de homicídios do Iraque em 2015. (...) “Se os jovens brasileiros formassem um país próprio, as taxas de homicídio desse país se assemelhariam às das nações com os maiores índices de violência do mundo. É o que aponta o Atlas da Violência 2019, mapeamento das mortes violentas no país feito pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) com base em dados de 2017, coletados pelo Ministério da Saúde”. *Brasil perde jovens para violência em patamar de países como Haiti, aponta Atlas da Violência*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48504184>>. Acesso em 21/09/2021.

¹⁵⁰ “Em 2017, o Brasil registrou o maior registro histórico de homicídios, foram mais de 61 mil óbitos por motivos violentos. O salto corresponde a 40% em apenas dez anos. Apesar disso, 80% dos crimes de homicídio nos estados não são solucionados pelo poder público”. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/homicidios-no-brasil-sao-pouco-elucidados-diz-pesquisa/>>. Acesso em 21/09/2021. Conferir, além disso: *Polícia Civil só resolve um homicídio a cada oito no Rio, que tem uma das piores taxas de elucidação do país*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/epoca/policia-civil-so-resolve-um-homicidio-cada-oito-no-rio-que-tem-uma-das-piores-taxas-de-elucidacao-do-pais-1-25193545>>. Acesso em 21/09/2021.

país subiram 10,2% entre 2005 e 2015. Mas, entre pessoas de 15 a 29 anos, a alta foi de 17,2%. (...)

A violência letal intencional no Brasil cresce contra negros (pretos e pardos) e regride contra não negros (brancos, amarelos e indígenas), a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 6,8%. No mesmo período, a taxa entre a população negra saltou 23,1% e foi a maior registrada desde 2006. Esse quadro é ainda mais aterrador para a juventude negra: 77% dos jovens assassinados no Brasil são negros. A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil. São 63 mortes por dia, que totalizam 23 mil vidas negras perdidas pela violência letal por ano”.¹⁵¹

Deste modo, as mortes todas acontecem num *locus* muito específico, no *campo*, onde o extraordinário é a regra, a exceção a ordem. A justificativa do extermínio da população negra em função da manutenção da ordem, da paz jurídica, da contínua opressão de uma classe. O Estado produz violência irreversível e violações desmedidas de uma série de direitos da população periférica¹⁵². A negligência, com negação a serviços públicos básicos, produzindo o tédio, e a ação da polícia ostensiva, o pincel que traça a tela do sofrimento.

3.2. Prevenção quer dizer Polícia: a Política do Enquadro

Desconhece-se em nosso país a existência de qualquer campanha séria e permanente, de âmbito nacional, com o objetivo de prevenir os assassinatos cometidos por policiais militares

¹⁵¹ “O Brasil está diante de uma matança generalizada da sua população jovem, notadamente os rapazes negros, que são as principais vítimas da violência letal. Em 2016, segundo apontam os dados do Atlas da Violência 2018, houve um aumento de 7,4% em relação a 2015 no número de jovens mortos de forma violenta. Já no período de dez anos, entre 2006 e 2016, o aumento registrado foi de 23,3%. O número de mortes violentas é também um retrato da desigualdade racial no país, onde 71,5% das pessoas assassinadas são negras ou pardas, com baixa escolaridade e não possuem o ensino fundamental concluído.” Disponível em: <<https://juventudescontraviolenca.org.br/plataformapolitica/quem-somos/eixos-programaticos/enfrentamento-ao-genocidio-da-juventude-negra/>>. Acesso em 21/09/2021. Além disso, observa-se, acerca do IDH da população negra na esmagadora maioria das cidades brasileiras, “IDH dos brancos supera o dos negros em quase todos os municípios, revela estudo”. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-11-13/idh-dos-brancos-supera-dos-negros-em-quase-todo-s-os-municipios-revela-estudo>>. Acesso em 21/09/2021.

¹⁵² Durante a pandemia do Covid-19, esse cenário piorou ainda mais: “As desigualdades tornaram tudo ainda pior, sem saneamento básico, acesso à saúde e condições básicas de subsistência, o extermínio dos mais pobres segue sua marcha de terror. Já são quase 20 mil mortos oficialmente notificados em todo país, a maioria deles localizados nas periferias das grandes cidades. De acordo com dados do boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde, nesta terça-feira (19/05), 54,8% dos óbitos registrados são de pessoas pretas e pardas. Embora as pessoas brancas ainda sejam a maioria entre os pacientes hospitalizados com Síndrome Respiratória Aguda Grave (51,4%), elas viram minoria entre os mortos (43,1%). A inversão da proporção de internações e mortes entre negros e pardos evidenciam o racismo institucionalizado: somos 45,7% nos hospitais, mas 54,8% das vítimas fatais”. Disponível em: <<https://abong.org.br/2020/09/30/exterminio-da-juventude-negra/>>. Acesso em 21/09/2021.

ou mesmo entre civis. As mortes na periferia, como já visto, não são elucidadas, e deixam familiares em sofrimento ainda maior por conta disso.

Ainda assim, o noticiário destaca o fato de que o assassinado, pelo Estado ou por outros indivíduos, tinha “passagem na polícia” ou “envolvimento com drogas”, fazendo com que o senso comum aceite, compreenda e apoie essas mortes, pois criou-se no imaginário popular o paradigma de guerra, em que se instaura o estado de exceção, e sua figura correlata é o excluído, o inimigo da ordem, reconhecido apenas pela sua vulnerabilidade e matabilidade.¹⁵³

Além disso, no funcionamento do sistema, é possível perceber que atualmente existe uma interpenetração entre a política e a polícia, o que dificulta a distinção entre a fundação do direito e a conservação do direito, ou seja, entre o que se pretende com a Lei e o que realmente é realizado para que a ordem seja mantida: a diferença entre política e polícia. A política é algo totalizante, a tutela da vida coincide com a luta contra o “inimigo”, e isso é usado como algo que legitima os ataques à população vulnerável. Essa é uma conjuntura visivelmente fértil para o crescimento de ideais fascistas, em que uma figura ganha notoriedade, a figura policial.

Nesta guerra ao crime, poucos policiais respondem por suas ações. Existe um Tribunal de Justiça Militar em cada estado do país, e sua existência determina o tratamento diferenciado de julgamento a policiais em violações aos civis. Um exemplo dessa diferença pode ser visto no fato de que a corporação competente pretendia a analisar, em 2019, a possibilidade de recolher não só o armamento do Estado como uso particular dos policiais acusados de violência doméstica ou enquadrados na Lei Maria da Penha; a regulamentação vigente, nesses casos, era a apreensão somente os armamentos institucionais dos profissionais. Entretanto, a restrição de posse de arma a PMs agressores é tratada de forma sigilosa.¹⁵⁴

A formação da Polícia Militar é baseada em abusos, dizem policiais que criticam a formação focada na servidão aos oficiais, vivida em um ambiente em que abusos físicos,

¹⁵³ “Consequentemente, se pobre, negro e bandido, todos podem matar sem responder por homicídio. Afinal, como demonstraram os acontecimentos de maio de 2006, nas ‘notícias da guerra particular’ entre polícia e PCC (em tese, pois suspeitos não são poupados) houve 564 mortes, dos quais 504 civis, contabilizadas num período de 10 dias”. Disponível em FREITAS JR, Renato de Almeida. *Prisões e quebradas*, op. cit. p. 31.

¹⁵⁴ Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/05/03/interna_cidadesdf,752850/restricao-de-posse-de-arma-pms-agressores-e-tratada-de-forma-sigilosa.shtml>. Acesso em 29/08/2021.

psicológicos e disciplinares são rotina.¹⁵⁵ Ainda assim, muitos governos conservadores ainda manipulam essa instituição, fortalecendo-a com base no sentimento de insegurança da população e em nome da ordem e da segurança pública¹⁵⁶. Cada vez mais, a polícia se torna onipresente:

A polícia não consiste somente em agentes policiais fardados, às vezes com capacetes, armados e organizados numa estrutura civil de modelo militar, à qual é recusado o direito de greve, etc. Por definição, a polícia está presente ou representada em toda parte onde há força de lei. Ela está presente, às vezes invisível mas sempre eficaz, em toda parte onde há conservação da ordem social. A polícia não é apenas a polícia (hoje mais ou menos do que nunca), ela está ali, figura sem rosto de um Dasein coextensivo ao Dasein da pólis.¹⁵⁷

3.3. Ciência RAP: relações entre cárcere e quebrada

O RAP é o maior movimento cultural de massas que existiu nas periferias do Brasil.¹⁵⁸ Especialmente desenvolvido na cidade de São Paulo na década de 90, é um discurso político alternativo ao acadêmico-teórico, oficial e tradicional. É a voz que vincula a narrativa à realidade concreta experienciada pelo agente, e promove o decisivo deslocamento do narrador principal, ou seja, da vítima para o criminoso, do Estado para o excluído, ou do “outro lado da história”. Dessa maneira, explorar sua ciência ajuda a reconstituir determinados conceitos formados no cotidiano, mas que são conceitos chave para se compreender o *habitus* vigente nesse *campo*.

Nesse período, um álbum foi especialmente impactante, constituindo-se em evento decisivo para a história do rap nacional e para a consolidação de um *habitus* social visceralmente ligados às necessidades e problemas dos habitantes das quebradas mais pobres

¹⁵⁵Fonte: <<https://exame.com/brasil/formacao-da-pm-e-baseada-em-abusos-dizem-policiais/>>. Acesso em 21/08/2021.

¹⁵⁶ “O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado nesta terça-feira (10), mostrou um crescimento de 181% no número de mortes causadas por intervenções policiais no Brasil entre 2013 e 2018. No ano passado, foram 6.220 vítimas – 17 pessoas por dia”. Conferir: *Indulto e salvaguarda: as ideias de Bolsonaro para proteger policial que mata em serviço*. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/ideias-bolsonaro-protoger-policial-que-mata-indulto-excludente/>>. Acesso em 25/08/2021.

¹⁵⁷ DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. 2º ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. Pg.102-103.

¹⁵⁸ SILVA, José C. *Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana*. Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998.

e violentas do país¹⁵⁹; é lançado o álbum *Sobrevivendo no Inferno*, do grupo Racionais MC's, no ano de 1997.

O conjunto das músicas foi tão contundente, impactante e revolucionário que obrigou todos os setores da sociedade a conhecerem o rap, sua existência não mais podia ser ignorada. Contém músicas consideradas épicas pela comunidade ouvinte, como *Diário de um Detento*, *Capítulo 4, Versículo 3*, *Fórmula Mágica da Paz* e *Mundo Mágico de Oz*, pulsantes nas denúncias do racismo, encarceramento em massa, violência policial, ausência de políticas estatais que se encarregassem das prestações mínimas de serviços como saúde, educação, segurança e moradia no Brasil.

A periferia, sobretudo a quebrada, ao menos em sua geração jovem, começa a ganhar um corpo unificado e a construir sua auto imagem, agora com orgulho, enfrentamento e denúncia. Analisando essa manifestação artística, é possível identificar o ciclo de reconhecimento de identidade e pertencimento que contribui para “prender” os jovens àquela realidade.

Na música *Fórmula Mágica da Paz*, Mano Brown canta “mas, aí, minha área é tudo o que eu tenho. A minha vida é aqui e eu não preciso”. A letra demonstra a angústia de se habitar na quebrada, ciente dos riscos e sofrimentos inerentes a ela, mas reconhece que é produto dali, isto é, seu *habitus* só encontra sentido naquele espaço social.

“O crime é igual o rap
Rap é minha alma”¹⁶⁰

Tomando como referencial teórico a pesquisa de Renato Freitas, que evidencia a crítica à delimitação do estudo da prisão ao seu espaço físico, como se ela fosse isolada do resto da sociedade, adota-se o princípio norteador de que há uma relação de simbiose entre os campos da prisão e da quebrada. Preferimos o termo quebrada ao termo gueto, ou mesmo comunidade, pois é o elaborado pelos próprios moradores em suas produções artísticas e intelectuais, conforme será demonstrado; além do caráter mais preciso que este termo encerra, diferenciando-se da amplitude genérica do termo periferia ou da carga histórico-racial do

¹⁵⁹ FREITAS JR, Renato de Almeida. *Prisões e quebradas*, op. cit. p. 27.

¹⁶⁰ Rap é compromisso, canção do rapper Sabotage. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/sabotage/65058/>>. Acesso em 29/08/2021.

termo gueto. É necessária maior atenção teórica principalmente após o rearranjo sofrido pelo sistema prisional nas últimas três décadas, com início no começo da década de 90 no Brasil; ele nos obriga a ler a prisão para além dos muros.

A verdade do cárcere é relacional, de modo que só pode ser entendida a partir das inúmeras relações que estabelece com o exterior, pois necessita dessas relações para sua conservação. Exemplos disso são as disputas de poder entre facções que geram rearranjos dentro da lógica dos presos; ou a dependência do “Jumbo” (alimentos, produtos de higiene e cigarros, levados pelas mulheres dos presos à cadeia recorrentemente. São todos itens muito revistados pelos policiais e também muito valorizados pelos presos); outro exemplo é a troca de informações por meio da presença das mulheres, nas visitas familiares e conjugais, etc., práticas inerentes ao próprio sistema prisional brasileiro.

Assim, além da violência praticada pela polícia, uma instituição com condutas e treinamentos bastante engessados e obsoletos, a periferia tem a prisão como presença em seu cotidiano nas quebradas. Este trabalho defende que há construção de uma simbiose socio-cultural entre esses espaços, o que contribui tanto para abusos por parte da repressão, como também para a perpetuação do ciclo de pobreza que se observa. Na esmagadora maioria, é a prisão a instituição estatal central na vida da população, seguida da polícia. Segundo FREITAS JÚNIOR:

“Assim, a própria discussão sobre a prisão no bairro, a experiência e ensinamentos dos presos egressos e o medo de serem presos, fazem da prisão uma instituição central na vida de uma ampla camada da população pobre. A ‘prisão-presença’ é, sobretudo consequência, da expansão do hiperencarceramento nos bairros periféricos.”¹⁶¹

Os jovens, nesse sentido, crescem considerando a morte violenta como algo natural. Esse sentimento é traduzido na seguinte canção dos Racionais MCs, *Fórmula Mágica da Paz*:

Eu não tava nem aí, nem levava nada a sério, admirava os ladrão e os malandro mais velho
Mas se liga, olhe ao seu redor e me diga:
O que melhorou? da função quem sobrou? sei lá, muito velório rolou de lá pra cá,
qual a próxima mãe que vai chorar?
Há, demorou mas hoje eu posso compreender, que malandragem de verdade é viver
Agradeço a Deus e aos Orixás, parei no meio do caminho e nem olhei pra trás meus
outros manos todos foram longe demais, Cemitério São Luis, aqui jaz

¹⁶¹ FREITAS JR, Renato de Almeida. *Prisões e quebradas*, op. cit, p. 42.

Mas que merda, meu oitão tá até a boca, que vida louca! por que é que tem que ser assim?
 Ontem eu sonhei que um fulano aproximou de mim, "agora eu quero ver ladrão, pá! pá! pá! pá!", Fim.
 É... sonho é sonho, deixa quieto
 Sexto sentido é um dom, eu tô esperto, morrer é um fator, mas conforme for, tem no bolso e na agulha e mais 5 no tambor
 Joga o jogo, vamo lá, caiu a 8 eu mato a par
 Eu não preciso de muito pra sentir-me capaz de encontrar a
 Fórmula Mágica da Paz.
 (...)
 Choro e correria no saguão do hospital
 Dia das criança, feriado e luto final
 Sangue e agonia entra pelo corredor, ele tá vivo pelo amor de
 Deus doutor
 4 tiros do pescoço pra cima, puta que pariu a chance é mínima
 Aqui fora, revolta e dor, lá dentro estado desesperador
 (...)
 Cheguei aos 27, sou um vencedor, tá ligado mano!!!!
 Agradeço à Deus e aos Orixás...
 Aí procure a sua, eu vou atrás da minha fórmula mágica da paz!¹⁶²

A precariedade da qualidade de vida e a falta de perspectiva no cotidiano das quebradas é algo concreto, bem como o é a relação estreita existente entre este campo e a instituição cárcere. Sobre a precariedade nessa instituição, o então Ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa, numa conferência em Londres, afirmou: "As prisões (no Brasil) são como o inferno. Os políticos não se importam, pois (delas) não há retorno político: votos".¹⁶³ Com seus familiares, namorados e filhos presos no sistema carcerário, que dependem deles para uma sobrevivência mais digna no cárcere, reafirma-se a indignação e revolta da população que faz parte do ciclo de violência do Estado.

3.4. A Autonomia Ético-Normativa das Quebradas

A teoria sociológica de Pierre Bourdieu permite decodificar o *habitus* padrão desses locais e compará-los ao *habitus* prisional, demonstrando que a quebrada e a prisão são espaços interseccionais, produtos de um campo simbiótico cada vez mais central para se

¹⁶² *Fórmula Mágica da Paz*, canção de Racionais Mcs. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UrSGiQGeXW4>>. Acesso em 26/08/2021.

¹⁶³ Fonte: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/01/140129_barbosa_prisoas_londres_lgb>. Acesso em 27/08/2021.

compreender os fenômenos da miséria, exclusão, encarceramento, violência e extermínio de determinada.¹⁶⁴

Na música dos Racionais Mcs *Fórmula mágica da paz*, percebe-se que há respeito por todas as leis e “jurisdições” vigentes no campo, mas, em contraposição, o ódio, ao menos parcialmente, à determinação ético-normativa oficial, à política de “lei e ordem” vigente. A manifestação dessa oposição é algo muito comum nas letras de rap e discursos artísticos e culturais das quebradas em geral¹⁶⁵. Afinal, há sintonia de objetivos simbólicos também perceptível através das canções de rap: sintonia com os seus iguais, sabendo o que é aquilo que eles mais precisam. Compartilham do desejo de construir uma casa própria, adquirir vestimenta decente conforme a moda da quebrada e contratar um advogado para tirar seu irmão ou amigo da cadeia.¹⁶⁶

“Comecei a fazer uns b.o pra comprar meus pano, meus bagulho. (...) Sempre trampei também. Os b.o. era só pra ostentar na baladinha, comprar uns pano e pá”; “só é recrutado quem tem disposição, quem eles vê que tem disposição pra poder lapidar”

Entrevista realizada por Renato de Almeida Freitas a conhecido, indivíduo negro, pobre, habitante do campo, egresso do sistema prisional, morador da Vila Autódromo, no bairro Cajuru, na cidade de Curitiba. Na entrevista usava tornozeleira eletrônica.¹⁶⁷

Para explicitar a oposição dicotômica existente entre a ética dominante e a ética da quebrada, alguns relatos podem ser encarregados de evidenciar o paradigma. Em uma entrevista de campo, o pesquisador, ao questionar um morador da Vila Oficinas, 24 anos, cumprindo pena em regime aberto pelo delito de roubo, se para ele há alguma diferença entre os jovens da quebrada dele e os jovens de bairros mais nobres como Cabral e Bigorrilho, recebeu, de imediato, um sorriso, e a resposta: “é claro, a primeira é que eu sou preto e eles são branco, e depois que eles são estudado, tem condições (...) mas não aguentariam um dia aqui na Vila, isso eu digo pra você.”¹⁶⁸

¹⁶⁴ Conferir o estudo de BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2003.

¹⁶⁵ Conferir os seguintes álbuns: <<https://portalrnd.com.br/12-albuns-de-rap-nacional-que-marcaram-os-anos-90/>>. Acesso em 26/08/2021.

¹⁶⁶ Música disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9nUHk06-bX4>>. Acesso em 26/08/2021.

¹⁶⁷ FREITAS JR, Renato de Almeida. *Prisões e quebradas*, op. cit. p. 91.

¹⁶⁸ Entrevista do dia 12 de fevereiro de 2017. Curitiba. Entrevistado J.V.M. Em FREITAS JR, Renato de Almeida. *Prisões e quebradas*, op. cit, p. 26.

“Aqui tem mano de Osasco, do Jardim D'Abril, Parelheiros, Mogi, Jardim Brasil, Bela Vista, Jardim Ângela, Heliópolis, Itapevi, Paraisópolis. Ladrão sangue bom tem moral na quebrada. Mas pro Estado é só um número, mais nada”

Na música acima, *Diário de um Detento*, Racionais MC's¹⁶⁹, o personagem da saga descreve os dias anteriores ao massacre do Carandiru, e faz questão de lembrar as principais quebradas que compunham aquela instituição. A periferia domina o cárcere, e o cárcere domina a periferia, num ciclo que parece inquebrável, mas só àqueles que não percebem a ética compartilhada entre esses espaços. Ambos manifestam seu ódio à polícia, presente nos sentimentos de revolta e insubordinação que caracterizam a população jovem masculina da quebrada.

Assim, de gerações em gerações, cria-se um sistema de valores subvertido e, de certo modo, funcional, nestes discursos, pois só na definição de um “Outro”, um inimigo, é que se pode desonerar-se do ônus insuportável da miséria extrema como produto de sua própria incompetência e insignificância, como afirma o discurso diametralmente oposto, e ainda mais cruel, da meritocracia. Isso significa dizer que a oposição à ética normativa dominante é uma forma de fortalecimento de identidade das periferias, com suas perdas, sofrimentos e realidades próprias.

Se o Estado produz tédio e reforça a violência repressiva, ele tira as oportunidades de novos caminhos para a periferia, que continua no mesmo labirinto, sem desenvolvimento. Porque o tempo que passa sem investimento do Estado naquele sujeito é investido na construção de identificação do sujeito à sua personalidade, história, sociabilidade e vulgo construídos na quebrada, a cada ano que passa.

No caso, se esse sujeito estiver em cárcere, então, tal cenário se intensifica mais ainda, pois depende de sua reputação construída a garantia de sua sobrevivência, como demonstrará. Na idade da infância e adolescência, bem como os primeiros anos adultos, são essenciais para a formação da identidade do sujeito. Por isso o objeto de estudo desta pesquisa é o jovem, pois a cada ano que não se investe nele, é cavado um lugar mais fundo em seu reconhecimento de pertencimento pessoal, cada vez mais difícil de resgatá-lo.

Finalmente, no que concerne à ética compartilhada entre esses espaços, o RAP e os grupos de presos organizados no sistema penitenciário paulista são o maior exemplo da ética

¹⁶⁹ Álbum: Sobrevivendo no Inferno. Música *Diário de um Detento*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dGFxdmuDA4A>>. Acesso em 26/08/2021.

criminosa levada às últimas consequências. Por meio da linguagem comum, os termos empregados para definir certas situações são preciosas pérolas para essa análise cultural. Visto isso, há uma confusão trágica excludente que associa os espaços sociais do gueto e da prisão, vítimas da ação policial do Estado.

As principais categorias éticas promovidas a elementos centrais e classificadores são edificadas e definidas pelo RAP e aproveitadas, em seus significados, pela massa carcerária paulista, sobretudo os grupos mais organizados. Elas permitem a cada agente criar, a partir de um pequeno número de princípios implícitos, todas as condutas conforme às regras da lógica do desafio e da resposta a apenas elas.¹⁷⁰

Nesse sentido, a ressignificação da linguagem é central para compreensão desse campo social, de difícil acesso ao pesquisador alheio a tal *habitus*:

“O *habitus* é essa ‘disposição cultivada’, que ‘permite a cada agente criar, a partir de um pequeno número de princípios implícitos, todas as condutas conformes às regras da lógica do desafio e da resposta e apenas elas’, portanto, o *habitus*, como conjunto de esquemas interiorizados, é esse espaço intermediário - se assim pudermos dizer - que permite passar, nos dois sentidos, das estruturas determinadas ao longo do trabalho de organização do corpus às ações de um ator singular e à experiência que ele adquire.”¹⁷¹

O conhecimento da linguagem empregada, nesse sentido, pode ser construído a partir de consumo da cultura do RAP, da leitura do Manifesto Estatuto da facção Primeiro Comando da Capital (PCC)¹⁷², de entrevistas online com personalidades culturais importantes¹⁷³ e também pelas relações obtidas em *campo* durante o estudo. Simplificadamente, a análise de alguns termos se faz importante para a evidência da ética inerente a quem deles faz uso:

Proceder: trajetória do sujeito, que engloba sua integridade, ou seja, um bom proceder depende de não ter conflitos ou uma história que o degradam, além de boas relações e

¹⁷⁰ FREITAS JR, Renato de Almeida. *Prisões e quebradas*, op. cit, p. 96.

¹⁷¹ FREITAS JR, Renato de Almeida. *Prisões e quebradas*, op. cit, p. 33.

¹⁷² Disponível em:

<https://faccapcc1533primeirocomandodacapital.org/regimentos/estatuto_do_primeiro_comando_da_capital_fa_ccao_pcc_1533/>. Acesso em 21/07/2021.

¹⁷³ Conferir Roda Viva - Mano Brown (2007). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=laQWmNkqkSg>>. Acesso em 06/08/2021. Em sentido semelhante, *Mano Brown, um sobrevivente do inferno*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U_OsF4y4zuY>. Acesso em 06/08/2021; <https://www.youtube.com/watch?v=U_OsF4y4zuY>. Acesso em 06/08/2021; e “*Nós viemos do fracasso*”, dizem Linn da Quebrada e Jup do Bairro no Guia Negro Entrevista. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IclYihlZpzc>>. Acesso em 06/08/2021.

contribuições à ética da comunidade. Todas as suas relações na comunidade se baseiam no seu proceder, pois reflete sua história na quebrada.

“Como é próprio da prisão, inclusive em um grau maior do que na academia, os debates cotidianos são os maiores instrumentos de poder do preso frente aos seus iguais. Debate essencialmente performático, em que o *proceder* deve ser demonstrado através das palavras e da forma com que se submete essa palavra ao crivo da massa. Se o faz com humildade e transparência ou com arrogância e oportunismo.”[FREITAS JR, 2017, p. 49]¹⁷⁴

Caminhada: é a trajetória biográfica no *campo* (quebrada); também possui o significado de “vida” ou de realizações pessoais.

Caguetagem: entregar informações para inimigos - a polícia ou outro.

Disposição/Apetite: potencial ou qualidades que se destacam, quando o criminoso é, por exemplo, inteligente, estratégico, tem bom proceder, boas relações, não tem medo, é alguém de liderança.

Bandido/Criminoso: qualidade da pessoa de bom proceder que contribui para a ética do crime por meio de seus atos.

Crime: entidade inseparável da quebrada, onipresente neste espaço.

Zé-povinho: morador da comunidade que não participa e não partilha da Ética do crime, muitas vezes fica do lado da polícia nos conflitos. Não é bem visto pelos criminosos.

Coisa: pessoa que não merece nenhum respeito; nóias ou a polícia.

Nóias: ladrão que rouba a quebrada, ou sua própria família, para comprar drogas. Pessoa que não merece respeito.

¹⁷⁴ FREITAS JR, Renato de Almeida. *Prisões e quebradas*, op. cit, p. 49.

Assim, com base nos estudos culturais das quebradas, até o vocabulário empregado, denominado pelas comunidades não por gíria, mas sim dialeto, reflete a Ética que se contrapõe ao Estado.

3.5. Opções à criminalidade

A ideia inicial da presente pesquisa era uma busca empírica que demonstrasse as explicações causais subjetivas sobre o comportamento criminoso ou violento: descobrir subjetivamente o que faz o sujeito entrar para a vida do crime, para depois transformar esses dados em uma visão mais ampla e econômica para uso do governo, seria de fato algo valioso. No entanto, no presente trabalho, como metodologia, adotou-se o viés da Criminologia Crítica Cultural para analisar primordialmente as opções do sujeito à criminalidade na periferia.

Assim, não para buscar novas explicações causais sobre o comportamento delituoso, mas para analisar os processos de criminalização, investigar as reações sociais e a construção das relações de poder é que surgiu a Criminologia Crítica que embasa este trabalho, com foco nas relações materiais de produção. Além dela, o viés cultural é primordial, pois auxilia fortemente na demonstração da irracionalidade conservadora do posicionamento estatal quanto à já explicitada criminalização das culturas periféricas e vitimização desenfreada da população carente brasileira.

De origem marxista, a Criminologia Crítica muitas vezes é categorizada como ramo mais radical do estudo do crime. Entretanto, se pretende levar a questão delituosa “a sério”, como afirmavam Jock Young e John Lea, expoentes dessa vertente.¹⁷⁵ Em sentido semelhante, mais recentemente outros autores têm relacionado a delinquência à cultura individualista, em função do aumento do número de bens “a se roubar”, definindo a criminalidade contemporânea como uma espécie de consumismo.¹⁷⁶

Nas palavras de Saulo Ramos Furquim¹⁷⁷:

(...) determinadas práticas culturais produzidas e/ou consumidas, das quais manifestações culturais seculares, tradições, identidades, símbolos e significados são objetos de uma política penal, em detrimento de uma política cultural. É por meio da análise das expressões multiculturais, advindas de

¹⁷⁵ LEA, John; YOUNG, Jock. *Que hacer con la ley y el orden?*. Ediciones Jurídicas Olejnik. 2019. p. 5-7.

¹⁷⁶ ROCHÉ, Sebastian. *Sociologie politique de l'insécurité*. Presses Universitaires de France. 1998. p. 68.

¹⁷⁷ FURQUIM, Saulo Ramos. *A Criminologia Cultural*, op. cit. p. 5.

outras sociedades e das manifestações culturais urbanas em caráter de resistência e confrontação da estética cultural dominante, que se emerge a criminologia cultural. Estas manifestações culturais, que particularmente sofreram (ou sofrem) repressão penal, aplicando-se os subsídios teóricos da criminologia - principalmente da criminologia cultural - buscam compreender os mecanismos que legitimam e explicam o seu tratamento penal. A análise é feita dentro da perspectiva da criminologia cultural, que no dizer dos seus fundadores, é controversa e disposta a jogar com os parâmetros da disciplina e desafiar a sério as convenções da criminologia ortodoxa.

Assim, soma-se à influência punitiva da mídia e a fabricação de pânicos e panaceias morais as políticas de “tolerância zero” em relação às culturas dos marginalizados. Nesse sentido, além de ser possível afirmar que o tédio é fator determinante aos atos de subversão, é possível afirmar que ele também é construído pelo Estado e governos, sendo ele também o responsável pela subversão do sujeito criminoso. A Educação já se demonstrou como saída para esse labirinto de infelicidade.

4. CONSERVADORISMO E A IRRACIONALIDADE DO ESTADO

Como parte final do trabalho, a presente pesquisa buscou desconstruir alguns argumentos e tendências observadas durante os governos e discursos políticos, como forma de evidenciar o conservadorismo presente em muitas políticas e decisões, que afetam a população mais pobre diretamente, mas também, como explicitado, produz consequências no estilo de vida das classes mais abastadas. Essa investigação procura concluir e complementar a tese da pesquisa, que revela a irracionalidade e a necessidade de ajuste na administração e no controle punitivo da Segurança Pública do Estado. Sobre o valor da Criminologia para o Estado que busca diminuir a criminalidade jovem no Brasil, é possível afirmar que:

“Em uma cultura saturada por imagens do crime e pelo medo do crime, a criminologia já não pode esperar dominar as maneiras pelas quais tais temas são analisados. Mesmo dentro da academia, a criminologia se torna somente uma das muitas formas pelas quais a questão criminal é discutida. (...). Governos nem sempre escutam a razão, e certamente não apenas a razão criminológica. Governos operam em um contexto que é definido pela racionalidade instrumental, mas também por emoções e valores, demandas insistentes e imperativos políticos”.

178

¹⁷⁸ Sobre, v. GARLAND, David; SPARKS, Richard. *Criminology, social theory and the challenge of our times*. British Journal of Criminology, vol. 40. 2000. p. 200-1: “In a culture that is now saturated with images of crime

Um ideário bastante hegemônico na dimensão propriamente político-criminal demonstrado por essa passagem é a reação conservadora ao crime, ou “novos realistas”, que surgiu sob influência dos Estados Unidos e Inglaterra, principalmente nas décadas de 70 e 80, seguintes ao *Welfare State*¹⁷⁹. Sua premissa é que a ação política interpreta a criminalidade de rua como resultado de *déficits* individuais e culturais, retomando concepções anormais, doentias e excessivas do comportamento individual¹⁸⁰, ou seja, enxerga os crimes patrimoniais como um comportamento típico de uma população biologicamente diversa daquela “respeitadora das leis”, ou com inteligência menor do que a média da população¹⁸¹.

Ainda no final da década de 60, pensadores de criminalidade da extrema direita norte-americana, muitos autores de *best-sellers*, buscavam explicar o aumento da violência urbana: Charles Murray, diferenciando os trabalhadores “respeitáveis” dos “não-respeitáveis”, denominou estes últimos como *underclass*, ou subclasse, retornando à velha noção de “classe perigosa”, pelo viés de que não respeitam as leis e os valores da família e do trabalho¹⁸².

Outro importante autor ligado à extrema direita norte-americana foi James Wilson, que afirmava que o aumento do crime estava relacionado à facilitação das pessoas das “classes inferiores” se movimentarem livremente pela cidade. Em suas palavras, “na medida em que membros da classe baixa se espalham pela cidade, o crime se espalhou pela cidade [também]”, ainda que a “polícia [tenha] sofrido intensa pressão para tratar a todos de forma igual - o que significa (...) não prender alguém suspeito até que tenha cometido um crime”¹⁸³.

As repercussões dessa base ideológica acerca da criminalidade são possíveis de serem observadas até os dias atuais, e não somente, geram a elaboração das políticas de *lei e ordem* e

and fear of crime, criminology can no longer hope to dominate the ways in which these issues are analysed. Even within the academy, criminology becomes only one of many settings in which crime is discussed. (...). Governments do not always listen to reason, and certainly not only to criminological reason. They operate within a context that is defined by instrumental rationality but also by emotions and values, insistent demands and political imperatives.”

¹⁷⁹ GIAMBERARDINO, A. R.. *A Construção social do medo*, op. cit. p. 14.

¹⁸⁰ Sobre o tema, conferir: HALLSWORTH, Simon. *Street Crime*, p. 67 e ss. The British Journal of Criminology, Volume 45, Issue 6, November 2005, Pages 997-999. 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/bjc/azi087>>.

¹⁸¹ Sobre o tema, conferir: HERRNSTEIN, Richard; MURRAY, Charles. *The Bell Curve*. Free Press. 1994. p. 235.

¹⁸² Sobre o tema, conferir: HERRNSTEIN, Richard; MURRAY, Charles. *opus cit.*

¹⁸³ WILSON, James. *Crime in the Streets*. The Public Interest, n. 5, p. 29.

tolerância zero. Exemplo disso é a *broken windows theory* (teoria das janelas quebradas), segundo a qual a redução da criminalidade se daria com o combate à desordem e à degradação urbanas, por meio da severa repressão a pequenos delitos e incivilidades¹⁸⁴.

“The broken windows theory states that any visible signs of crime and civil disorder, such as broken windows (hence, the name of the theory) vandalism, loitering, public drinking, jaywalking, and transportation fare evasion, create an urban environment that promotes even more crime and disorder” [WILSON; KELLING, 1982].¹⁸⁵

(A teoria das janelas quebradas afirma que quaisquer sinais visíveis de crime e desordem civil, como janelas quebradas (daí o nome da teoria), vandalismo, vadiagem, beber em público, andar imprudentemente e a evasão de tarifas de transporte, criam um ambiente urbano que promove ainda mais crime e desordem).[tradução livre]

A essa altura do debate, já está estatística e teoricamente comprovada a ineficácia destas ideias. As repercussões dessa ideologia geraram apenas gastos públicos com fundamento na violência, sob o nome de “prevenção”. O termo “prevenção”, porém, não tem uma definição teórica precisa, pois é um termo tão plural de significados quanto indistintamente utilizado. Refere-se aqui a uma noção desvinculada das finalidades declaradas da pena criminal, de prevenção geral e especial, positiva ou negativa, assim como das modalidades de prevenção da criminalidade *ante delictum* - fundadas na presunção de periculosidade do indivíduo.

Essa prevenção de que se fala, na verdade, consiste no “total das iniciativas privadas e políticas estatais, que não a aplicação do direito penal, com o objetivo de reduzir o dano causado por atos definidos como criminais pelo Estado”¹⁸⁶, mas incluindo também comportamentos considerados problemáticos não tipificados. Essa questão é cerne do problema, pois é ela que incita e legitima a atuação injusta da polícia ostensiva, na criação da política do enquadro.

A criação do medo do crime no Brasil, de responsabilidade do Estado e também da mídia, criou um cenário em que as elites se isolam e levam uma mentalidade de vida que constantemente se preocupa com sua segurança. Porém, nota-se que não é o *risco objetivo* o

¹⁸⁴ O trabalho fundador dessa ideia foi WILSON, James.; KELLING, George. *Broken windows: the police and neighborhood safety*. The Atlantic Monthly, n. 3, Washington: Atlantic Media Company. 1982

¹⁸⁵ Para mais informações sobre o tema, conferir: <<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465/>>. Acesso em 20/08/2021.

¹⁸⁶ VAN DIJK, Jan J. M.; WAARD, Jaap de. *A Two-Dimensional Typology of Crime Prevention Projects; With a Bibliography*. Criminal Justice Abstracts. 1991. p. 483.

produtor direto dessa insegurança, que é essencialmente subjetiva, mas sim os mecanismos difusos de construção do imaginário de violência.

Nos discursos políticos recentes mais militarizados, como o do governo Dória, em São Paulo, observa-se a utilização do sentimento de insegurança na população para justificar investimentos em repressão¹⁸⁷, um instrumento que funciona a curto prazo apenas, e que não gera nenhum retorno comprovadamente positivo nas taxas de criminalidade e diminuição do sentimento de insegurança - a finalidade é governar *através* do medo. Nesse cenário, todas as interações sociais passam a ser cultural e socialmente reconstruídas segundo a ótica da segurança¹⁸⁸.

Esse discurso ideologicamente ambíguo e nebuloso pode servir a políticas reacionárias e autoritárias como experiências de caráter progressista, postas em prática em diversos países europeus, até mesmo aproximando plataformas políticas opostas, quando a matéria é segurança pública. A prevenção, nesses moldes, se manifesta de três formas¹⁸⁹:

- prevenção situacional: visam retirar do foco a preocupação tradicional com as “causas do crime” enquanto comportamento individual, defendendo, no lugar disso, a atuação sobre as situações tidas como determinantes para que o crime possa ocorrer. De formulação no Reino Unido, setores conservadores utilizaram essa proposta para reduzir oportunidades para o cometimento de atos de “incivilidade”, sejam eles tipificados como crimes ou não. Por outro lado, também aumenta os riscos para aquele que comete esses atos, pois, como pressuposto, foi uma escolha racional. O resultado disso é o reforço à vitimização, gerando, em cada um dos indivíduos, uma condição de vulnerabilidade e fragilidade historicamente reservada, antes, às mulheres apenas.
- prevenção social: prevenção exercida através de ações sociais, típica da ideologia do *Welfare State* (Estado de Bem Estar Social) e prevalecente na França, é definida por sua aparente coerência no discurso. Atendendo às necessidades básicas da população e

¹⁸⁷ Coletiva de Imprensa - *Reajuste do salário dos servidores da SAP e policiais do estado de São Paulo*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=20qDqjE_qbg>. Acesso em 18/08/2021.
Aumento da frota policial no Estado de São Paulo - Governo Dória. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/governo-de-sp-entrega-1-820-viaturas-para-reforcar-frota-da-policia-militar/>>. Acesso em 18/08/2021.

¹⁸⁸ GIAMBERARDINO, A. R.. *A Construção social do medo*, op. cit. p. 15.

¹⁸⁹ GIAMBERARDINO, A. R.. *A Construção social do medo*, op. cit. p. 17.

na garantia dos direitos fundamentais, mas, infelizmente, não conseguiu produzir, subjetivamente, mais segurança.

- Em relação à união dessas duas vertentes, criou-se nos anos 90 (Holanda) a ideia da prevenção integrada: são políticas destinadas à generalidade dos cidadãos ou situações.

A partir disso, percebe-se que a vitimização e as percepções sobre a sensação de segurança podem ser concebidas como indicadores apropriados e de grande relevância para formulação, gestão e avaliação de políticas públicas, bem como para identificar o grau de confiança das pessoas em relação às instituições de justiça criminal e, de modo mais específico, às instituições policiais. Deste modo, quando se refere a violência e criminalidade, diversos fatores estatísticos são apontados como relevantes para compreender os níveis do sentimento de segurança. Alguns mais importantes são o crescimento da criminalidade; o fenômeno da urbanização; a influência midiática que ressalta a espetacularização da violência; fatores culturais, como religião; atributos dos próprios indivíduos, como gênero, renda e idade; entre outras características sociodemográficas.

Dito isso, questiona-se, pois, se a fabricação do medo interessa mais à administração da segurança pública, de um ponto de vista político-eleitoral, em detrimento da diminuição dos riscos reais de vitimização em determinada área. A redução do sentimento de insegurança da população deve ser destinada a todas as classes sociais. Bastante óbvio afirmar, assim, que não interessa a um político a redução dos índices de criminalidade de uma região se as pessoas não se sentem efetivamente mais seguras.

5. PROPOSTAS E CONCLUSÃO

Pode-se definir por *políticas públicas de segurança* como o “conjunto de disposições legislativas e regulamentares adotadas para gerir a questão da segurança. (...) Elas se dirigem aos autores de violência, mas também às vítimas e à opinião pública”.¹⁹⁰ Na Constituição Federal brasileira, o artigo 144 define que “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I- polícia federal; II- polícia rodoviária federal; III- polícia ferroviária federal; IV- polícias civis; V- polícias militares e corpos de bombeiros militares.”

Diante disso, pesquisadores de diversas linhagens teóricas tomaram como tarefa política e intelectual pensar um modelo de segurança pública que operasse dentro das normas democráticas, que garantisse a integridade dos direitos humanos de toda a população e que o funcionamento das forças policiais fosse orientado pelos interesses da sociedade civil. A presente pesquisa propõe exatamente esse viés.

Desse modo, como conclusão da pesquisa, se torna importante não somente a demonstração dos problemas no panorama crítico apresentado, mas também cogitar as soluções viáveis ao melhoramento da situação estudada. Durante a exposição, já se adiantava que as soluções são a Educação e o incentivo ao Esporte, com projetos públicos necessariamente duradouros de médio a longo prazo. Para que seja possível essas soluções, no entanto, é necessário que os governos se desfaçam de irracionalidades de caráter conservador no Estado, abrindo espaço para uma administração mais inteligente e eficaz.

Primeiramente, é necessário propor o fortalecimento dos sistemas de justiça restaurativa no país. Isso porque as prisões superlotadas e excessivamente violentas não têm serventia, da forma que se encontram, à Justiça Brasileira. É necessário desafogar os jovens presos por tráfico, que são mais de 30% da população encarcerada¹⁹¹, e direcionar esses investimentos de dinheiro público em ações mais convenientes, cujo efeito seja peremptório, duradouro e minimamente mais satisfatório. O sofrimento do preso não servirá de nada se, após 6, 11 anos

¹⁹⁰ ROCHÉ, Sebastian. *Sociologie politique*, op. cit. p. 157-8.

¹⁹¹ Fonte: <<http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=222>>. Acesso em 14/10/2021.

de cadeia, essa pessoa intensificar relações com o universo criminoso e não receber oportunidades para sobreviver de forma basicamente digna. Esse tipo de perspectiva gera naquela pessoa apenas mais violência e mais isolamento.

Além disso, a desmilitarização da polícia militar é algo urgente, pois a instituição é obsoleta e já não serve aos interesses da população. Como determinado no artigo 144 da Constituição, o tratamento à questão da Segurança Pública é uma questão de polícia, necessariamente. Entretanto, o sistema deve funcionar em complemento a outras políticas públicas de qualidade, não somente o policiamento ostensivo, constantemente recebendo mais investimento.

O sistema de Segurança Pública não pode ser o único sistema estatal de “qualidade” do Estado na periferia. A polícia militar, nesse sentido, cumpre o papel de autor de extermínios e genocídio sistemático à parcela da população brasileira, e não de construção de um “espaço publicamente confiável” para toda a população. Assim, a PM deve ser desmilitarizada, seus processos de treinamento banidos e as políticas de enquadro, transformadas. Ademais, a “Punição informal Antecipada”¹⁹², praticada pela guarda civil e pela polícia em geral, direcionada principalmente aos jovens, configura TORTURA, e sua prática deve ser abolida e substituída devidamente.

Isso porque o tratamento da questão da Segurança Pública sob o viés de que existe um “inimigo” a combater, como de fato ocorre na atual “guerra às drogas” no Brasil, como demonstrado, é irracional e prejudicial a toda a população. Pois se existe um inimigo, existe suspeita e possibilidade de ataque iminente. Entretanto, os números de encarcerados por tráfico, um crime considerado juridicamente como sem emprego de violência, apenas crescem, na prática afetando os jovens brasileiros e suas famílias. Assim, a sensação de insegurança cresce, assim como o número de encarcerados:

“A sensação de insegurança acomete muitas pessoas que moram no Brasil. Não à toa. Estatísticas colocam o país entre os lugares com mais homicídios do mundo. Ocupamos em 2015, tristemente, a nona posição no ranking mundial de homicídios a cada 100 mil habitantes, divulgado em maio de 2017 pela ONU, com 30,5 ocorrências a cada 100 mil moradores.

¹⁹² Para mais informações sobre o termo, conferir Teses Institucionais - Conselho Nacional de Corregedores-Gerais. Disponível em: <https://www.academia.edu/45414710/TESES_INSTITUCIONAIS_Conselho_Nacional_de_Corregedores_Gerais>. Acesso em 25/08/2021.

E a dor é generalizada. Como lembrou o rapper e ativista MV Bill em nosso debate sobre Segurança Pública, que lotou o auditório do Museu do Amanhã (...), “enquanto não falarmos sério sobre segurança vamos ter muitas mães chorando, e, infelizmente, são mães de todos os lados: é mãe de morador; é mãe de criminoso; é mãe de policial.”¹⁹³

É justamente sobre a erosão da ideia de comunidade que se legitima a militarização da segurança pública e o fortalecimento da segurança privada. Como observado, crescem as tendências de privatização dos meios de prevenção, tornando a segurança como um “bem de consumo” disponível aos que podem pagar. O Estado, por sua vez, acaba servindo de protetor de uma parcela bastante reduzida da população, ao mesmo tempo que justifica suas ações como defesa do interesse público.

Em oposição a isso, moradores das regiões periféricas das grandes cidades temem, em primeiro lugar, abusos por parte da própria polícia, com a quase unânime responsabilização da polícia ostensiva pelo sentimento de medo cotidiano, enquanto moradores de classe média e alta temem o estereótipo do habitante da periferia. Por conta disso, é necessário que o Estado aproveite todas as oportunidades que tiver de diminuir essa desigualdade social, destinando investimento público à Educação, Esporte e Cultura.

Esses três vértices são os pontos que conectam uma rede de intercâmbio de conhecimento, cultura e informação, necessária e urgente para a integração de classes no Brasil. Imprescindível é a desmistificação da criminalidade como opção pessoal a ‘bel prazer’, pois é, na verdade, uma escolha que, aos olhos de muitos jovens da periferia esquecida pelo Estado, subjetivamente, faz muito mais sentido. Infelizmente, já se observa o trágico resultado disso.

Assim, para definir propostas de Segurança Pública que sirvam realmente aos interesses da população, é necessária análise minuciosa. Nesse sentido, a Plataforma 2018: Brasil do Amanhã¹⁹⁴ elaborou algumas diretrizes que este trabalho adota como bons parâmetros para a análise de propostas de Segurança.

“A seguir, veja 5 dicas da Plataforma 2018: Brasil do Amanhã para que você cheque se as propostas de seu candidato fazem realmente sentido ou se servem apenas para teatro político:

¹⁹³ Fonte: <<https://www.plurale.com.br/site/noticias-detallhes.php?cod=16124&codSecao=>>. Acesso em 21/08/2021.

¹⁹⁴ Fonte: <<http://brasildoamanha.org.br/>>. Acesso em 21/08/2021.

- 1) As propostas já foram testadas em outros lugares com características semelhantes de tamanho de população, renda e grau de escolaridade?
- 2) As propostas incitam o ódio contra algum grupo ou são desenhadas para satisfazer toda a população?
- 3) As propostas indicam a fonte de financiamento para as ações?
- 4) As propostas incluem esforços conjuntos para desenvolvimento social e geração de renda, ou focam apenas na repressão?
- 5) O candidato ou candidata tem a ficha limpa e, mais do que isso, tem conduta ilibada?

Não acredite em salvadores da pátria. Não precisamos de heróis nem de mitos. Precisamos de gente séria, fazendo um trabalho sério pelo bem comum. Bom voto!”

195

Por meio das informações visitadas e exploradas durante a pesquisa, é possível concluir que o que importa é pensar na família e na formação da criança, para reduzir sua insatisfação, a revolta e a insubordinação, consequentemente reduzindo a criminalidade. Segundo Heckman¹⁹⁶, vê-se que há muita correlação entre atividade criminal dos pais e dos filhos, de modo que essas soluções devem ser levadas a sério como política pública de médio e longo prazo no Brasil.

Assim, propõe-se que as propostas de “nova prevenção”, ideias em sua maioria cunhadas em âmbito norte-americano e europeu, sejam contextualizadas ao Brasil, verificando se realmente se adequam. Isso porque as modalidades dessas propostas são várias, e podem ser reconduzidas a diferentes perspectivas políticas e panoramas teóricos. Na realidade brasileira, é preciso “enfrentar”, em primeiro lugar, não a criminalidade em si, mas uma percepção subjetiva altíssima de insegurança que, embora exija respeito, deve ser compreendida essencialmente como uma construção, a partir de todas as premissas críticas já colocadas.

Para que isso ocorra, é necessário desconstruir a interpretação recorrente que admite o crescimento da criminalidade como dado e identifica as suas causas no suposto baixo grau de eficiência do sistema de justiça criminal. Com essa perspectiva, o único caminho a que se pode culminar é a exigência e pressão pelo aumento de intensidade justamente da resposta violenta e belicista do Estado, a mesma que atua, paradoxalmente, como fator produtor de insegurança tanto objetiva como subjetiva, contribuindo à difusão do pânico e alimentando o

¹⁹⁵ *Segurança é direito de todos. Não polarize o debate. Como identificar boas propostas sobre Segurança?* Disponível em: <<http://www.brasildoamanha.org.br/noticias/como-identificar-boas-propostas-sobre-seguranca>>. Acesso em 30/08/2021.

¹⁹⁶ Conferir:

<<https://www.enap.gov.br/en/acontece/noticias/como-as-experiencias-da-primeira-infancia-afetam-a-trajetoria-de-vida>>. Acesso em 20/08/2021.

perverso círculo vicioso de criminalização e vitimização dos mais pobres. Por conta disso, toda a presente pesquisa foi construída para propor, justamente, o outro viés.

A Constituição de 1988 prevê a segurança como direito fundamental e social (art. 5º e 6º, CR) e define a segurança pública como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, sendo “exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (art. 144, CR). Porém, não houve transformações profundas na organização das polícias e particularmente não foi construída uma racionalidade compatível com a democracia. O que demonstra a história recente da polícia no país, militar ou civil, é justamente o contrário, bastando notar, por exemplo, como a organização atual da Polícia Militar ainda remonta ao Decreto nº. 667, de 1969, que a subordinou ao Exército. Parece justo concluir, portanto, que as propostas de uma nova forma de fazer política em segurança, no Brasil, enfatizem a necessidade de uma reforma profunda das polícias.

Desse modo, frente às mencionadas tendências de isolamento urbano das elites e à militarização da segurança, que se mostra cada vez menos “pública” e mais alinhada com interesses mais específicos que gerais, é proposta a compreensão crítica das características individualistas e privatizantes nas concepções de políticas de prevenção, defendendo, em seu lugar, um resgate da cidade enquanto espaço público de convivência saudável entre cidadãos. O ponto decisivo da questão, acima de tudo, é a construção democrática do espaço e do investimento público, o que pressupõe só se falar em Segurança se for em um sentido mais amplo e para todos.

Esse viés adotado parte de um referencial de sentido diferente para o conceito de degradação do espaço urbano, pois não se refere mais à mera desorganização, nos termos trabalhados pela Escola de Chicago, mas sim à compreensão de maneira vinculada às percepções subjetivas conscientes na produção de sentimentos de mal-estar, incômodo e medo. A resposta da arquitetura de caráter urbanista tem sido a projeção da cidade e seus espaços públicos segundo uma lógica de defesa, trabalhando a prevenção situacional desde a intenção de se afastar os perigos. Por essa visão, se reproduz uma concepção de segurança possível somente apesar (e não com) dos outros, e consequentemente com a redução de direitos de parcela significativa da população.

Basta recordar fatos recentes ocorridos em Curitiba, nas primeiras semanas de junho de 2008, quando um grande shopping-center recém-inaugurado adotou a prática de barrar jovens

caracterizados, pelo vestuário, como sendo da periferia. Segundo a direção do shopping, as medidas seriam para “evitar o constrangimento de clientes”.¹⁹⁷

Entretanto, esta pesquisa defende a compreensão da segurança como bem de consumo e acessível, não somente a quem possa pagar, pois isso não é compatível com a lógica pública. Pois, se a segurança é um bem público gratuito e destinado a todos, sob o controle exclusivo da Administração, não pode ser simultaneamente um bem posto à venda pelas empresas, já que desde o momento em que a segurança é um bem como outro qualquer, poderá ser obtida pelos seus próprios meios. A irracionalidade do Estado se exhibe, com forma bem definida, nesta mesma contradição, pois existindo uma, não pode haver a outra.

Com base em todas as considerações da pesquisa, as estatísticas analisadas, a cultura e ética da periferia, destrinchadas, conclui-se que as propostas citadas podem contribuir para políticas públicas de segurança que não deixem, na memória dos brasileiros, a pintura do sofrimento.

As palavras testemunhais devem ser o ponto de partida e de chegada de qualquer pesquisa minimamente comprometida com a compreensão da realidade do campo de extermínio, pois lá estão os vestígios do acontecido, o passado perdido pela impossibilidade de registro, as memórias soterradas sob os traumas do genocídio. Somente o testemunho, em conjunto com o trabalho paciente, metódico e rigoroso do pesquisador, pode se aproximar da realidade do campo a fim de entendê-la e explicá-la, mesmo que não em sua totalidade.

Todo passado devolve as marcas da injustiça, escravidão, guerras, colonização, extermínio e dor, mas também nos recorda de seus impulsos não satisfeitos, seus desejos postergados, suas lutas inconclusas. Para compreender e reivindicar esse passado deve-se negar o princípio de “ordem e progresso”, e ler o lugar da dor, do sofrimento, daqueles que caíram no esquecimento ao serem devastados pela tempestade aterradora do progresso. Deve-se continuar as pesquisas e as defesas pelos jovens brasileiros da periferia, pois a negligência do Estado, cuja presença se faz apenas através da utilização de forma policial, deve ser tratada como violação ao direito da criança e do adolescente.

O tratamento da criminalidade e delinquência juvenil é um problema urgente, de Segurança Pública, mas também de Saúde Pública de crianças e adolescentes no Brasil, que tem sua saúde mental constantemente abalada pelo cotidiano violento e falta de perspectivas.

¹⁹⁷ Notícias UOL, 05/06/2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br>>. Acesso em 06/09/2021.

Não há o Messias, nós o somos. Desse modo, é preciso reverter a própria centralidade conferida à vítima, no discurso da prevenção, desde a teoria “da oportunidade” ou da “escolha racional”, tende a concentrar a atenção na microcriminalidade e contribui para a concepção da segurança como questão privada. Nesse sentido, o “pedinte do sinal” e o “drogado”, ou a “prostituta” e o “mendigo”, são socialmente definidos como culpados pela “minha” insegurança. No lugar disso, entender por quê a criminalidade e a violência crescem, ao mesmo tempo em que a insegurança também.

O que se nota, desse modo, é que a elaboração de políticas de prevenção situacionais, que dependem de fluxos políticos e midiáticos, orienta a tendência à rotulação de determinados grupos em certas circunstâncias tidas como “de risco”. Inevitavelmente, essa prática gera atitudes de discriminação e segregação, como já aconteceu, apenas para exemplificar, como a proibição da entrada de determinados sujeitos em shopping-centers.

Como conclusão, observa-se que a repressão traz resultados desastrosos sob diversas frentes de direitos do jovem periférico. A questão mais emblemática que revela esse fato, como explorado, é o tráfico de drogas. Os crimes patrimoniais crescem no Brasil a cada ano, por isso é necessário dar atenção e relevância às políticas estruturais de prevenção social. Isso significa dar importância, sobretudo, às políticas de distribuição de renda e de oportunidades - como a política de cotas, por exemplo - de forma a reformular toda a questão social através do viés securitário, de forma a atender aos interesses de toda a população.

Se faz necessária essa conclusão de que a Segurança Pública precisa ser abordada pelo governo por um novo viés, pela demonstração dos resultados práticos e quantificáveis, além de considerar os acontecimentos impossíveis de serem quantificados, pois são as dores que perduram durante gerações. O problema que se percebe é que a partir de postulados e preconceitos que limitam propostas de intervenção que realmente se aprofundem na racionalização dos meios de repressão dispostos à sociedade.

Melhor seria, ainda, abandonar a ideia de que a juventude das classes populares precisa ser (re)civilizada para reduzir a criminalidade. Pois uma questão tão complexa como a produção sistemática de subjetividades violentas na periferia, a saúde mental dos jovens, o tédio construído institucionalmente junto aos abusos policiais, não pode ser tratada com mais repressão, e muito menos reduzida a um juízo de “salvação moral”. A autonomia

ético-normativa das quebradas existe e é respeitada, pois o abandono do Estado permitiu a construção desse paradigma.

Dessa forma, as políticas de segurança seriam reinterpretadas, não mais como elemento principal na política pública, mas como subsidiária às mais efetivas políticas de redução da criminalidade, que tenham como viés a proteção dos direitos fundamentais de todas as pessoas da sociedade, principalmente os jovens das classes pobres. Necessariamente, isso implica, no plano jurídico, em adotar uma postura mais racional que a atual atitude de guerra ao crime por parte do Estado, cuja atuação atravessa a legalidade, em nome da proteção da segurança “pública”, abrindo as portas para o extermínio dos que são mais vulneráveis.

Por meio da produção teórica sobre o tema e os resultados das pesquisas estatísticas divulgadas pelos próprios instrumentos institucionais do Estado, é possível observar que a prevenção e a privatização da segurança pública, tendências dominantes nas políticas públicas atuais, são responsáveis por forjar uma sociedade dividida e determinada pela substituição da confiança pela suspeita. A erosão da noção de cidadania e comunidade, assim, abre espaço para novas configurações para o conflito de classes, que permanece, ao fundo, “agravado e intocado”¹⁹⁸.

As vidas e tempo de investimento perdido na periferia não podem ser o sacrifício realizado em nome da “pacificação” das cidades. Posto isso, se torna essencial enfatizar que as perspectivas críticas ainda a serem construídas nesse sentido não se contenham de ir ao campo e buscar enfrentar os obstáculos, inclusive os teóricos, para enfrentar a irracionalidade do Estado que produz genocídio. As políticas de segurança pública e de prevenção à criminalidade devem ser conexas a outras políticas mais centrais - como a Educação e as Atividades Extracurriculares, como Esporte e Cultura, no sentido de que há limitações evidentes impostas às classes mais pobres e essa desigualdade é o elemento central da formação da subjetividade violenta. As iniciativas, assim, devem buscar minimizar a destruição e o sofrimento produzidos pela resposta bélica materializada na intervenção do sistema de justiça penal.

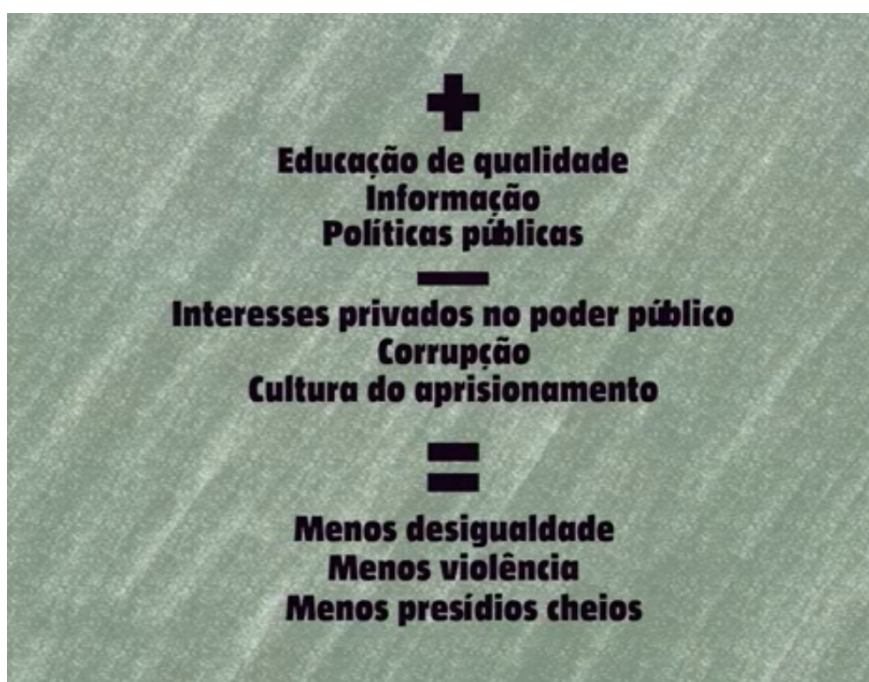
Nesse sentido, observando as considerações acerca da construção do medo do crime na sociedade, é possível afirmar que o desejo pleno de segurança nunca será uma demanda

¹⁹⁸ GIAMBERARDINO, A. R.. *A Construção social do medo*, op. cit. p. 25.

totalmente atendida. Assim, políticos continuarão a explorar esse fato com intenções eleitorais. Cada vez mais, há pressão popular e política no sentido de aumentar a severidade das penas e a atuação das agências e instituições de controle. Deve-se tentar, portanto, de todas as formas que se mostrem possíveis, evitar a mobilização de meios que prejudicam ou frustram direitos fundamentais da população, o que corrobora na demanda por segurança como uma ameaça à democracia.

Nesse sentido, a criminologia crítica se faz muito útil, pois ao dialogar com o tema da segurança pública, desmistifica e permite compreender o lado vulnerável, colocado como o “inimigo” na “luta a ser vencida” pelo Estado. A partir de seu estudo, pode-se desconstruir quaisquer concepções de tratamento de Segurança Pública que isole uns de outros e proteja poucos de muitos. Essas ideologias de atuação, com base numa esperança intangível de se conseguir eliminar o sentimento de insegurança, devem ser substituídas por políticas enraizadas no fortalecimento da solidariedade e dos laços comunitários nas cidades.

Apesar de tudo, as tentativas de reação do governo federal incluem a construção de mais e novos presídios. Entretanto, a opinião de sociólogos, psicólogos, criminalistas e juristas é diferente, em sua grande maioria afirmando que, na realidade, a crise do sistema prisional possui uma solução muito mais complexa, mas também mais duradoura.



As ciências sociais e a ciência estatística afirmam o que o exímio educador e pesquisador brasileiro já previa no início da década de 80. Conforme esse já evidenciado fato, a equação deve ser mais ou menos assim, com mais educação de qualidade, mais acesso e incentivo à informação, com a criação e desenvolvimento de políticas públicas de médio a longo prazo, cujo objetivo seja concatenado aos objetivos da Segurança Pública, diminuição da violência, diminuição da desigualdade e, por consequência, presídios menos cheios e com melhor manejo e administração do Estado. Para isso, é necessário que haja menos interesses privados no poder público, menos corrupção dentro do poder público, e por fim, mas de extrema importância, a diminuição da cultura do encarceramento, regida pela política, pela mídia e pelo Estado na construção do medo do crime e de panaceias morais em meio à sociedade.

Afinal, o que queremos construir? Milhares de escolas, ou milhares de presídios?

BIBLIOGRAFIA

Álbuns de RAP:

Nada como um Dia após o Outro Dia. Racionais MCs. Data de lançamento: 2002. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Qv9ayypY1dQ>>

Rap é compromisso. Sabotage. Ano de lançamento 2000. <<https://www.youtube.com/watch?v=2tn28G0sU9E>>.

Sobrevivendo no Inferno. Racionais MCs. Lançamento: 1997. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WZcFdjPZw18>>.

ADORNO, Sérgio. *Exclusão socioeconômica e violência urbana*. Revista Sociologias, n.8. São Paulo: Ed. Usp, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer III*; Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

BALKIN, Steven. *Victimization rates, safety and fear of crime*. Social Problems. University of Illinois at Chicago Circle. 1979.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

BRASIL. *Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil*. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=284182>>. Acesso em 17/07/2021.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. 2000. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp.

CEBRAP, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento; IDDD, Instituto de Defesa do Direito de Defesa. *Mídia, Sistema de Justiça Criminal e Encarceramento: narrativas compartilhadas e influências recíprocas*. Relatório Final de Pesquisa. Brasília: CNJ, 2021.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. 2º ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre condicionantes individuais*. 2013.

FREITAS JR, Renato de Almeida. *Prisões e quebradas: o campo em evidência*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2017.

FREUD, Sigmund. *O Mal Estar na Civilização* (1929). Tradução de Paulo César de Souza. – 1 ed.- São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

FURQUIM, Saulo Ramos. *A Criminologia Cultural e a Criminalização das Culturas Periféricas: discursos sobre crime, multiculturalismo, cultura e tédio*. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. 2014.

FURQUIM, Saulo Ramos. *A Escola de Chicago e o Pensamento Criminológico como um Fenômeno Social: os Contributos dos Ideais de Bem Estar Social*. Revista Liberdades. Edição nº 25 janeiro/junho de 2018.

GARLAND, David; SPARKS, Richard. *Criminology, social theory and the challenge of our times*. British Journal of Criminology, vol. 40. 2000.

GIAMBERARDINO, A. R.. *A construção social do medo do crime e a violência urbana no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 115, 2015.

HALLSWORTH, Simon. *Street Crime*. The British Journal of Criminology, Volume 45, Issue 6, November 2005, Pages 997–999. 2005.

HERRNSTEIN, Richard; MURRAY, Charles. *The Bell Curve*. Free Press. 1994

IPEA. *Reincidência Criminal no Brasil*. Relatório de Pesquisa - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 2015.

KELLING, George. WILSON, James. *Broken windows: the police and neighborhood safety*. The Atlantic Monthly, n. 3, Washington: Atlantic Media Company. 1982

LEA, John; YOUNG, Jock. *Que hacer con la ley y el orden?*. Ediciones Jurídicas Olejnik. 2019.

LEITE, Márcia Pereira. SILVA, Luiz Antonio Machado da; *Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?*. Sociedade e Estado, v. 22, n. 3. Brasília: Ed.UnB, 2007.

RAMOS, Paulo César. SANTOS, Jaqueline Lima. SILVA, Uvanderson Vitor da. *Chacinas e a politização das mortes no Brasil*. São Paulo :Fundação Perseu Abramo, 2019.

ROCHÉ, Sebastian. *Sociologie politique de l'insécurité*. Presses Universitaires de France. 1998.

SILVA, José C. *Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana*. Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998.

VAN DIJK, Jan J. M.; WAARD, Jaap de. *A Two-Dimensional Typology of Crime Prevention Projects*; With a Bibliography. Criminal Justice Abstracts. 1991.